

ODALÉIA ALVES DA COSTA



OS ESTUDOS SOCIAIS DO MARANHÃO:

a disciplina escolar entre 1970 e 1996



**ESTUDOS SOCIAIS
DO MARANHÃO:
a disciplina escolar
entre 1970 e 1996**

ODALÉIA ALVES DA COSTA

**ESTUDOS SOCIAIS
DO MARANHÃO:
a disciplina escolar
entre 1970 e 1996**

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Reitor

Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes

Vice-Reitora

Prof^a. Dr^a. Nadir do Nascimento Nogueira

Superintendente de Comunicação

Prof^a. Dr^a. Jacqueline Lima Dourado

ESTUDOS SOCIAIS DO MARANHÃO: a disciplina escolar entre 1970 e 1996

© Odaléia Alves da Costa

1^a edição: 2017

Revisão

Francisco Antonio Machado Araujo

Editoração

Francisco Antonio Machado Araujo

Diagramação

Wellington Silva

Capa

Mediação Acadêmica

EDUFPI – Conselho Editorial

Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro (presidente)
Prof. Dr. Antonio Fonseca dos Santos Neto
Prof^a. Ms. Francisca Maria Soares Mendes
Prof. Dr. José Machado Moita Neto
Prof. Dr. Solimar de Oliveira Lima
Prof^a. Dr^a. Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz
Prof. Dr. Viriato Campelo

Ficha Catalográfica elaborada de acordo com os padrões estabelecidos no
Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2)

C837e Costa, Odaléia Alves da
Estudos Sociais do Maranhão: a disciplina escolar entre 1970 e
1996 / Odaléia Alves da Costa. – Teresina: EDUPI, 2017.

E-Book.

ISBN: 978-85-509-0133-6

1. Educação. 2. Estudos Sociais - Maranhão. 3. Prática Pedagógica.
4. Livros Didáticos – Análise I. Título.

CDD: 370.11

Bibliotecária Responsável:
Nayla Kedma de Carvalho Santos CRB 3^a Região/1188



À Deus, fonte da vida!

Aos meus pais, estimáveis mestres
em minha vida.



“A memória constitui provavelmente o elemento mais rico da redação de um texto, contendo ela mesma uma massa de dados cuja significação é melhor alcançável quando o pesquisador a traz de volta ao passado, tornando-a presente no ato de escrever.”

Roberto Cardoso de Oliveira

PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO.....	15
O LIVRO DIDÁTICO E A AUTORIA: quem escreve esses livros?	23
Mário Martins Meireles	24
Maria Ceres Rodrigues Murad.....	27
Rosa Mochel Martins.....	29
Lídia Maria de Moraes	31
Maria Luísa Campos Aroeira	32
Maria José Caldeira.....	32
Francisca Maria Barros Mattos.....	33
José Raimundo Lindoso Castelo Branco	43
Maria Nadir Nascimento	51
Deuris de Deus Moreno Dias Carneiro	60
OS LIVROS DIDÁTICOS DE ESTUDOS SOCIAIS DO MARANHÃO	63
Pequena História do Maranhão	66
Terra e Gente.....	75
Terra das Palmeiras.....	85
Pedra da Memória.....	106
Conheça o Maranhão	111

Gente, terra verde, céu azul.....	116
Estudo Regional do Maranhão	118

O USO DOS LIVROS DIDÁTICOS E A DISCIPLINA ESCOLAR ESTUDOS SOCIAIS DO MARANHÃO NA MEMÓRIA DE PROFESSORAS..... 125

A disciplina escolar Estudos Sociais do Maranhão na formação inicial e continuada das professoras129

A metodologia de ensino da disciplina escolar Estudos Sociais do Maranhão na memória das professoras.....135

Livros didáticos adotados na disciplina escolar Estudos Sociais do Maranhão.....162

CONCLUSÃO 167

REFERÊNCIAS.....171

SOBRE A AUTORA 181

PREFÁCIO

A historiografia do livro e das disciplinas escolares de emergência recente vem contribuindo, sobremaneira, para a prática pedagógica.

Por esta razão tem sido alargado o conhecimento sobre o livro, as vezes o único material disponível em muitas escolas, cuja abordagem se restringia ao autor e sua materialidade. O tratamento, até então, dispensado às disciplinas, dizia respeito ao conteúdo pelo conteúdo. Seu surgimento, e adoção eram ignorados por professoras, professores e, conseqüentemente, pelo alunado.

A fim de preencher tal lacuna, neste livro, a autora se aventura numa construção ampla, na qual desnuda obras utilizadas por uma disciplina, cuja adoção decorre, também da reforma do sistema nacional de ensino, na década de 1970, intitulada Estudos Sociais, ambientado no estado do Maranhão.

Com uma minuciosa pesquisa, Odaléia seleciona nove livros utilizados na 3ª e 4ª série do então ensino de primeiro grau maranhense, a partir do ano de 1971, época de edição da obra *Conheça o Maranhão* de autoria da Professora Rocha Mochel (1919-1985).

O uso mais longo das obras-fonte desse estudo – estende-se por duas décadas e meia, marco que assinala, também, outra reforma do sistema nacional de ensino. Esta última extingue o

ensino de primeiro grau, que passa a integrar a educação básica, com a nomenclatura de ensino fundamental.

A mudança de estrutura, também reflete na concepção das disciplinas, que recebem outra nomenclatura, como no caso ora em estudo. Cabendo ressaltar, que ao lado dessa mudança houve o esforço de Associações ligadas ao conteúdo, que integravam os Estudos Sociais do Maranhão, retornando-se as disciplinas de História e Geografia, pertencentes ao ensino fundamental.

Para empreender o itinerário do estudo, que resultou no presente livro, o ponto de partida foi a oferta, no Brasil, da disciplina Estudos Sociais, desde a década de 1930; ao lado da contribuição de dissertações e teses, embora algumas apenas tangenciassem a temática. Assim a abordagem da disciplina era secundária e a prevalência eram para as categorias consideradas pujantes, a exemplo de raça, trabalho, dentre outras.

A seguir é efetuada a análise dos nove livros didáticos produzidos no Maranhão, em torno da disciplina Estudos Sociais. A sustentação da análise ocorre com: a posição de estudiosas e estudiosos da temática e com o diálogo das cinco professoras consideradas leitoras privilegiadas das obras selecionadas e responsáveis pelo ensino da disciplina.

Merecem destaque as ilustrações deste estudo compostas, principalmente, pelas capas, exercícios, folha de rosto e sumário das obras analisadas; foto das autoras e de autores, acompanhadas dos perfis biográficos, reveladores de memórias individuais e fragmentos da memória coletiva. Fato que possibilita maior densidade no que diz respeito a elaboração dos livros selecionados.

O uso do livro didático no estudo teve seu procedimento alterado, devido ser pretensão da autora centrar-se em escolas de outros municípios, além da capital. Impossibilitada, por motivos alheios a sua vontade, trabalhou com escolas públicas de São Luís.

Na interlocução com as professoras identificou entre elas uma que vivenciou o ensinamento da disciplina em uma aldeia

indígena, numa escola multisseriada. Ao ser removida, para São Luís, essa professora evidenciou que tal experiência foi de enorme importância, para o enriquecimento de sua prática pedagógica, com uso do livro didático de Estudos Sociais, em relação as outras colegas da mesma escola. Haja vista que algumas se manifestavam considerando uma disciplina fácil por ser meramente decorativa.

Posições como esta e muitas outras contidas na obra, revelam a necessidade de estudos como o ora apresentado, pelo muito que revelam para o conhecimento da relação livro/disciplina. Ademais a disciplina Estudos Sociais oferecida no Maranhão contou com material didático próprio, o que possibilitou, em parte, uma metodologia adequada.

Ao ser convidada para prefaciар este livro fiquei preocupada e satisfeita: A preocupação por haver participado da banca, que aprovou a dissertação fruto da obra. Momento que apresentei algumas críticas, que foram compreendidas e acatadas. A satisfação foi provocada pela orientação competente do professor Antonio de Pádua Carvalho Lopes, que é sempre oportunidade de aprendizado para mim; e pela disposição, responsabilidade e envolvimento da autora, incansável nas suas buscas, revelando um comprometimento ímpar, constante desde a graduação, quando aluna da disciplina História da Educação sob a nossa orientação.

Ao ler o texto pela segunda vez tive a nitidez da sua necessidade e, conseqüente importância para a prática pedagógica; para a formação inicial e continuada de professoras e professores; e para a historiografia maranhense, quiçá brasileira.

Postas essas colocações, a leitura do livro, que ora chega ao público, estimula nossa atenção para novas perspectivas teóricas, aprofundando conteúdos ensinados, e ampliando o conhecimento a ser adquirido.

Diomar das Graças Motta

INTRODUÇÃO

Os livros didáticos vêm sendo objeto de estudo de historiadores da educação em diversos países do mundo. Na historiografia francesa, tem-se o projeto Emmanuelle, na historiografia ibero-americana, o projeto Manes, na historiografia portuguesa, o projeto Eme e na historiografia brasileira o projeto Livres, vinculado à Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP).

Os estudos realizados através dos projetos acima mencionados têm como marco teórico e conceitual a história cultural, cujo triângulo básico de investigação é **o livro, o texto, a leitura**.

Nas décadas de 1970 e 1980 os livros didáticos foram estudados, procurando-se quase sempre identificar a **ideologia** presente nesses portadores textuais. Exemplifica essa forma de trabalhar os livros didáticos a obra *Mentiras que parecem verdades*, de Mariza Bonazzi e Umberto Eco (1980), na qual os autores analisam o modo como são apresentadas em livros didáticos da Itália as seguintes temáticas: os pobres, o trabalho, o herói e a pátria, a escola, uma pequena igreja, raças e povos da terra, a bela família italiana, a ausência de Deus, a educação cívica, os menores que trabalham, a história nacional, a nossa bela língua, a ciência e a técnica, o dinheiro e a caridade e a previdência social.

No Brasil foi realizada uma pesquisa semelhante intitulada As

belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos de autoria de Maria de Lourdes Chagas Deiró Nosella (1981). Nessa obra, a autora analisou nos livros didáticos do Brasil, os seguintes temas: a família, a escola, a religião, a pátria, o ambiente, o trabalho, os pobres e os ricos, as virtudes, as “explicações científicas”, o índio e capas e ilustrações.

É também desse mesmo período o livro *Ideologia no livro didático* de Ana Lúcia G. de Faria (1984). Nesta obra, a autora analisa apenas a categoria **trabalho** que também foi estudada por Bonazzi e Eco (1980) e Nosella (1981).

Nesta obra tivemos a pretensão de estudar a disciplina escolar Estudos Sociais do Maranhão, através da análise dos livros didáticos escritos em torno dessa disciplina, bem como do diálogo com cinco professoras, considerando-as como leitoras privilegiadas destes livros didáticos.

Encontramos dois trabalhos que têm preocupações de pesquisa semelhante a nossa, o projeto de tese de doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo de Maria do Socorro Coelho Cabral (1987) e a monografia de conclusão do Curso de História Licenciatura da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) de Romênia Mitoura dos Santos (1999).

Além desses trabalhos foram realizados estudos que, sem abordar a disciplina Estudos Sociais do Maranhão, analisam temas relevantes para a nossa pesquisa, como, a dissertação de Mestrado de Juliana Miranda Filgueiras: “A Educação Moral e Cívica e sua produção didática: 1969-1993”, defendida na PUC-SP em 2006; a tese de Doutorado de Kazumi Munakata “Produzindo livros didáticos e paradidáticos”, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) ano de 1997 e a dissertação de Mestrado de Mariléia dos Santos Cruz, “A história da disciplina Estudos Sociais a partir das representações sociais sobre o negro no livro didático (período 1981-2000)” concluída na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) em Marília, São Paulo.

A disciplina Estudos Sociais teve, como marco de origem, nas escolas brasileiras, a década de 30, do século XX, quando sob as influências do escolanovismo norte-americano foi introduzida no currículo da escola elementar do Distrito Federal, na gestão de Anísio Teixeira¹. Nesse momento a disciplina Estudos Sociais emergiu como uma das iniciativas que demarcou o início da infra-estrutura do campo curricular do Brasil, representando, no cenário educacional brasileiro, uma das primeiras práticas curriculares deflagradas pelas reformas educacionais conduzidas pelos Pioneiros da Educação.

Após esse período a disciplina Estudos Sociais foi instituída nacionalmente como optativa nos currículos dos cursos secundários através da Lei 4.024/61 e com a Lei 5.692/71 a disciplina passou a ser ministrada nas primeiras séries do então Primeiro Grau. Essa disciplina se organizou unificando os conteúdos de História e Geografia. A tônica principal dessa disciplina foi dada pelos interesses subjacentes aos seus conteúdos: preparar os jovens cidadãos para o amor à pátria, o respeito às autoridades e o distanciamento das atitudes que pudessem questionar o modelo de sociedade vigente.

Graças aos esforços da Associação Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História (ANPUH) e da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), no decorrer dos anos 70 do século passado tivemos o retorno da História e da Geografia para o currículo das escolas de Ensino Fundamental, bem como a extinção dos cursos de Licenciatura em Estudos Sociais.

Outro marco significativo da história da disciplina Estudos Sociais ocorreu durante a década de 1990, quando o Governo Federal fixou, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em 1997, conteúdos mínimos para o ensino fundamental. Através dos PCN, a disciplina Estudos Sociais foi oficialmente substituída por História e Geografia. (CRUZ, 2000).

¹ Anísio Teixeira foi Diretor-Geral do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – Inep (1952 a 1964).

Desde a década de 1950 que o ensino de História e Geografia do Maranhão esteve presente no currículo da Escola Normal. No Instituto de Educação tem-se registro de que as mesmas foram oferecidas em 1958. No livro de atas dos resultados finais das alunas do Curso Normal do Colégio Santa Teresa, das Irmãs Dorotéias (1963), consta que as alunas estudavam a disciplina História do Maranhão com uma carga horária de 60 horas; a disciplina Geografia do Maranhão com uma carga horária de 60 horas, além de Estudos Sociais, também com 60 horas. E em 1989, a disciplina Metodologia dos Estudos Sociais foi oferecida no Curso Normal do Colégio “Ateneu Teixeira Mendes”.

Levando em consideração o histórico apresentado da disciplina Estudos Sociais, apresentamos o nosso objetivo geral nesta pesquisa: analisar os livros didáticos produzidos em torno da disciplina Estudos Sociais do Maranhão, publicados entre os anos de 1970 e 1996, destinados à 3ª e 4ª série do 1º grau (atual Ensino Fundamental).

Para definição do recorte temporal tomamos como base um ano antes da implantação da Lei nº 5.692/71 e o ano de promulgação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96.

Anteriormente à periodização de nossa pesquisa, outros livros didáticos foram publicados sobre História do Maranhão, como afirma Amaral (1926):

Neste gênero, conhecemos sobre o Maranhão, três bons trabalhos: o primeiro, e mais antigo, publicado em 1872, em pequeno folheto de 25 pags., pelo padre Raymundo Alves da Fonseca, denomina-se – “Epitome da historia do Maranhão”, e foi escripto por este illustre sacerdote para o curso de estudos do *Collegio da Immaculada Conceição*, de que, os padres Raymundo da Purificação dos Santos Lemos e Theodoro Antonio Pereira de Castro, foi um dos fundadores em 1870. O segundo, - “História do Maranhão”, para uso dos alunnos da Escola Normal, em dois bons volumes, editado em 1904 e

devido a superior competência do dr Antonio Baptista Barbosa de Godeos; e o terceiro e último, “O Maranhão” (subsídios históricos e corográficos 1913), da penna adestrada do sr Fran Paxeco. (p. 7-8).

Apesar da existência de obras de Estudos Sociais do Maranhão, em conversas informais com professoras maranhenses, as mesmas comentavam sobre a carência de livros didáticos nessa área, daí nos interessarmos em investigar a produção destes materiais.

O interesse em pesquisar o livro didático se deve, também, ao fato de que ele é o principal e, muitas vezes, o único instrumento que chega às salas de aulas das escolas públicas, servindo como material privilegiado de consulta não apenas para alunas e alunos, mas também para professoras e professores.

Neste estudo analisaremos o livro didático cientes de que o mesmo

[...] é uma fonte importante, quando não a única, na formação da imagem que temos do Outro. Alie-se a isto o fato do livro didático constituir-se numa autoridade, tanto em sala de aula quanto no universo letrado como um todo do aluno. É o livro didático que mostra com textos e imagens como a sociedade chegou a ser o que é, como ela se constitui e se transformou até chegar nos dias atuais. (TELLES, 1987 *apud* GRUPIONI, 2002, p.3).

As escolas brasileiras e, sobretudo as maranhenses, não dispunham em 1970 de muitos jornais, revistas, fotografias e documentos que possibilitassem uma pesquisa mais aprofundada sobre o Estado do Maranhão, dessa forma, o livro didático era muitas vezes a única fonte informativa sobre o Estado.

Pela necessidade de delimitação de um objeto de estudo, os livros didáticos costumam ser estudados vinculados a uma disciplina escolar assim como no nosso caso em que nos propomos estudar os livros didáticos que foram produzidos em torno da disciplina escolar

Estudos Sociais do Maranhão. Desse modo é que atualmente, nota-se uma preocupação com o estudo das disciplinas escolares, no sentido da ampliação dos novos objetos na historiografia da educação, no nosso caso, da historiografia maranhense. Nesse campo, os historiadores Marie-Madeleine Compère e André Chervel, do *Institut National de Recherche Pédagogique* (INRP) da França, afirmam que foram os anglo-saxões que deram início às pesquisas sobre a história dos currículos e, a partir deles, chegava-se, às vezes, às disciplinas escolares.

Segundo Bittencourt (1999, p. 147),

[...] a **história dos currículos e das disciplinas escolares** têm sido objeto de pesquisa nas últimas décadas e o interesse historiográfico sobre esta temática articula-se às indagações sobre as redefinições de políticas educacionais e problemáticas epistemológicas oriundas da denominada “crise paradigmática” dos anos 70. As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por políticas educacionais que, entre outras ações, cuidaram das reformulações curriculares em muitos países do mundo ocidental. Nesse processo de reformulações, **a escola e o conhecimento por ela produzido tornaram-se objeto de investigação**, buscando-se justificar ou compreender o papel e o significado de cada uma delas na definição dos novos currículos, e preocupando-se, entre outras dimensões, em identificar e apreender o conhecimento escolar por elas produzido (grifos nossos).

Os historiadores franceses, supracitados, têm enfatizado a importância de se pesquisar os aspectos internos da escola, para tanto, destacam a necessidade de buscar “novas fontes documentais que devem articular a leitura dos textos oficiais aos que são produzidos pela escola, tais como planos de aula dos professores, **livros** e manuais escolares, cadernos de alunos, provas e avaliações”. (BITTENCOURT, 1999, p. 148). Daí se justifica o interesse em pesquisar os livros didáticos de Estudos Sociais.

A história das disciplinas escolares é assim destacada por Chervel (1990, p. 183):

A história das disciplinas escolares não deve entretanto ser considerada como uma parte negligenciada da história do ensino que, depois de corrigida, viria a lhe acrescentar alguns capítulos. Pois não se trata somente de preencher uma lacuna na pesquisa. O que está em questão aqui é a própria concepção da história do ensino.

Para o levantamento dos livros didáticos aqui estudados foram realizadas consultas na Biblioteca Pública Benedito Leite em São Luís, MA, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na Biblioteca de Livros Escolares da Faculdade de Educação da USP, sebos e escolas de ensino fundamental da cidade de São Luís, bibliotecas particulares de professoras que lecionaram essa disciplina e na Casa de Cultura Josué Montello, também, em São Luís-MA, Biblioteca do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em Brasília-DF, Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão, São Luís-MA, biblioteca particular da autora Francisca Maria Barros Mattos.

Nesta investigação recorreremos, também, à entrevista, compreendo-a como capaz de proporcionar a apreensão dos relatos das autoras e dos autores dos livros didáticos e das profissionais que atuaram como professoras de Estudos Sociais do Maranhão (ESMA), ao longo das duas últimas décadas do século XX.

Realizamos entrevistas com duas (2) autoras e um (1) autor dos livros didáticos e buscamos as biografias dos já falecidos, para identificar o contexto pessoal, profissional, político e educacional no qual estes livros foram escritos procurando constituir perfis biográficos que nos ajudasse a compreender a autoria desse tipo de livro. Através destas entrevistas e biografias pretendíamos, ainda, compreender o mercado editorial destes livros didáticos e, através de entrevistas com as cinco (5) professoras, o consumo dos

mesmos por parte das docentes. As professoras são consideradas destinatárias privilegiadas dos livros didáticos, pois além de serem leitoras, são elas que medeiam o processo de leitura realizada pelos alunos, maior público leitor de livros didáticos.

Visando atender aos princípios éticos da pesquisa, elaboramos um termo de adesão, que foi assinado por todos (as) os (as) entrevistados (as).

O livro está estruturado em três capítulos seguidos de uma conclusão. No primeiro capítulo abordamos a autoria dos livros didáticos, através de perfis biográficos dos autores e das autoras dos livros didáticos de Estudos Sociais do Maranhão. No segundo capítulo, analisamos sete livros didáticos de Estudos Sociais do Maranhão, editados entre 1971 e 1996. Os elementos analisados nos livros didáticos foram: a capa, as edições, as imagens, os exercícios e os sumários. No terceiro capítulo, nossas interlocutoras foram as professoras que lecionaram a disciplina Estudos Sociais do Maranhão, na condição de leitoras privilegiadas dos livros didáticos. Para a construção deste capítulo tivemos como fonte, cinco entrevistas realizadas com professoras que lecionaram essa disciplina em São Luís-MA.

O LIVRO DIDÁTICO E A AUTORIA: quem escreve esses livros?

Praticamente nada se sabe sobre os autores dos nossos livros didáticos, seus métodos de trabalho, a maneira como eles são escolhidos pelos editores. Eles seriam, em sua maioria, professores em exercício de cátedra ou autores profissionais? Seus métodos de trabalho seriam científicos, com base em pesquisa, testados e validados ou meramente empíricos? Seus originais seriam submetidos aos editores por iniciativa própria ou sob encomenda prévia?

Francisco Albuquerque

Neste capítulo analisaremos a constituição de um autor de livros didáticos de recorte regional. Para nós é importante o trabalho feito sobre a ideologia nos livros didáticos, mas precisamos nos perguntar também, quem são os autores desses livros didáticos? Quando e por que esses autores escreveram esses livros? Qual o lugar do livro didático na produção intelectual da autora ou do autor?

Para a construção desse capítulo, tomamos como base, biografias já publicadas sobre as autoras e os autores dos livros didáticos, bem como entrevistas realizadas por nós durante a pesquisa.

A seguir, apresentamos perfis biográficos das autoras e dos autores dos livros didáticos de Estudos Sociais do Maranhão, fazendo para cada um(a) deles(as) uma apresentação de sua trajetória acadêmica e profissional, procurando identificar nesses perfis o surgimento, bem como a publicação dos seus respectivos livros didáticos.

Iremos apresentar as biografias individualmente para captarmos com mais precisão as peculiaridades inerentes a cada autor/obra, não esquecendo que as memórias individuais trazem indicativos da memória coletiva.

Mário Martins Meireles



Foto 1 – O historiador Mário Martins Meireles. Fonte: MORRE o historiador Mario Meireles. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 11 maio 2003. Caderno Geral, p. 6.

Mário Martins Meireles (8/3/1915 – 10/5/2003), nasceu e morreu em São Luís (MA). Iniciou seus estudos primários em Santos (SP), em 1920, tendo prosseguido no Rio de Janeiro (DF), em Manaus (AM), concluindo-o em São Luís em 1926, na Escola Modelo “Benedito Leite”. O Curso Secundário, foi iniciado no Instituto Raimundo Cerveira (1927) e concluído no Instituto Viveiros (1928/1931).

Sobre sua inserção no secundário afirma o autor em entrevista concedida a Regina Faria em setembro de 1998:

E porque o fiz e concluí em colégio particular, gratuitamente oferecido a minha mãe porque a esposa do professor Jerônimo de Viveiros, proprietário deste último, era uma sua fraterna prima, tive que fazê-lo com a obrigação, indiscutível e incondicional, de ser sempre um bom aluno, disciplinado. Por isso fui, sempre, o primeiro da turma e o primeiríssimo em História, pois essa era a matéria ensinada pelo professor Viveiros, de quem acabei por conquistar a amizade. (FARIA; MONTENEGRO, 2005, p. 410).

Tendo concluído o secundário, iniciou o curso jurídico na Faculdade de Direito de São Luís, mas ao ser admitido como funcionário do Serviço de Imposto de Renda, e removido para a seção da Bahia, em 1933, teve que abandonar o curso pela coincidência das horas das aulas com as do expediente da repartição.

Por não ter terminado o Curso de Direito é que se costuma classificá-lo como um historiador autodidata. Mas o que isto significa? Até 1934 não havia, no Brasil, cursos universitários de História; logo, aqueles que até essa data se consagravam como historiadores eram geralmente formados em outros cursos, sendo a maioria bacharel em Direito. Mas há casos semelhantes ao seu, de historiadores consagrados que não fizeram nenhum curso superior. Como exemplo, temos Capistrano de Abreu, que chegou a frequentar a Faculdade de Direito do Recife, na segunda metade do século XIX, mas preferia a leitura de “obras literárias, de geografia, história, psicologia, sociologia, antropologia, economia” às aulas de direito.

Mário Meireles foi um dos fundadores da Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão, como professor do Curso História. Esta Faculdade, incorporada mais tarde à Universidade (Católica) do Maranhão, foi um dos embriões da Universidade Federal do Maranhão. Na UFMA foi Vice-Reitor Administrativo, Chefe do Departamento de História e Geociências e fundador do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica e Geográfica.

Funcionário de carreira da Receita Federal, foi Delegado Regional no Amazonas e no Maranhão (1944-1965). Chefiou a Casa Civil do Governo Pedro Neiva de Santana (1972-1975). Literato e historiador autodidata, publicou em vida 34 obras. Integrou várias instituições literárias: Academia Maranhense de Letras (presidindo-a de 1962 a 1966), Academia Paulista de Letras, Academia Santista de Letras, Academia de Letras do Triângulo Mineiro, Academia Carioca de Letras, Academia Paraense de Letras, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, Instituto Histórico e Geográfico de Santos, Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal e Sociedade Brasileira de História da Medicina.

Foi sócio honorário da Associação Comercial do Maranhão e membro dos Conselhos de Cultura do Estado do Maranhão e da cidade de São Luís, da Escola Superior de Guerra e da Sociedade dos Amigos da Marinha. Recebeu o título de cidadão de Caxias (MA).

Do perfil biográfico de Mario Meireles é possível inferir que ele escreveu o livro didático *Pequena História do Maranhão* por ser historiador e por ter uma inserção relevante como professor de História no Maranhão, embora não se desconsidere que foi uma obra solicitada por uma professora. A 1ª edição saiu pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Rio de Janeiro (SENAC-RJ), sendo o livro escrito a pedido da Profª Odila Leonor Guterres Soares. A Profª. Odila trabalhava no SENAC-MA e sentia falta de um livro que tratasse da história do Maranhão, sendo assim, pediu-o a Mario Meireles.

Dentre os autores que pesquisamos, Mario Meireles é o único membro da Academia Maranhense de Letras. Sua obra didática não se enquadra como uma obra menor no conjunto de seus trabalhos. Em todas as biografias de Mario Meireles, na relação de livros publicados, a *Pequena História do Maranhão* sempre é citada.

Convém ressaltar que a obra de Prof. Mário Meireles – *Pequena História do Maranhão* é amplamente utilizada por pesquisadores da UFMA e fora dela.

Maria Ceres Rodrigues Murad



Foto 2 – Maria Ceres Rodrigues Murad.

Fonte: HOLANDA, Pergentino. Revista PH. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 28 abr. 2002. Disponível em: <<http://imirante.globo.com/oestadoma/semanal/phrev2804102/area-phrev.html>>. Acesso em: 20 nov. 2007.

Nasceu em São Luís (MA), a 3 de julho de 1956, filha de Luiz Pinho Rodrigues e Maria Isabel Pereira Rodrigues. Graduada em Pedagogia (UFMA/1978), com Curso de Especialização em Psicologia Social (UFMA/1985), Mestrado em Educação (UFMA/1996), Doutorado em Psicologia da Educação (PUC-SP/2008). Professora aposentada do Departamento de Educação II da UFMA, diretora pedagógica do Colégio Dom Bosco-São Luís, diretora acadêmica da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco-São Luís, membro do Conselho Estadual de Educação e do Conselho Estadual de Turismo do Maranhão. Recebeu a Medalha do Mérito Timbira (Governo do Maranhão/1985) e o Prêmio Darcy Ribeiro de Educação (Câmara dos Deputados/2003). Obras publicadas: *Pedra da Memória – Estudos Sociais do Maranhão*. São Luís: SIOGE, 1979; *O Curso de Letras da UFMA: Repensando a formação do educador* no Cadernos de Pesquisa da UFMA. São Luís, 1991; *Terra, cultura e tempo futuro*. v. I, II e III. São Luís: Colégio Dom Bosco, 1999; *Parents as reading tutors first graders in Brazil*. London (UK): School Psychology Internacional, Sage Publications, 1999; *Turandot*. Coleção Ópera para Todos. São Paulo: Ediouro, 2001; *Trabalhando ópera com crianças*. Coleção Ópera para Todos. São Paulo: Ediouro, 2001. (FARIA; BUZAR, 2005, p. 591).

Logo no início de sua profissão como professora, com apenas 23 anos, Ceres Murad publicou seu livro didático *Pedra da Memória* pelo Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado (SIOGE), a editora oficial do Estado do Maranhão. A autora não deu continuidade à produção de livros didáticos, tendo produzido alguns artigos em revistas e dois livros que tratam de ópera, objeto de trabalho realizado por ela no Colégio Dom Bosco, escola localizada no bairro do Renascença em São Luís (MA) que oferece da educação infantil ao ensino superior.

Ceres Murad no prefácio do seu livro, conta que o escreveu a partir de sua vivência como professora de sala de aula do então 1º grau. Essa motivação é comum aos docentes-autores. Contudo não basta sentir a necessidade e escrever um livro para que o

mesmo seja publicado. Publicar um livro requer uma rede de relações sociais estabelecidas ou a participação em seleções ou concursos de livros que possibilitem o acesso aos editores.

Rosa Mochel Martins



Foto 3 – Rosa Mochel Martins.

Fonte: ROSA Mochel Martins. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão**, São Luís, ano 59, nº 8, p. 35, março de 1985.

Nasceu em Miritiba, hoje Humberto de Campos (MA), a 19 de janeiro de 1919, filha de José Augusto da Silva Mochel e Hercília Rodrigues Mochel. Fez o Curso Primário no Grupo Escolar Sotero dos Reis e o Secundário no Liceu Maranhense. Engenheira agrônoma pela Escola de Agronomia do Maranhão e Licenciada e Bacharel em História e Geografia pela Faculdade de Filosofia de São Luís, com Curso de Especialização em Análise Econômica, pelo MEC. Professora de Geografia nos colégios: Liceu Maranhense de São Luís, Instituto Rosa Castro, Escola Técnica do Comércio e SENAC, orientadora da disciplina Geografia da Comissão de Aperfeiçoamento do Ensino Secundário (CADES), em São Luís do Maranhão; professora da Escola Técnica da Marambaia (RJ) e chefe do Núcleo de Agricultura das Escolas de Iniciação Agrícola Gustavo Dutra (MT) e Manoel Barata (PA); chefe do Setor Técnico do Grupo Executivo da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura, prestou serviços na Universidade Rural do Rio de Janeiro (Seção de Genética); engenheira agrônoma do Estado do Maranhão, chefe do Departamento de Geografia e Estatística, executou estudos das linhas divisórias e demarcações dos municípios de Coelho Neto, Buriti, Urbano Santos, Humberto de Campos, Pastos Bons, Mirador, Colinas, Pedreiras e outros; chefe dos campos de sementes de Codó, Coroatá e do setor de Agrostologia da Granja Barreto; professora da Escola de Agronomia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), professora do Curso de Economia e assessora técnica do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) na UFMA; secretária de Educação, Cultura e Ação Comunitária de Toponímia para a Conservação do Patrimônio Histórico de São Luís (1971), onde criou programas e projetos construtivos, destacando-se o Centro de Artes Japiauçu, a Casa de Alice, a Festa da Juçara (Maracanã), a Feira da Mandioca, a Festa dos Sons, São Luís Pedra sobre Pedra, e lançou as coleções com os livros *Ausência Presente*, *Colméia*, *Fada das Crianças* e *Obrigado Doutor* e os poemas *O Globo* e *A Primavera*. Agraciada com a Medalha

do Mérito Agrônômico (Sociedade de Engenheiros Agrônomos do Maranhão), a Medalha Comemorativa do Nascimento de Alberto Santos Dumont (Ministério da Aeronáutica), a Medalha Gonçalves Dias (Academia Maranhense de Letras) e Diploma de Honra ao Mérito (MEC-Fundação Mobral). Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Obras publicadas: *Conheça o Maranhão*. São Luís: SIOGE, 1971 e *Maranhão é assim*. São Luís: SIOGE, 1977. Faleceu em São Luís, a 2 de fevereiro de 1985. (FARIA; BUZAR, 2005, p. 603-604).

A trajetória de Rosa Mochel se assemelha um pouco à trajetória de Mario Meireles, uma vez que ambos foram professores universitários e, também, membros do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão.

A professora Rosa Mochel publicou o livro *Conheça o Maranhão* no ano de 1971, pelo SIOGE, a imprensa oficial do Estado do Maranhão. O livro é fruto de suas ações como docente. Foi também no ano de 1971 que a mesma ocupou o cargo de Secretária de Educação do município de São Luís.

Lídia Maria de Moraes

Sobre as autoras Lídia Maria de Moraes, Maria Luísa Campos Aroeira e Maria José Caldeira obtivemos informações escassas, apenas as que estavam na contra capa do livro *Gente, terra verde e céu azul*, livro didático de Estudos Sociais do Maranhão.

Bacharel em Letras-Português pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Licenciada em Português pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Nossa Senhora Medianeira. Licenciada em Estudos Sociais pela Faculdade de Filosofia Teresa Martin. Professora do Ensino de 1º Grau da Rede Oficial e da Rede de Escolas do Serviço Social da Indústria (SESI) do Estado de São Paulo.

Maria Luísa Campos Aroeira

Cursou Administração Escolar – Instituto de Educação de Minas Gerais. Pedagogia – Faculdade de Filosofia (FAFI) Ciências e Letras de Belo Horizonte – MG. Professora de Didática – Colégio *Sacré-Coeur du Jésus* de Belo Horizonte – MG. Professora de Ciências e Estudos Sociais CIEPP – Instituto de Educação. Inspetora de Ensino da 1ª Delegacia de Ensino de Belo Horizonte – MG.

Maria José Caldeira

Licenciada em Desenho e Artes Plásticas pela Fundação Universidade Mineira de Arte (FUMA) de Belo Horizonte – MG. Professora de Estudos Sociais (1º grau) – Colégio S. Pascoal e CIEPP de Belo Horizonte – MG.

Supomos que estas autoras sejam autoras profissionais, isto é, autoras que produziam obras encomendadas pela editora, no caso específico, a Editora Ática. Mais adiante, no capítulo referente aos livros didáticos veremos que estas autoras escreveram livros de Estudos Sociais para o Maranhão, o Rio Grande do Sul e o Espírito Santo, livros de Língua Portuguesa, Caligrafia e livros de história muda.

Diante de tamanha diversidade de temas envolvendo regiões do Brasil, que vai do Nordeste até o Sul, e a escrita de livros de outras disciplinas é que levantamos a hipótese de que as autoras eram contratadas pela editora para escreverem os livros que o mercado escolar demandasse.

Francisca Maria Barros Mattos



Foto 4 – Francisca Maria Barros Mattos.

Fonte: MATTOS, Francisca Maria Barros.

Nasceu em São Benedito do Rio Preto (MA) em abril de 1952. Estudou na Escola Normal São Vicente de Paulo, em São Luís (MA); fez Licenciatura Curta em Estudos Sociais pela Federação das Escolas Superiores do Maranhão (FESMA), em Caxias (MA); começou o Curso de Pedagogia, mas desistiu, porque lá eram discutidas coisas que ela já sabia; fez Licenciatura Curta em Ciências em Recife (PE); Biologia em João Pessoa (PB); Cumpriu todos os créditos das disciplinas do Curso de Mestrado em Educação pela UFMA, faltando apenas a dissertação.

Começou a trabalhar como professora em São Benedito do Rio Preto (MA), em 1970, lecionando na 1ª série primária, com uma nomeação do Governo do Estado do Maranhão; trabalhava também pela Prefeitura Municipal de São Benedito do Rio Preto, e a noite, atuou de 5ª a 8ª série no Projeto Bandeirante², durante três anos; em São Luís, na Secretaria Estadual de Educação do Maranhão (SEDUC-MA), trabalhou como técnica, em meados da década de 1970; foi diretora e coordenadora do setor de Currículo da SEDUC-MA; de 1992 a 2002 assumiu a Superintendência de Planejamento e Articulação com os Municípios, atuando no Ensino Fundamental basicamente na área de Currículo, tendo sido a coordenadora da **Proposta Curricular para o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série**, publicada pelo Governo do Estado, através da Gerência de Desenvolvimento Humano, no ano 2000.

No ano de 1985, coordenou uma publicação do Governo do Estado do Maranhão, Secretaria de Educação do Estado, denominada **Terra e Gente** (livros didáticos de 1ª a 4ª série, que foram amplamente distribuídos em todo o Estado do Maranhão, quando da gestão do então governador Luiz Alves Coelho Rocha³). Em 1996, juntamente com a geógrafa Eulália Maria da Silva, publicou pela Editora Evans o livro **Terra e Gente - Estudos Sociais do Maranhão**, tendo sido distribuído às escolas públicas do Estado do Maranhão através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) no ano de 1998.

Francisca Mattos começou sua carreira como professora primária no interior do Maranhão e, em seguida, migrou para

² Em 1968, apenas 37 dos 130 municípios do Estado do Maranhão possuíam cursos ginasiais. Foi então idealizado o “Projeto Bandeirante” que possuía como objetivo primeiro: levar às zonas de necessidade e clientela comprovadas, a educação integral, através do ensino médio. (KREUTZ, 1983, p. 61).

³ Luiz Rocha foi governador do Estado do Maranhão no período entre 15/3/1983 e 15/3/1987.

São Luís trabalhando durante muito tempo na Secretaria de Educação do Estado. Um fato peculiar na trajetória acadêmica desta professora é que apenas ela e Ceres Murad cursaram pós-graduação *stricto sensu*.

Tendo exercido sua profissão na Secretaria de Educação, teve a oportunidade de coordenar vários grupos e destas coordenações surgiram publicações, conforme mencionado anteriormente.

O livro *Terra e Gente* primeiro foi publicado pelo Governo do Estado, sendo um livro integrado (com várias disciplinas) e posteriormente, uma editora estrangeira, a Editora Evans, procurou na Secretaria de Educação do Maranhão por pessoas que pudessem escrever um livro de Estudos Sociais do Maranhão. Na ocasião, os nomes de Francisca Maria Barros Mattos e Eulália Maria da Silva foram indicados por terem sido estas as responsáveis por esses conteúdos no livro integrado publicado pelo Governo do Estado na gestão do governador Luiz Rocha.

Francisca Mattos e Eulália Silva aceitaram a proposta da Editora Evans e reformularam os conteúdos de acordo a proposta da nova editora e, assim, publicaram o livro *Terra e Gente: Estudos Sociais: Maranhão*.

Francisca Mattos ao falar da disciplina Estudos Sociais do Maranhão, afirma que esta nomenclatura é decorrente da Lei 5.692/71 que

definia os componentes curriculares: Comunicação e Expressão, Estudos Sociais, e tudo o mais. Essa forma de trabalhar Estudos Sociais eu acho que tem uma concepção de articulação de conteúdo, de História e Geografia principalmente nas séries iniciais. Existem outras versões ou críticas, é bom que se diga. E eu conheço todas as críticas. Mas eu acho que é bom também que a gente analise, que muitas vezes essas definições, a organização disciplinar, ela pode favorecer a fragmentação do conteúdo, ela pode favorecer a fragmentação do conhecimento. Eu acho que tem duas questões: passa pela questão da fragmentação, passa pela questão de dizer: bem, vamos trabalhar os conteúdos, e

não aprofunda muito os conteúdos, passa de um modo geral os conteúdos em termo de mínimo, com os conteúdos mínimos; tá entendendo? Nessa época a visão era essa; a visão era que em Estudos Sociais seria trabalhado os conteúdos de História, Geografia de forma integrada, tá? Essa é que era a visão. E no caso de Estudos Sociais do Maranhão, era basicamente porque: não se tinha livros, exatamente nessa época não se contemplava esses conteúdos ⁴

No livro *Terra e Gente* na 1ª edição, nos conteúdos de Integração Social, podemos perceber a preocupação das autoras na organização das lições, inclusive no uso da iconografia, sendo mesclada de desenhos e de fotografias para ilustrarem os temas abordados.

A professora Francisca Mattos, em sua fala, enfatiza que tem conhecimento da literatura crítica sobre a disciplina de Estudos Sociais.

Dulce Maria P. Camargo Leme, Eloisa de Mattos Höfling, Ernesta Zamboni e o autor Newton Cesar Balzan, no livro *O ensino de Estudos Sociais no primeiro grau* (1986) afirmam que:

Em 1971, a Lei 5692 aponta para o ensino de primeiro e segundo graus uma orientação para a educação técnico-profissional, atribuindo menor importância à formação geral do aluno – esta entendida como conhecimento de aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos da realidade em que vive o educando.

As disciplinas consideradas não-técnicas, como História, Geografia, Filosofia, Psicologia, Sociologia, destinadas prioritariamente à formação geral do estudante, têm sua carga horária diminuída para dar lugar às disciplinas consideradas técnicas. Em meio a essa orientação vemos surgir Estudos Sociais como componente do Núcleo Comum de primeiro e segundo graus, juntamente com a Comunicação e Expressão e Ciências conforme fixa o Parecer 853, do Conselho Federal de Educação.

⁴ Informação fornecida por Francisca Maria Barros Mattos, co-autora do livro *Terra e Gente*, a Odaléia Alves da Costa em janeiro de 2007.

Desde então, Estudos Sociais tem sido alvo de críticas por parte dos educadores em geral, pelo caráter superficial e disciplinar que adquirem na prática, descaracterizando os conteúdos específicos de História e Geografia, redundando em inegável empobrecimento na formação do aluno [...] (LEME et al., 1986, p. 2-3, grifo nosso).

A preocupação de Francisca Mattos com o reducionismo da História e Geografia para uma única disciplina Estudos Sociais é compartilhada não apenas por Leme [et al], mas por muitos outros autores que tratam dessa temática.

Esse reducionismo se estendeu, também, para os cursos de formação de professores, no caso, a Licenciatura em Estudos Sociais.

As mudanças curriculares no ensino de 1º e 2º graus ocorridas com a reforma de 1971 previam a adoção de Estudos Sociais englobando os conteúdos de Geografia e História no curso de 1º grau. Esta medida desencadeia um processo polêmico de lutas e discussões acerca da formação dos profissionais de História e Geografia. Nesta época já estavam sendo implantados em instituições públicas e privadas os cursos de licenciatura curta e longa em Estudos Sociais visando formar professores de Moral e Cívica e de Estudos Sociais. De acordo com a Resolução nº 8, de 1972, do Conselho Federal de Educação, o currículo mínimo destes cursos é constituído das seguintes áreas: História, Geografia, Ciências Sociais, Filosofia, Ciência Política, OSPB⁵ e as obrigatórias EPB⁶ e Educação Física, além da área pedagógica. A duração das licenciaturas curta e longa deve ser respectivamente 1.200 horas, o que equivale a um ano e meio letivo, e 2.200 horas, o equivalente a 3 anos letivos. (FONSECA, 1993, p. 27).

A Licenciatura Curta em Estudos Sociais, também, foi criticada pelas associações profissionais da área de história e geografia:

⁵ Organização Social e Política do Brasil

⁶ Estudo dos Problemas Brasileiros.

No decorrer dos anos 70 as lutas profissionais, desde a sala de aula até a universidade, ganharam maior expressão com o crescimento das associações de historiadores e geógrafos (ANPUH e AGB) que se abriram aos docentes, e seu engajamento na batalha pela volta de História e Geografia aos currículos escolares e extinção dos cursos de Licenciatura de Estudos Sociais. (BRASIL, 1997, p. 27).

Em meio a relação método e conteúdo Francisca Mattos assim expressa sua concepção de História e Geografia do Maranhão:

Olha, a História ela jamais se pode pensar, ela jamais se pode perder de vista que existe uma **articulação passado, presente, futuro**. E é interessante que o aluno ele tem que compreender o presente a partir do passado. Então, nos aspectos históricos e geográficos também, todos os dois, né? A intenção era que o aluno compreendesse o presente, a realidade do mundo presente, a partir do que já passou, saberia estabelecer essa conexão, tá? Tentasse refletir, compreender de forma crítica, que o momento presente é um momento que está articulado com o passado, que esse passado está articulado com o presente, e que esse presente também ele vislumbra ele tem uma perspectiva de futuro, e isso, principalmente nesse aqui, [Terra e Gente] nós tentamos passar de forma crítica, de forma reflexiva. Para que ele compreendesse melhor sua realidade, para que ele pudesse também se compreender como sujeito, como ator também da própria História. Ele é uma criança anônima, mas anônima do ponto de vista não de uma concepção dos heróis, analisamos muito, criticamos muito, **e pensamos que as pessoas fazem História no seu lugar**, na sua vida, na sua família, no seu município, no seu bairro. Então foi uma tentativa de fazer essa reflexão; **ele como agente transformador, do seu meio, da sua história**. Até ele mesmo enquanto pessoa atuando na natureza, nós sabemos que o homem ele tem destruído, ele tem depredado muito a natureza, sabe? E a criança, o jovem lá no seu meio onde ele atua, convive, onde ele mora, ele pode contribuir para tudo isso. Uma tentativa nossa. (grifos nossos, informação verbal).

Essa preocupação de Francisca Mattos com a valorização da história individual dos alunos, em que apresenta uma visão

da história emancipadora, onde os discentes são sujeitos de sua própria história, se reflete também em seu livro *Terra e Gente*, 1ª edição. Vejamos um exemplo (Foto 5):

AMPLIANDO SUA VIVÊNCIA

Converse com moradores antigos do seu povoado e descubra alguma coisa sobre o passado, e a origem da população.

1º Quais foram os primeiros habitantes do seu povoado? _____

2º Que tipo de trabalho desenvolviam? _____

3º Quais os costumes herdados desses primeiros habitantes? _____

APRENDENDO UM POUCO MAIS

MIGRAÇÃO

Após a leitura do texto "Migração", responda as questões abaixo:

1º Cite motivos que levam as pessoas a sair do seu lugar de origem em busca de outro lugar para morar.

2º Explique o que é migração.

141

Foto 5 - Exercícios sobre a "Origem da população do Maranhão".
Fonte: MARANHÃO. Secretaria de Educação do Estado. **Terra e Gente**: caderno de atividades: 3ª série. São Luís: [s.n], 1985.

A ideia de trabalhar com a realidade do aluno, pessoal e comunitária é defendida por Bezerra (2003, p. 44):

Assim, a História, concebida como processo, busca aprimorar o exercício da problematização da vida social, como ponto de partida para a investigação produtiva e criativa, buscando identificar as relações sociais de **grupos locais**, regionais, nacionais, e de outros povos; perceber as diferenças e semelhanças, os conflitos/contradições e as solidariedades, igualdades e desigualdades existentes nas sociedades; comparar problemáticas atuais de outros momentos, posicionar-se de forma crítica no seu presente e buscar as relações possíveis com o passado.

Dessa forma, podemos perceber que o discurso de Francisca Mattos não está deslocado da sua escrita no livro didático e que o mesmo está condizente com os paradigmas do ensino de História que consideram a história local e o cotidiano, valorizando os antepassados da própria comunidade.

Ao comentar sobre as obras importantes para a escrita do seu livro didático, Francisca Mattos afirma:

Nós estudamos muito. Preocupamo-nos em estudar. Nessa época já tinham algumas produções que criticavam o livro didático. “*A ideologia do livro didático*”, “*Mentiras que parecem verdades*”, e nós começamos a nos apropriar desse material. As questões raciais, as questões de gênero. Então isso abriu muito essa questão ideológica, para nós, foi muito interessante, e APESAR de que, nessa época predominava muito a concepção tradicional de currículo, ainda era muito predominante, tradicional de certa forma; ainda tem resquícios ainda hoje, mas nessa época ainda era muito forte, então começamos a estudar a parte mais crítica, e foi muito interessante, contribuiu muito, e também os conteúdos específicos, porque na primeira equipe⁷ era uma equipe muito

⁷ A equipe era composta por: chefe da assessoria especial – Maria Núbia Barbosa Bonfim; coordenadoria de ensino de 1º grau – Maria da Paz

polivalente que era formada por profissionais, por pedagogos, e um profissional de cada área: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia e tal, e a segunda equipe⁸ não, que era só eu, eu e uma amiga minha, uma amiga minha que era formada em Geografia, que é Eulália. E também principalmente não na primeira equipe também, mas na segunda, já nesse aqui com Eulália, nós recorremos muito ao arquivo. Ao Arquivo Público do Maranhão, procurando documentos, assim, material...

Francisca Mattos destaca sua preocupação em acompanhar as discussões que estão acontecendo no espaço da academia, a exemplo das pesquisas sobre ideologia no livro didático conforme relatado na introdução desta obra. Procurando sempre considerar esses debates na escrita do livro *Terra e Gente*. É também apontada pela autora, a importância do trabalho em equipe para a escrita e a publicação de um livro.

Na bibliografia elencada pelas autoras em sua obra aparecem dois livros didáticos com os quais estamos trabalhando: “Gente, terra verde e céu azul” e o “Pequena História do Maranhão”, o que nos confirma o **consumo** dos livros pesquisados. Elas fazem referência também ao Almanaque Abril, a Enciclopédia Barsa, dentre outras produções.

Nesse caso a escrita do livro didático esteve relacionada a uma série de oportunidades: acadêmicas (formação em Estudos Sociais), profissionais (trabalhar na Secretaria Estadual de Educação

Porto Macedo Costa; coordenação – Francisca Maria Barros Matos; equipe de elaboração – Alvimar dos Santos Araújo, Ana Maria Silva Mendes, Crisanthême de Castro Santos, Eleutéria Filomena Ferreira Brandão, Eulália Maria da Silva, Francisca Maria Barros Matos, Graça Maria Ferreira de Souza e Maria do Socorro Brito Santos; contando ainda com consultoria, revisão de área, revisão geral, produção visual gráfica e arte final, composição, controle de produção, fotolitagem, impressão e supervisão.

⁸ Além das autoras Francisca Maria Barros Mattos e Eulália Maria da Silva, o livro contou ainda com: editor, coordenação editorial, edição de texto, editoração eletrônica e capa, ilustrações (3 pessoas) e cartografia.

do Maranhão) e políticas (Programa Nacional do Livro Didático).

Francisca Mattos não precisou buscar uma editora para publicar seu livro. A primeira edição foi impressa sob a responsabilidade do Governo do Estado do Maranhão e a segunda edição, foi resultante de uma busca feita pela Editora Evans, procurando por autores que pudessem escrever um livro didático regional de Estudos Sociais. A dupla Francisca Mattos e Eulália Silva (re) escreveu o livro e a Editora Evans publicou.

A publicação do livro tem uma relação intrínseca com o seu local de trabalho, inclusive, ao buscar parcerias para a escrita do livro, contou com o apoio de pessoas da própria Secretaria Estadual de Educação do Maranhão.

Segundo Francisca Mattos, a produção de livros didáticos não é uma atividade lucrativa. Em sua primeira experiência, recebeu apenas uma gratificação no salário, e na segunda, o valor recebido foi simbólico se comparado ao trabalho empregado para a produção do mesmo.

De acordo com Francisca Mattos, as dificuldades encontradas ao trabalhar com a Editora Evans, estiveram relacionadas com a diferença entre a concepção de ensino das autoras e da editora, dessa forma, muitos conteúdos foram censurados, ou tiveram que ser trabalhados de forma superficial; outra dificuldade apontada foi a de comunicação com uma editora de origem inglesa, por conta do idioma; e também no que diz respeito às questões trabalhistas, na assinatura do contrato.

José Raimundo Lindoso Castelo Branco



Foto 6 – José Raimundo Lindoso Castelo Branco

Nasceu na cidade de São João Batista, Baixada Maranhense no dia 2/11/1956. Tem sua trajetória de vida marcada por grandes dificuldades; de família pobre, advinda do interior do Estado do Maranhão, tendo ficado órfão de pai aos 12 anos de idade. Seu pai era arrimo de família e após o falecimento do mesmo teve que buscar alternativas de sobrevivência.

A forma encontrada por Castelo Branco, para garantir sua sobrevivência, foi estudar e trabalhar. Dessa forma, fez vestibular duas vezes, tendo sido aprovado para o Curso Licenciatura em Geografia na Universidade Federal do Maranhão no ano de 1977 e concluindo-o em 1981. Entrou no Magistério e continua até hoje, tendo planos de aposentar-se como professor.

Castelo Branco foi professor da 5ª série até a Educação Superior, tendo passado por instituições públicas e privadas, tais como: Liceu Maranhense⁹, Colégio Marista¹⁰, Colégio Santa Teresa¹¹, Colégio Meng e Centro Universitário do Maranhão (UNICEUMA)¹².

As escolas onde o professor Castelo Branco ensinou/ensina foram/são escolas públicas e privadas do município de São Luís, inclusive, algumas centenárias, como é o caso do Colégio Santa Tereza e do Liceu Maranhense. Nesta última, o professor Castelo Branco chegou ao posto mais alto na hierarquia de uma escola – direção geral.

O seu livro didático “Estudo Regional do Maranhão” teve duas edições; a primeira em 1987, por uma gráfica de São Luís e a última edição em 1988, pela Editora FTD de São Paulo.

⁹ Escola pública maranhense implantada em São Luís no ano de 1838.

¹⁰ Escola privada da Congregação dos Irmãos Maristas, congregação esta, fundada pelo francês Marcelino Champagnat. Recentemente, o Colégio Marista Maranhense que funcionava em um prédio no Centro de São Luís-MA foi fechado, ao passo que inaugurou uma outra unidade no município vizinho de São José de Ribamar-MA, denominado Colégio Marista do Araçagy.

¹¹ Era o ano de 1894, final do século XIX, quando o Maranhão através do Asilo de Recolhimento Santa Teresa recebeu as Irmãs Dorotéias, vindas das terras italianas com seus sonhos e propósitos idealizados com Santa Paula Frassinetti.
A missão maior: realizar a evangelização através da educação. Iniciou-se, então a proposta educacional do Colégio Santa Teresa. (COLÉGIO SANTA TERESA, 2006, p. 1).

¹² A história do UNICEUMA tem início em 2 de março de 1990, quando o Presidente da República José Sarney assinou o decreto autorizando o funcionamento dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Economia, Letras e Pedagogia para aquela instituição.
No início, as Faculdades Integradas do CEUMA funcionaram no Colégio Meng, onde ocorreu o primeiro vestibular, que teve 3.424 candidatos disputando 400 vagas. Em 1992, o CEUMA encontrou-se instalado definitivamente em sua própria sede no bairro Renascença. Em janeiro de 1993, o Curso de Direito foi autorizado e em 17 de dezembro do mesmo ano, o CEUMA formou suas primeiras turmas. (UNICEUMA, 2007, p. 1).

A Editora FTD é uma editora dos Irmãos Maristas. Na época da publicação da edição do livro pela FTD, Castelo Branco era professor do Marista Maranhense e conta que recebeu apoio do diretor desta escola, à época - Irmão Aguiar - no que diz respeito a realização da pesquisa de campo, bem como os contatos com a editora. Dessa forma, acredita-se que as relações sociais estabelecidas pelo professor contribuíram significativamente para que o mesmo tivesse seu livro publicado por uma editora de circulação nacional.

Segundo o autor, a 1ª edição do livro foi feita por uma gráfica de São Luís que ele não lembra mais o nome. O contato com a gráfica foi feito pelo próprio Castelo Branco e a escolha se deu pelo fato de ser mais acessível economicamente. No caso dessa edição, o autor também foi o divulgador de sua obra, que saiu um pouco prejudicada tendo em vista as inúmeras funções de sala de aula ocupadas pelo autor em escolas diferentes.

Por conta da formação inicial do professor Castelo Branco ser em Geografia, sua atuação no magistério vem acontecendo na disciplina Geografia do Maranhão. E é a partir de sua experiência que ele nos falou sobre sua visão da disciplina ESMA.

Na verdade, se você observar, quando você pega a programação de Geografia do Maranhão, você tem que trabalhar tudo. Desde os aspectos naturais, aspectos físicos, até os aspectos econômico-sociais. A Geografia na verdade ela tem crescido bastante, e saído daquele nível meramente **decoreba** para o nível da reflexão. Então hoje nosso trabalho em sala de aula está mais voltado para esse campo. Levar o nosso aluno a uma reflexão daquele espaço de convivência dele e fazendo uma ligação com o que está acontecendo com o mundo. (grifo nosso, informação verbal).¹³

¹³ Informação fornecida por José Raimundo Lindoso Castelo Branco, autor do livro Estudo Regional do Maranhão, a Odaléia Alves da Costa em janeiro de 2007.

Vale ressaltar que o livro “Estudo Regional do Maranhão”, de autoria do professor Castelo Branco é um livro destinado para a 7ª série, tendo sido usado também em 3ª e 4ª série. Como o espaço de atuação do professor Castelo Branco é de 5ª a 8ª série ele nos fala sobre a disciplina Geografia do Maranhão e não da disciplina Estudos Sociais do Maranhão.

Na visão desse autor, o ensino da disciplina Geografia do Maranhão tem passado por um processo de mudança metodológica, migrando de uma concepção mais tradicional (decoreba), para uma concepção progressista (mais crítica). E é nessa mudança dos caminhos metodológicos que o autor se insere, procurando acompanhar as transformações sofridas pela disciplina.

Assim afirma José Raimundo Lindoso Castelo Branco:

Veja bem: como professor de Geografia, e como maranhense, fazendo um acompanhamento do que é o Brasil, e do que é o mundo, eu diria que o Maranhão é uma terra, um Estado que ainda deixa muito a desejar a nível de crescimento econômico, e principalmente a nível de crescimento social. A gente percebe ainda muita pobreza, muita miséria no Estado, quando o Estado dispõe de uma grande quantidade de terras, e terras essas que não são exploradas, terras essas que são mantidas como latifúndios inexplorados, e isso gera pobreza, gera miséria, e eu lamento que o Maranhão tenha que apresentar ainda esse quadro. A nível educacional não foge à regra; nós somos um dos últimos a nível nacional. Eu acho que está faltando uma política séria que busque o crescimento nesses aspectos; primeiro a nível educacional, porque eu entendo que é a partir da educação que a gente vai poder melhorar o resto. Eu acho que falta isso pro Estado.

Castelo Branco (1988, p. 65) apresenta a economia maranhense centrada no extrativismo vegetal, animal e mineral, mostrando também a agricultura, a pecuária e a indústria. Quanto à última, o autor afirma: “atualmente, o Maranhão vive grandes perspectivas de aumento do seu parque industrial. Com a instalação

da indústria de base Alumar, outras indústrias poderão ter interesse pelo distrito industrial Itaqui-Bacanga”.

O Consórcio de Alumínio do Maranhão, ALUMAR, é um dos maiores complexos de produção de alumínio e alumina do mundo. Começou a ser implantado em julho de 1980 e, desde então, tem desempenhado papel importante na transformação do perfil industrial do Maranhão.

A ALUMAR encontrou em São Luís, Maranhão condições geográficas propícias para sua instalação: o Porto do Itaqui, um dos três maiores portos do mundo, em profundidade, que é utilizado como corredor de exportação da alumina; condições econômicas, tais como isenção fiscal e mão-de-obra barata.

Segundo Castelo Branco, no momento da publicação do livro, ele apresentou os dados mais atualizados sobre a situação econômica do Estado, mas como já transcorreram 20 (vinte) anos, o livro precisa de atualizações.

A escrita de um artigo, de um ensaio, de um livro, de qualquer texto, requer leituras prévias, requer conhecimento do estado da arte. Sendo assim, procuramos conhecer as obras importantes para a escrita do livro didático. A este questionamento, Castelo Branco respondeu:

Na verdade para esse livro sair eu não pude contar com muita obra, porque há uma escassez muito grande. Se você observar, esse livro Geografia do Maranhão; a não ser... Acredito que o livro de Nadir [Terra das Palmeiras] já que o primeiro livro saiu em 1988. **Em 88, não existia Geografia do Maranhão**, a não ser o livro de Nadir já existia nessa época, mas o livro de Nadir é para um nível mais baixo, de terceira e quarta série de Fundamental menor... E esse livro aí [Estudo Regional do Maranhão] ele foi feito com a intenção de atender uma clientela de sétima série, porque eu trabalhava exatamente com essa disciplina Estudo Regional do Maranhão no Marista. Então tinha muita dificuldade. Então na verdade eu tive que partir pra pesquisa. Pesquisa de campo, viajando, buscando mesmo. Porque você conseguia de escrita era muito pouco. Muito pouco mesmo. Não atendia. Foi um trabalho mesmo de pesquisa.

Na fala de Castelo Branco percebe-se a preocupação em marcar o pioneirismo do seu trabalho. Contudo já existia o livro *Geografia do Maranhão* de Sá Vale de 1970, portanto, dezoito anos antes da publicação do *Estudo Regional do Maranhão*.

Na bibliografia citada por Castelo Branco (1988) aparece o Almanaque Abril, as enciclopédias Barsa e Mirador, o livro didático de Rosa Mochel, *Conheça o Maranhão*, dentre outras obras que tratam da História e da Geografia do Maranhão.

Segundo Castelo Branco, o livro *Estudo Regional do Maranhão*

[...] surgiu pela necessidade que eu, enquanto professor de *Estudo Regional do Maranhão*, tinha, eu e os meus alunos de sétima série. Porque quando eu fiz essa faculdade [Geografia pela Universidade Federal do Maranhão, concluída em 1981] nem a cadeira de Maranhão eu tive. Então pra você ver, a carência na verdade era muito grande. Então a causa maior foi a necessidade que nós tínhamos para atender uma clientela que queria saber sobre o Estado e nós não tínhamos como mostrar

Conforme vimos acima, a motivação para a escrita desse livro nasceu da necessidade sentida no âmbito da sala de aula, enquanto professor, de um material que pudesse auxiliar sua prática docente e ser também uma fonte informativa para os discentes.

Para Castelo Branco, tanto as motivações para escrever o livro, como as estratégias de publicação, foram bem diferentes dos demais autores. Castelo Branco teve que ser o patrocinador da primeira edição do seu livro, contando com o apoio da editora FTD somente na segunda edição.

Pierre Bourdieu, no capítulo “*O campo intelectual: um mundo à parte*” da obra “*Coisas ditas*”, explica como se constitui um campo literário, campo este compreendido tanto como campo artístico, literário ou científico.

Como então se constitui um campo literário? Assim diz Bourdieu (1990, p. 170):

O campo literário trata-se de uma questão de poder – o poder de publicar ou de recusar a publicação, por exemplo -, de capital – o do autor consagrado que pode ser parcialmente transferido para a conta de um jovem escritor ainda desconhecido, por meio de um comentário elogioso ou de um prefácio; - aqui como em outros lugares observam-se relações de força, estratégias, interesses, etc.

As estratégias de publicação dos livros didáticos são as mais diversas. Mas o que essas estratégias apresentam em comum é o capital social dos autores. É através do capital social que as autoras e os autores estabeleceram relações com as editoras, gráficas e tipografias que publicaram seus livros.

Para Castelo Branco, o local de trabalho, influenciou desde a motivação para a escrita do livro e supõe-se que o fato dele estar trabalhando no Marista facilitou o seu acesso a Editora FTD, que é uma editora da Congregação dos Irmãos Maristas.

A precarização da profissão docente, dificultando o trabalho do professor como autor de livros, é destacada por Castelo Branco, uma vez que esta categoria tem uma baixa remuneração, tem que se submeter a múltiplas jornadas de trabalho a fim de garantir a sobrevivência sua e da família.

Castelo Branco afirma que o percentual repassado pela editora para os autores é de 5%. E que o ganho maior se dava por conta do recebimento das publicações da editora enviadas para o seu endereço residencial durante a vigência do contrato.

Os entrevistados relatam que ser autor de livro didático regional não é uma atividade rentável uma vez que esses livros são vendidos em sua maioria para o FNDE a um preço simbólico. Porém, sentem-se recompensados com a utilização desses livros por alunos e professores e ao ouvir da comunidade os depoimentos sobre o uso dos livros. Castelo destaca ainda que no período de vigência de seu contrato de sete anos com a FTD ele tinha a satisfação de receber em sua casa um exemplar de todas as publicações da referida editora.

A dificuldade sentida por Castelo Branco para divulgar o seu trabalho foi minimizada a partir da publicação do mesmo pela FTD, uma vez que esta editora dispõe de uma equipe de divulgadores.

Cada um dos autores aponta dificuldades diferentes e particulares para si: fontes, censura, comunicação, divulgação e custos. Na verdade, a produção de um livro, que passa pelas mãos de vários profissionais, editores, revisores, ilustradores, cartógrafos, diagramadores tem muitas mãos acrescentando e retirando elementos do livro a ser publicado.

Quanto à relação do autor com a editora, esta “[...] não é gráfica que imprime o texto que o autor entrega. Mexerá no texto, exigirá reformulações, fará adaptações e estabelecerá cláusulas e obrigações. O autor será autor porque nunca mais deixará de reescrever o seu texto”. (MUNAKATA, 1997, p. 169).

Na verdade, no processo de escrita, quer seja de um livro didático, ou de outro material, tem-se uma relação de interdependência muito grande, uma vez que esse processo envolve muitos sujeitos e que os autores não são auto-suficientes, mas dependem de uma larga equipe de trabalho até que a sua mercadoria chegue ao consumidor “final”.

As informações sobre tiragem são difíceis de serem catalogadas, porque não são impressas nos livros e também porque os autores entrevistados não sabem dar essa informação. Portanto, temos apenas uma ideia de quem é mais utilizado pela circulação que essa mercadoria teve entre professores e alunos.

Maria Nadir Nascimento



Fonte: NASCIMENTO, Maria Nadir.

Maria Nadir Nascimento nasceu em Pedreiras (MA), em junho de 1940. Tem uma trajetória entre Pedreiras (MA), São Luís (MA) e São Paulo (SP). Fez o curso ginásial em sua cidade natal, o curso normal na Escola São Vicente de Paulo em São Luís (MA), e o curso de Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional em São Paulo (SP). Trabalhou no Serviço Social

da Indústria (SESI-SP) com aprendizado doméstico nas áreas de saúde e alimentação; na Secretaria Estadual de Educação, em São Luís (MA) com serviços de orientação educacional de primeiro e segundo grau (hoje, Ensino Fundamental e Ensino Médio), passando também nesta secretaria pela área de planejamento. Obras publicadas: *Terra das Palmeiras*, São Paulo, FTD, 1977, 1984 e 1996; *História do Maranhão*, São Paulo, FTD, 2001 e *Geografia do Maranhão*, São Paulo, FTD, 2001.

Segundo Nascimento, por conta da disciplina Estudos Sociais do Maranhão (ESMA) apresentar conteúdos relacionados à História e à Geografia do Maranhão, e ser destinada aos alunos maranhenses é uma disciplina que trata das origens (raízes) dos próprios estudantes e, portanto, deve ser apresentada com muita seriedade. Para a autora, fazer os estudantes conhecerem a realidade onde vivem contribuirá para a identificação com a própria terra e a valorização do Estado onde nasceram ou vivem.

Indagamos a autora sobre suas concepções de História do Maranhão e Geografia do Maranhão uma vez que:

A história regional passou a ser valorizada em virtude da possibilidade de fornecimento de explicações na configuração, transformação e representação social no espaço nacional, uma vez que a historiografia nacional ressalta as semelhanças, enquanto a regional trata das diferenças e da multiplicidade. A história regional proporciona, na dimensão do estudo singular, um aprofundamento do conhecimento sobre a história nacional, ao estabelecer relações entre as situações históricas diversas que constituem a nação. (BITTENCOURT, 2004, p. 161).

A professora Maria Nadir Nascimento nos fala sobre sua concepção de História e Geografia do Maranhão:

A concepção, inclusive você vai formando dentro do que você vai fazendo, vai crescendo. Porque quando você fica a nível da História, principalmente do como nós estudamos, que era uma coisa mais **decorativa**, e quando você começa a pesquisar, você vai vendo coisas muito interessantes que você não viu como estudante, porque a visão que te davam era outra. E aí é que você se dá conta do quanto você precisa estar atento para passar isso para a criança que venha gerar prazer e o interesse de realmente estar buscando o que é da sua realidade. Aprofundando isso, vivendo isso, e sabendo que você é participante desta História e dessa Geografia, que às vezes antes, pelo menos no tempo em que eu estudei era uma coisa mais distante... Era estudar para fazer prova, **decorar datas**. E olha eu tenho uma coisa interessante: eu tinha implicância com a história, quando estudante, exatamente por conta dessa **forma** como era dada, quando foi feito [...] na minha época tinha o exame de admissão, você sabe que eu fui reprovada no exame de admissão por conta da História?! Porque eu tinha implicância com a coisa. E aí quando você me fala dessa concepção, isso me ajudou muito porque me trouxe esse lado de rever essa História e rever essa Geografia. E do quanto é importante que você passe isso da melhor forma possível, para a criança fazendo ela ser participante disso. E do professor também, que não fique nessa visão do só buscar, não a compreensão da matéria, mas o **decorar** a matéria. (grifos nossos, informação verbal).¹⁴

Como vimos, a resposta da professora Maria Nadir Nascimento está muito atrelada à questão da metodologia de ensino. Não muito raramente, encontramos nas falas dos autores, alusão à metodologia de ensino de Estudos Sociais (ou de História e de Geografia) termos como “decoreba”, “matéria decorativa”, “aprender de cor”.

Os anos 80 foram momentos de intensos debates sobre a renovação do ensino de História, nos quais igualmente ocorreram as questões a cerca do seu método de ensino, em razão de sua caracterização como disciplina que exige

¹⁴ Informação fornecida por Maria Nadir Nascimento, co-autora do livro Terra das Palmeiras, a Odaléia Alves da Costa em janeiro de 2007.

do aluno apenas “saber de cor” nomes e datas de fatos e personagens ilustres. Nessa época de debates muito intensos, [...] aprofundou-se o problema do método tradicional e foi então possível compreender melhor o significado das relações entre *método e conteúdo*. (BITTENCOURT, 2004, p. 227, grifos da autora).

Perguntamos a autora sobre o conceito de Maranhão, a fim de que pudéssemos observar como este foi representado nos livros didáticos.

Maria Nadir Nascimento assim se expressa:

Olha, a gente vai, principalmente se você pega a História do Maranhão e começa a ver toda a sua trajetória, tem hora que você se entristece pelo estado como ele ainda se encontra quando podia estar muito mais avançado, muito mais adiante.

Tomemos como exemplo desta situação o que diz a autora sobre o comércio no Maranhão:

O Maranhão vende, entre outras coisas: carvão, calcário, madeira, alumínio, babaçu e seus derivados, arroz, pescado, carnaúba, algodão, sal, couro e peles.

Ele compra: petróleo e derivados, máquinas e motores, veículos, eletrodomésticos, móveis, medicamentos, tecidos, fertilizantes, etc. (NASCIMENTO; CARNEIRO, 1996, p. 56).

O Maranhão teve seu apogeu econômico abrangendo dois períodos: o Ciclo do Algodão (até 1868) e o Ciclo do Açúcar (1868 a 1894). Mas acontece que esses ciclos agrícolas começam a decair e, dentre outros motivos, destacamos: o “fim” do regime escravocrata e o advento da República o que ocasionou uma grande crise no sistema de plantação. Desde esse período o Maranhão não tem apresentado um desenvolvimento econômico satisfatório ocupando sempre as últimas posições no “ranking” nacional.

A autora comentou, ainda, sobre a representação do conceito de Maranhão na escrita dos livros didáticos. Nadir afirma que estará mais atenta nas próximas edições no que diz respeito ao registro de sua representação de Maranhão e reforça o papel do professor em relação ao tratamento das informações presentes no livro didático.

Maria Nadir Nascimento destaca o papel do manual do professor, e que através deste é que ela dava orientações para a utilização do livro didático. Nadir ressalta também o papel importante do professor no uso desse livro, pois o que seria de um bom livro didático nas mãos de um professor desnorteado?

Para Maria Nadir Nascimento, a obra do professor Mario Meireles bem como diálogos estabelecidos com ele foram de fundamental importância na escrita dos conteúdos de História, já quando se trata dos conteúdos de Geografia, Nascimento afirma ter mais dificuldades por conta das atualizações constantes.

Nota-se um diálogo estabelecido entre as gerações de autores. Nesta pesquisa, ressaltamos o papel do professor Mario Meireles enquanto historiador autodidata e aqui, Nascimento reafirma a importância deste professor para a escrita do seu livro.

Procuramos entender mais a fundo como surgiu a ideia de escrever um livro didático de Estudos Sociais do Maranhão. Maria Nadir Nascimento comenta:

Surgiu desse convite meio imposto numa pessoa da editora [FTD] que veio a São Luís, me visitar, que eu tinha mudado de São Paulo, e me chegou fazendo essa proposta, e eu achei muito estranho, porque nunca tinha passado pela minha cabeça escrever um livro. As pessoas falam assim: **Ah é escritora, não sou escritora, sou uma autora;** é diferente... Escritor é uma coisa vem, brota; **mas como autor você tem que realmente se debruçar, e pesquisar, e buscar, pra fazer da melhor forma possível.** Então a forma como ele surgiu foi assim; e aí como eu tava começando o trabalho na Secretaria de Educação, tinha muita ocupação, e achei que não ia ter tempo de fazer isso, dentro do tempo inclusive que me foi dado, e convidei uma pessoa amiga que trabalhava comigo, professora Deuris. Na verdade não era uma professora, era

uma assistente social, mas uma pessoa que se dedicava, e tinha sido professora a nível de primário, em algum tempo atrás, e era alguém que se dispunha a tudo que fosse encarada, por ela dava a maior atenção e dedicação, e assim a gente se juntou e saiu os livros... Aliás, os livros não, que os livros são hoje; que a História é separada da Geografia. Nasceu o Terra das Palmeiras, que na época era Estudos Sociais era junto História e Geografia. (grifos nossos, informação verbal)

Segundo o dicionário Aurélio (2001), autor é o criador de obra artística, literária ou científica. Por sua vez, apresenta a seguinte definição para o verbete escritor é o autor de composições literárias e/ou científicas. No dicionário Aurélio a diferença que há entre autor e escritor é que o primeiro pode ser autor também de obra de arte enquanto o último termo diz respeito à autoria de obras escritas, quer sejam literárias ou científicas.

A diferenciação feita por Maria Nadir Nascimento entre autor e escritor, se reflete no reconhecimento que um autor de livros didáticos tem na sociedade, no status ocupado por este em seu espaço de atuação. Diz respeito ainda, a dimensão da elaboração da escrita de um livro didático que segue padrões mais formais em relação ao processo de criação quando comparado a um livro de poesias, por exemplo.

Sobre o status ocupado pelos (as) autores (as) e pesquisadores (as) de livros didáticos Antônio Augusto Gomes Batista afirma:

Trata-se de um livro efêmero, que se desatualiza com muita velocidade. Raramente é relido; pouco se retorna a ele para buscar dados ou informações e, por isso, poucas vezes é conservado nas prateleiras de bibliotecas pessoais ou de instituições: com pequena autonomia em relação ao contexto da sala de aula e à sucessão de graus, ciclos, bimestres e unidades escolares, sua utilização está indissolivelmente ligada aos intervalos de tempo escolar e à ocupação de papéis de professor e aluno. Voltado para o mercado escolar, destina-se a

um público em geral infantil; é produzido em grandes tiragens, em encadernações, na maior parte das vezes de pouca qualidade, deteriora-se rapidamente e boa parte de sua circulação se realiza fora do espaço das grandes livrarias e bibliotecas. Não são poucos, portanto, os indicadores do *desprestígio* social dos livros didáticos. Livro “menor” dentre os “maiores”, **de “autores” e não de “escritores”**, objeto de interesse de “coleccionadores” mas não de “bibliófilos”, manipulado por “usuários” mas não por “leitores”, o pressuposto parece ser o de que seu *desprestígio*, por contaminação, **desprestigia também aqueles que dele se ocupam, os pesquisadores nele incluídos**. (BATISTA, 1999, p. 529-530, grifos nossos).

Batista (1999) aponta vários problemas relacionados aos livros didáticos. Alguns se enquadram e outros não, com o perfil dos livros e dos autores regionais com os quais estamos trabalhando.

Os livros didáticos regionais, por sua escassez, são lidos e relidos várias vezes. Um livro é lido por diferentes gerações, sendo preservado, por sua escassez e sua utilidade, em bibliotecas particulares.

Pensando na lógica de produção, circulação e consumo, o “Terra das Palmeiras” chegou a quatro edições que circulam pelas escolas do Maranhão. Os exemplares que constam do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís, apresentam marcas de leituras constantes, encontram-se na seção “Maranhão” e sempre ficam localizados na estante dos mais pesquisados.

O livreiro Rui Barbosa, proprietário do sebo de mesmo nome, localizado na cidade de São Luís, afirma que o “Terra das Palmeiras” é um livro que ele sempre compra, quando vai avaliar o acervo de um cliente, mesmo que esteja rasgado ou com figuras recortadas, ainda assim, ele é sempre vendido rapidamente no sebo.

Uma das autoras, Maria Nadir Nascimento, em entrevista concedida para esta pesquisa, afirmou que o seu livro didático

não é utilizado apenas nas salas de aula de 3ª ou 4ª série, mas que ele também é consultado por discentes de todo o Ensino Fundamental e Médio e por pessoas que se preparam para concursos públicos.

Outro ponto questionado foi sobre as estratégias utilizadas pela autora para a publicação dos livros, isto é, como foram estabelecidos os contatos com os editores. Nascimento não teve nenhuma dificuldade para publicar seu livro, uma vez que o mesmo foi fruto de um convite e a editora ficou apenas esperando o texto para publicar.

Para conhecer o capital social da autora procuramos investigar sobre o local de trabalho no momento de publicação do livro. No caso de Nascimento, o local de trabalho – Secretaria de Educação do Estado do Maranhão – não influenciou na publicação do seu livro, mas sim, um contato que ela fez em São Paulo na época em que ela estudava naquela cidade.

Compreendendo o livro como uma mercadoria, indagamos quanto ao ganho com a produção do mesmo.

Maria Nadir Nascimento:

Nós temos um percentual que se recebe de acordo com a venda do livro. E geralmente não é alto isso porque a venda é em função mais do MEC. O MEC compra; então é quase como um preço de custo, que você em cima disso recebe. Se você ver financeiramente você for olhar só isso, não daria. Tem autores que sobrevivem disso, mas porque tem não só um livro como esse nosso que está na praça, mas eles têm vários outros que atinge a todos os Estados, porque esse sendo regional, o lucro é menor, o ganho é menor. Como é de outros Estados esse autor de livro do estado tem um ganho bem menor que não dá para sobreviver. E assim depende, não é todo ano ele tem uma venda que seja compensatória financeiramente. Agora compensa pela utilização que tem. Às vezes eu vejo alguém... Passando da adolescência, já adulto... “Ah, já estudei naquele livro!” Então tem uma certa compensação pra gente.

Maria Nadir Nascimento começa a fazer uma distinção entre a venda para as livrarias e a venda para o MEC, sendo que a primeira é mais lucrativa.

Sobre a venda de livros para o Estado afirma Lizânias de Souza Lima, da editora FTD:

Se você for editar só pra vender pro governo, é capaz de dar prejuízo, porque é assim: o governo paga no mínimo, no mínimo, dez vezes menos! Um livro que custa 15, ele vai pagar 1,50. Claro que ele compra tudo de uma vez..., mas basicamente é isso. Então, [um livro] só voltado para o governo seria impossível. (MUNAKATA, 1997, p. 74).

Contudo, o Estado tem um papel primordial na produção dos livros didáticos. “Desta forma, o Estado interfere no processo de produção do livro didático na *entrada*, ou seja, na fase de planejamento da mercadoria livro, determinando o seu conteúdo, e na *saída*, isto é, no final do processo produtivo, transformando-se em comprador.” (FREITAG; MOTTA; COSTA, 1989, p. 52).

Maria Nadir Nascimento traça também a diferenciação entre um livro de abrangência nacional e um livro local, sendo o primeiro mais lucrativo. Para a autora, o ganho com o livro se dá por conta de sua utilização, pelo fato desse livro ter acompanhado gerações de leitores.

Maria Nadir Nascimento aponta que a principal dificuldade encontrada na escrita do seu livro, diz respeito às fontes. Pelo que a autora relata, nota-se que o Mario Meireles (pessoa e obra) tornou-se a própria fonte de História do Maranhão. No que se refere à Geografia, a autora afirma ter mais dificuldades, uma vez que essa área sofre mudanças constantemente.

Deuris de Deus Moreno Dias Carneiro



Foto 8 – Deuris de Deus Moreno Dias Carneiro

Fonte: MORENO, Marcia de Deus.

Deuris de Deus Moreno Dias Carneiro nasceu na cidade de Picos (PI), onde morou até os sete anos e concluiu os estudos em nível pré-primário no Colégio Monsenhor Hipólito. Por motivo de transferência do seu pai, na época tenente do exército, Deuris veio morar em São Luís (MA). Nesta cidade, foi aluna do Colégio

São Vicente de Paulo, concluiu o 1º e o 2º graus, diplomando-se Professora Primária.

Trabalhou nas escolas: Grupo Escolar de Aplicação Gilberto Costa, Grupo Escolar Zélia Figueiredo Gasparian, Grupo Escolar Maria Firmina dos Reis e Grupo Escolar Marechal Castelo Branco. Ainda como professora primária, exerceu, na Fundação Maranhense de Televisão Educativa, a função de Orientadora de Aprendizagem.

Deuris graduou-se em Serviço Social na Fundação Universidade do Maranhão. Na função de Assistente Social trabalhou no Departamento de Ensino de 2º Grau da **Secretaria de Educação do Estado do Maranhão**, Divisão Materno Infantil, Divisão da Unidade Médica Hospitalar, Secretaria de Administração do Estado do Maranhão.

Deuris desempenhou a função de **Assessora da Secretaria de Educação do Estado do Maranhão**, Gerente do Programa de Expansão e Melhoria da Educação do Meio Rural (EDURURAL), Instrutora Supervisora do Programa Nacional de Agentes Comunitários de Saúde, Diretora da Divisão de Ação Municipal da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Urbano.

Entre cursos de atualização, aperfeiçoamento e especialização, a educadora torna-se escritora e publica, pela Editora FTD, em parceria com Maria Nadir Nascimento, o livro Terras das Palmeiras- Estudos Sociais.

Foi Secretária de Educação do Município de Primeira Cruz (MA) e Santa Luzia (MA). A qualidade do trabalho desenvolvido, junto ao município de Santa Luzia, tornou-se referência nacional, sendo o indicativo decisivo para que o então Ministro da Educação Paulo Renato Souza¹⁵ a convidasse para compor a Comissão Nacional do Projeto Toda Criança na Escola. Deuris também foi responsável pela implantação dos cursos de formação docente

¹⁵ Foi Ministro da Educação de 1/1/1995 a 1/1/2003.

ministrados pela Universidade Federal do Maranhão no município de Santa Luzia.

Maria Nadir Nascimento tendo recebido o convite da Editora FTD para publicar um livro de Estudos Sociais do Maranhão, estendeu o convite a sua colega de trabalho na Secretaria Estadual de Educação do Maranhão, Deuris de Deus Moreno Dias Carneiro. Tendo aceito o convite, escreveram a quatro mãos o livro *Terra das Palmeiras*, o livro didático de Estudos Sociais mais conhecido em todo o Estado do Maranhão.

Este livro, diferentemente dos demais, não surgiu de uma necessidade das autoras que viram em sala de aula a carência de um livro dessa natureza, mas sim a partir do convite que foi feito a Nadir e estendido a Deuris conforme relatado anteriormente.

Nesta pesquisa, entrevistamos a professora Maria do Socorro de Moura Matos, que escreveu o livro de *Geografia do Maranhão*, que nunca foi publicado. A mesma afirma, na sua entrevista, que andou várias vezes pelos corredores do SIOGE com os originais do seu livro para mostrá-los ao diretor daquela instituição, no entanto, seu livro não foi publicado.

Neste capítulo traçamos um perfil biográfico dos autores e autoras dos livros didáticos de Estudos Sociais do Maranhão, para compreendermos as diferentes formas pelas quais essas pessoas foram se constituindo autores de livros didáticos e as influências do contexto social e econômico nesse processo de constituição do sujeito-autor. No capítulo seguinte, vamos analisar os livros didáticos de Estudos Sociais do Maranhão escritos pelos autores antes mencionados.

OS LIVROS DIDÁTICOS DE ESTUDOS SOCIAIS DO MARANHÃO

“Olha, gente, uma coisa que a gente precisa ter na cabeça: o livro didático para boa parte das pessoas é o único livro que a pessoa tem, que ela lê na vida”. O livro didático é o único livro a que os pobres têm acesso, via programas de governo. Quer dizer, o fato de o livro didático ter essa participação monstruosa é também porque os outros livros não têm participação nenhuma.

Kazumi Munakata

O livro didático é um importante veículo de conhecimento para professores (as) e alunos (as) de todas as camadas sociais, sobretudo das mais baixas. É o livro didático que tem ultrapassado muitas barreiras geográficas e chegado aos diferentes recantos do Brasil, quer seja em barco, lombo de burro, caminhão, trem ou outro meio de transporte. Nos lugarejos onde não tem sequer uma farmácia ou uma padaria é possível encontrar livros didáticos na atualidade.

As fontes para a produção deste capítulo foram os livros didáticos de Estudos Sociais do Maranhão publicados entre 1970 e 1996. A busca pelos livros didáticos, conforme mencionado na introdução deste livro foi um trabalho árduo que contou com apoio

de bibliotecas públicas e particulares do Brasil.

Tomamos como referência para construção desse capítulo os mesmos pontos analisados por Filgueiras (2006), a saber: os índices, prefácios e orientações; os conteúdos por eles vinculados; os métodos propostos; as atividades e os exercícios.

No quadro a seguir, apresentamos os livros didáticos que localizamos no decorrer da pesquisa. Convém mencionar que não encontramos nenhum exemplar do livro de Sidia Sant'Anna Bopp bem como do de Francisco Coelho Sampaio, mas sabemos que eles existiram porque constam nas bibliografias dos livros que estamos pesquisando.

Nº	AUTOR(A)	TÍTULO	EDIÇÃO	ANO	EDITORIA	LOCAL DE EDIÇÃO	NÍVEL DE ENSINO
1	Sidia Sant'Anna Bopp	Linguagem e estudos sociais 2: livro para o Estado do Maranhão	S/N	1970	Tabajara	São Paulo	2ª série
2	Mário M. Meireles	Pequena História do Maranhão	1ª	1959	SENAC	Rio de Janeiro	primário
	Mário M. Meireles	Pequena História do Maranhão	S/N	s.d.	Tipografia São José	São Luís	primário
	Mário M. Meireles	Pequena História do Maranhão	3ª	1970	SIQGE	São Luís	primário
	Mário M. Meireles	Pequena História do Maranhão	S/N	s.d.	Rotary Club de São Luís	São Luís	primário
3	Rosa Mochel Martins	Conheça o Maranhão	1ª	1971	SIQGE	São Luís	1º grau
4	Maria Ceres Rodrigues Murad	Iniciação aos Estudos Sociais do Maranhão: aspectos geográficos	1ª/2ª	1976 1977	Colégio "Dom Bosco" do Maranhão	São Luís	1º grau
	Maria Ceres Rodrigues Murad	Pedra da Memória: Estudos Sociais do Maranhão	1ª	1979	SIQGE	São Luís	1º grau
5	Francisco Coelho Sampaio	Estudos Sociais: Maranhão	S/N	1980	Ed. do Brasil	São Paulo	-
6	Lídia Maria de Moraes Maria Luísa C. Aroeira Maria José Caldeira	Gente, terra verde, céu azul: Estudos Sociais: História – Geografia – Moral e Civismo	2ª	1982	Ática	São Paulo	1º grau
	Lídia Maria de Moraes Maria Luísa C. Aroeira Maria José Caldeira	Gente, terra verde, céu azul: Estudos Sociais: História – Geografia – Moral e Civismo	7ª	1987	Ática	São Paulo	1º grau
	José Raimundo Lindoso Castelo Branco	Estudo Regional do Maranhão	1ª	1988	FTD	São Paulo	7ª série
8	Governo do Estado do Maranhão	Terra e Gente: Livro de leitura	1ª	1985	Secretaria de Educação - MA	São Luís	3ª série
	Francisca Maria Barros Mattos Eulália Maria da Silva	Terra e Gente: Estudos Sociais	1ª	1996	Evans	São Paulo	3ª série
9	Maria Nadir Nascimento Deuris Moreno Dias Carneiro	Terra das Palmeiras: Estudos Sociais: Maranhão	S/N	[1984]	FTD	São Paulo	4ª série
	Maria Nadir Nascimento Deuris de Deus Moreno Dias Carneiro	Terra das Palmeiras: Geografia e História do Maranhão	S/N	1996	FTD	São Paulo	-

Quadro 1 – Relação de livros didáticos de Estudos Sociais do Maranhão objetos dessa pesquisa

Fonte: Dados da pesquisa

Pequena História do Maranhão

Em nota a 1ª edição, o autor, Mario Meireles conta que este livro surgiu de um pedido da Profª. Odila Soares, à época, Orientadora Pedagógica dos Cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) no Maranhão que precisava de material didático sobre a História e a Geografia do Maranhão e tinha muitas dificuldades em obtê-los.

Dessa forma, dirigiu-se a Mario Meireles e sugeriu a escrita do livro ao mesmo. O SENAC torna-se o editor da 1ª edição do livro “Pequena História do Maranhão”. Na biografia de Mario Meireles escrita por Clóvis Ramos (1990) encontra-se a informação de que no ano de 1974 esta obra contava com 6 edições. Nós conseguimos localizar apenas 4 (Fotos 9,10,11 e 12).

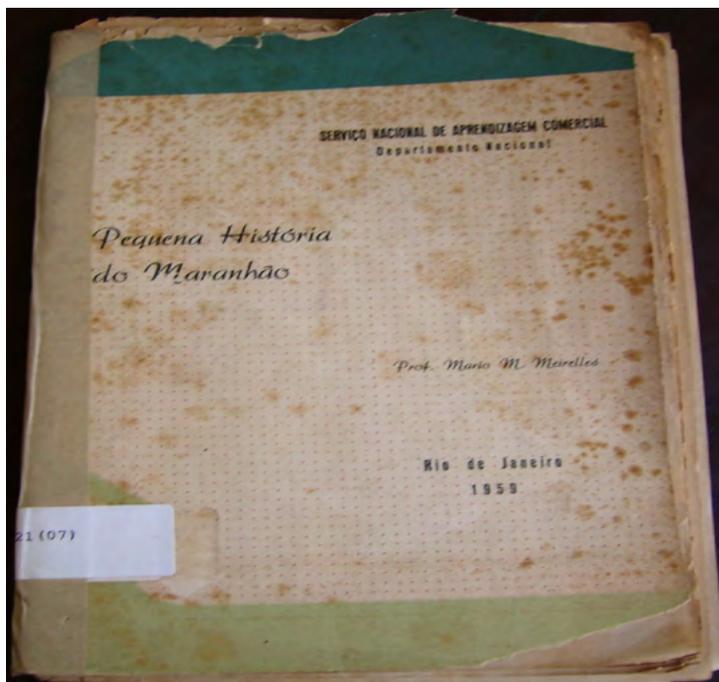


Foto 9 - Capa do livro *Pequena História do Maranhão* (ensino primário), de Mario M. Meireles, com 1ª ed. em 1959, publicado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Rio de Janeiro, com 74 páginas, no formato 15 cm x 22,5 cm. (Acervo da Casa Josué Montello).

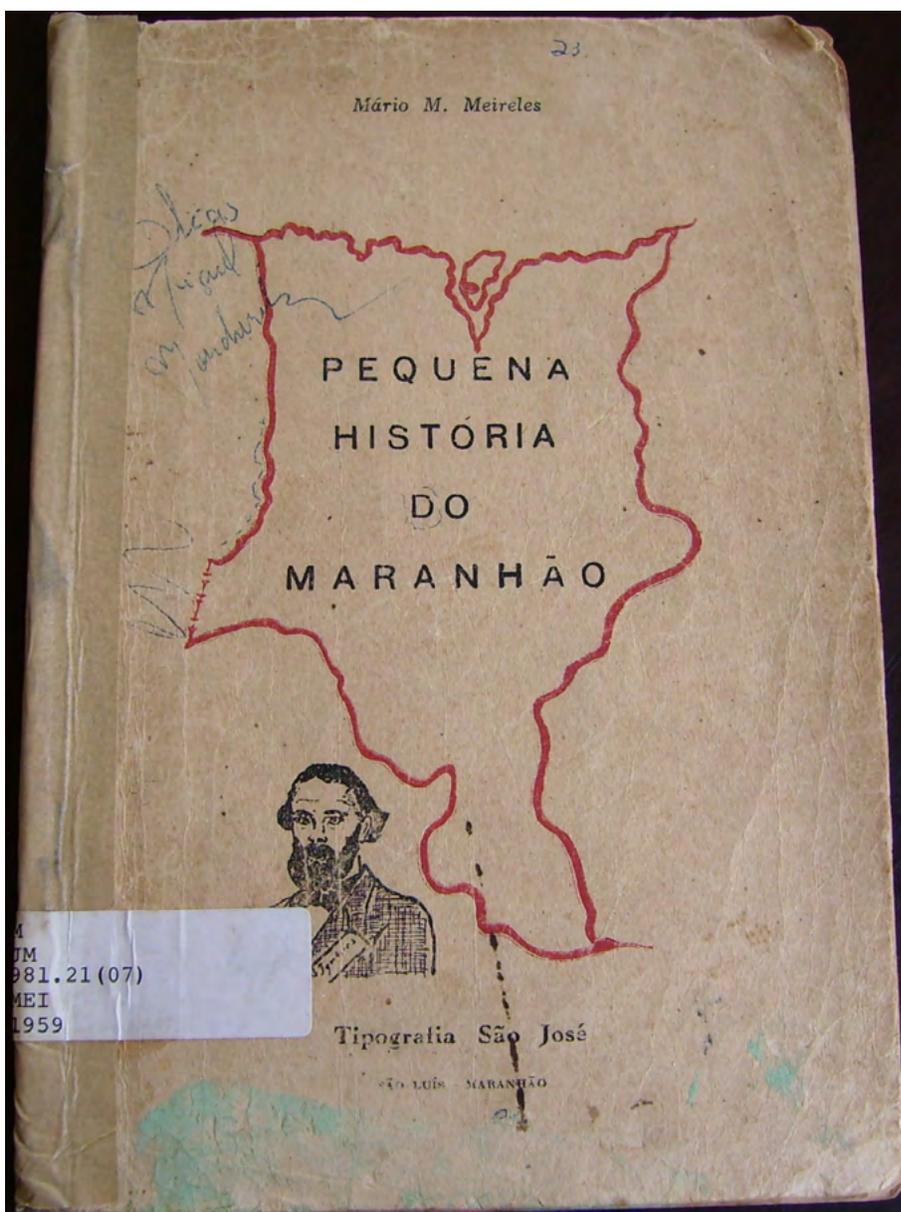


Foto 10 - Capa do livro *Pequena História do Maranhão* (ensino primário), de Mário M. Meireles, com edição sem número e sem data, publicado pela Tipografia São José, São Luís, com 48 páginas, no formato 15,5 cm x 23 cm. (Acervo da Casa Josué Montello).

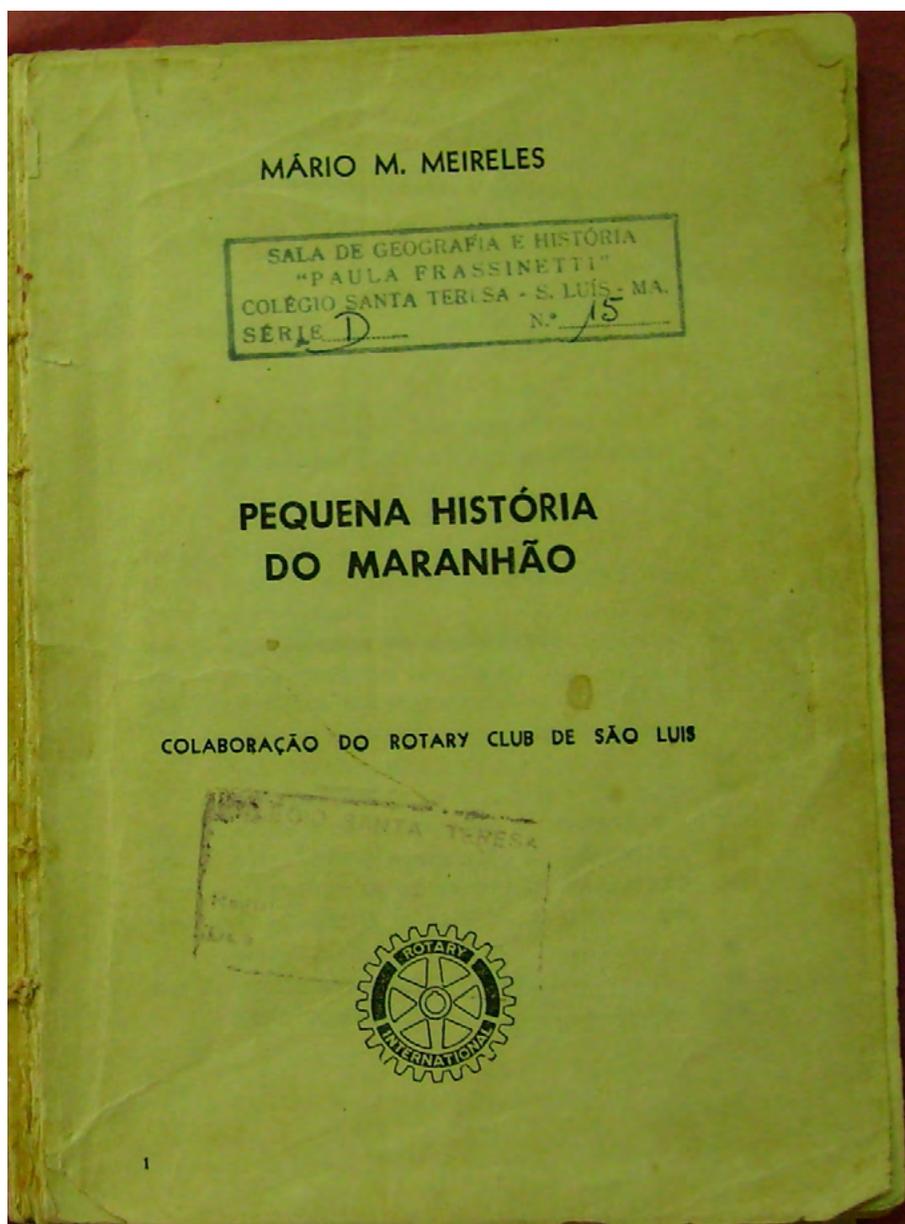


Foto 11- Folha de rosto do livro *Pequena História do Maranhão* (ensino primário), de Mario M. Meireles, com edição sem número e sem data, publicada pelo Rotary Clube de São Luís, com 103 páginas, no formato 13 cm x 18 cm. (Acervo do Colégio Santa Tereza).

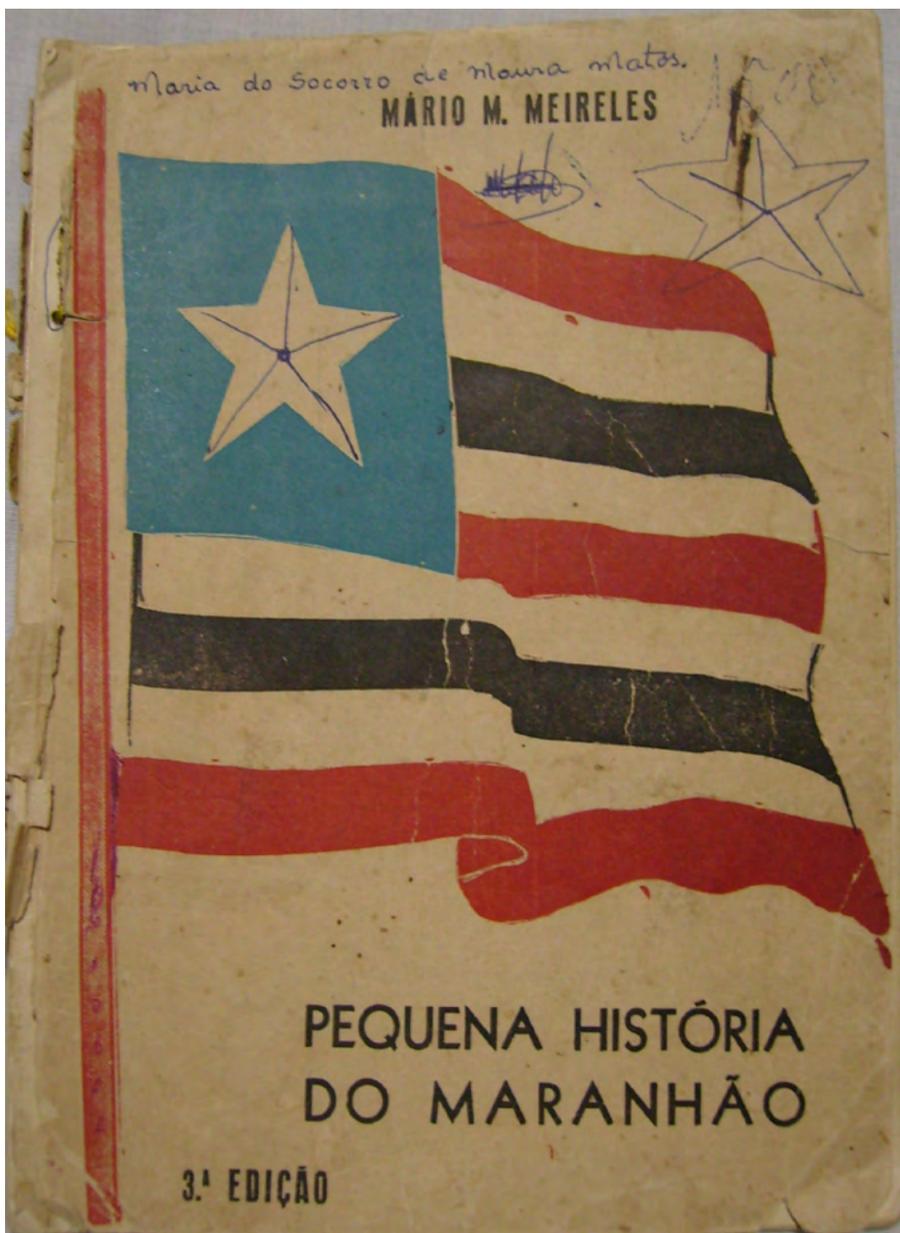


Foto 12 - Capa do livro *Pequena História do Maranhão* (ensino primário), de Mario M. Meireles, com 3ª ed. em 1970, publicado pelo Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado, SIOGE, São Luís, com 72 páginas, no formato 15 cm x 19 cm. (Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite).

O número de edições desse livro é um dado controverso. O próprio Mário Meireles, em uma entrevista concedida a Regina Faria e publicada no livro “Memória de professores: história da UFMA e outras histórias”, quando fala sobre “O início da produção literária e historiográfica”, afirma sobre o “Pequena História do Maranhão”:

No SENAC, queriam que se ensinasse História do Maranhão, mas não existia nenhum livro. Foi quando uma sobrinha de Odilon Soares, que se fez professora do SENAC e de nome Odila – ela casou com um francês e hoje mora na França -, me pediu que escrevesse uma História do Maranhão para o Primário. Aí escrevi *Pequena História do Maranhão*, **obra que foi impressa no Rio e teve uma segunda e terceira edição**. Posteriormente, escrevi *História do Maranhão*, grande, para todo mundo. (FARIA; MONTENEGRO, 2005, p. 432, grifo nosso).

A obra “Pequena História do Maranhão” de Mário M. Meireles através do decreto nº 1732, de 9 de setembro de 1960 assinado por Eloy Coelho Neto, à época governador do Estado, foi adotada nas Escolas Primárias do Estado do Maranhão.

Quanto à presença de ilustrações nas diferentes edições do livro, tem-se o que consta no quadro seguinte:

TÍTULO	EDITORA	ANO	IMAGEM
Pequena História do Maranhão	SENAC-RJ	1959	Sim
Pequena História do Maranhão	Tipografia São José	s.d.	Não
Pequena História do Maranhão	Rotary Clube de São Luis	s.d.	Sim
Pequena História do Maranhão	SIOGE	1970	Não

Quadro 2 – Ausência ou presença de ilustrações nas edições do livro Pequena História do Maranhão

Fonte: Dados da pesquisa

Vejamos um exemplo de ilustração da obra Pequena História do Maranhão (Foto 13):

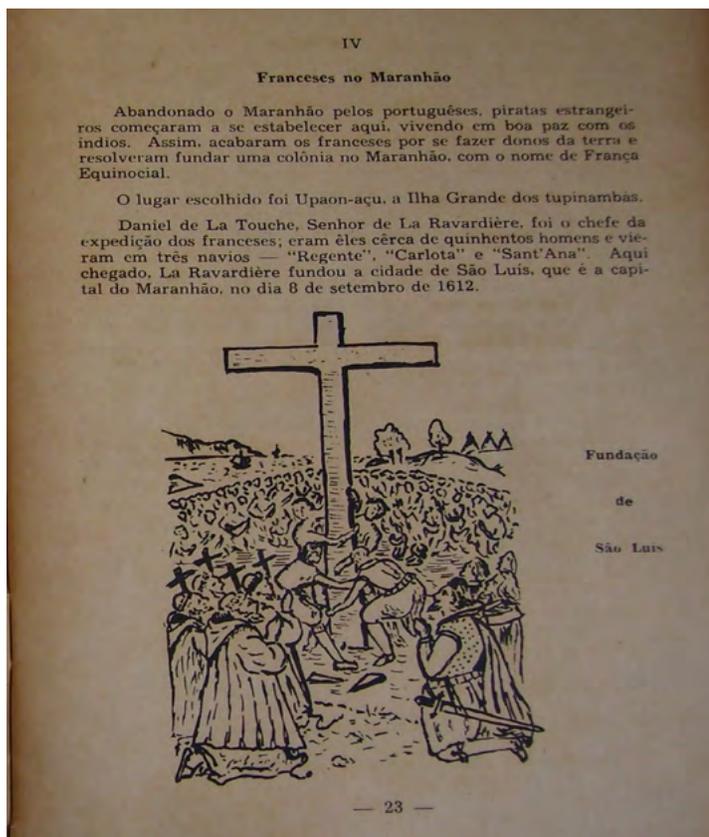


Foto 13 – Ilustração da lição Franceses no Maranhão.

Fonte: MEIRELES, 1959, p. 23.

O livro “Pequena História do Maranhão” é composto de quinze capítulos onde a história do Maranhão é narrada na ordem cronológica dos acontecimentos, a começar pelo “Descobrimiento do Maranhão” até “A revolução de Trinta no Maranhão”, apresentando ainda, os capítulos “A bandeira, o escudo e o hino” e “Maranhenses Ilustres”. A história é narrada priorizando os heróis do sexo masculino, europeus, brancos e cidadãos.

Meireles (1970) divide os capítulos do seu livro em três partes, a saber: texto, exercícios e questionário. No texto, Meireles (1970) apresenta o conteúdo dos capítulos privilegiando as datas e os heróis. Nos exercícios, faz uma orientação metodológica às professoras, sugerindo o uso de mapas geográficos e a visita ao local de fundação da cidade de São Luís, à estátua do Barão de Caxias, estátua de La Ravardière, à Igreja da Sé, dentre outros espaços (Foto 14).

Assim destaca o autor:

A professora aproveitará o assunto da lenda para acentuar a formação cristã de nosso povo e, quando da visita ao busto de La Ravardière, mostrar-lhes-á, na mesma Av. Pedro II, a imagem de N. S. da Vitória, padroeira da cidade por motivo do milagre de Guaxenduba, entronizada no mais alto da fachada da Catedral Metropolitana. (MEIRELES, 1970, p. 25).

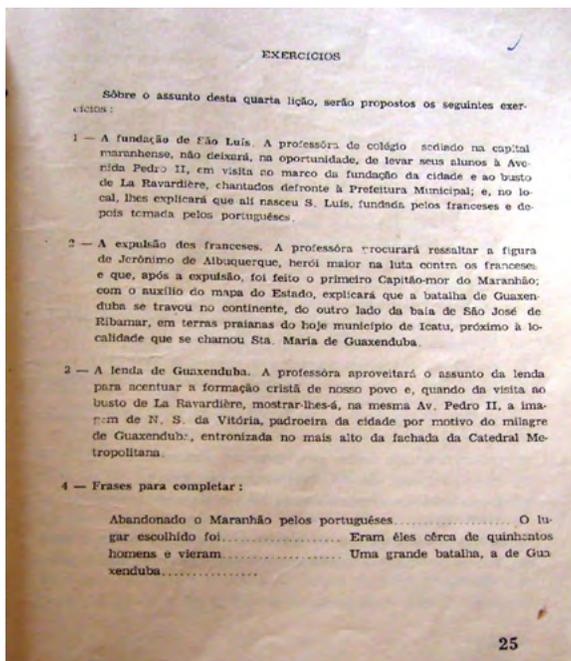


Foto 14 – Página de exercícios.

Fonte: MEIRELES, 1970, p. 25.

Na última parte de cada capítulo, tem-se um questionário contendo em média vinte quesitos que, assim como o texto principal, valoriza os nomes dos heróis e as datas dos acontecimentos. O objetivo do questionário é fazer com que os alunos e as alunas assimilem os nomes dos heróis e as datas dos acontecimentos. Esta postura remonta ao ensino da história que priorizava o evento e sua época e que predominava no período em que a obra foi escrita. (Foto 15).

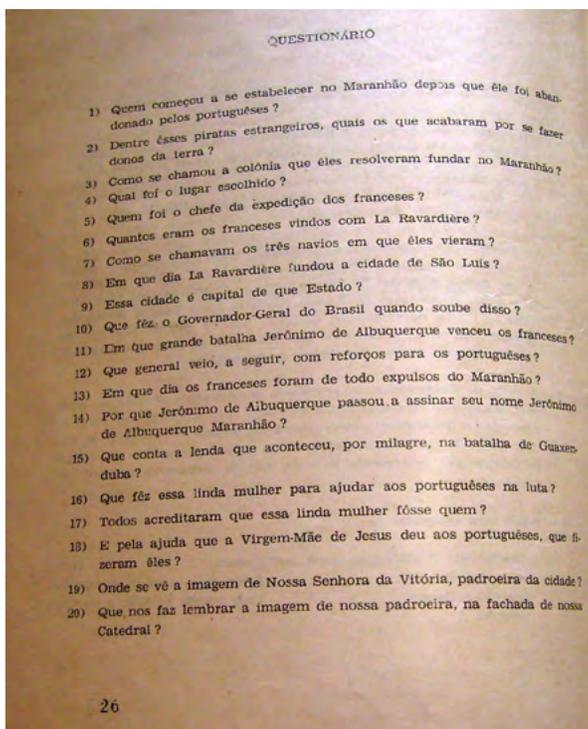


Foto 15 – Página de questionário.
Fonte: MEIRELES, 1970, p. 26.

Em toda a obra, Meireles (1970) faz apenas **duas** referências a mulheres em momentos distintos da história do Maranhão, invasão dos franceses e invasão dos holandeses. No capítulo, “Franceses no Maranhão”, a mulher é representada através de uma lenda que conta:

No mais aceso da batalha de Guaxenduba (19 de novembro de 1614), a pólvora faltou aos portugueses que assim iriam ser derrotados. Apareceu-lhes, porém, por milagre, uma **linda mulher** que apanhava a terra do chão e, transformando-a em pólvora, dava-a aos soldados portugueses que, então, puderam continuar lutando até a vitória. Todos acreditavam que aquela linda mulher fôsse a imagem da Virgem Mãe de Jesus que descera do Céu para ajudar aos portugueses; por isso fizeram-na padroeira da cidade de São Luís, sob o nome de Nossa Senhora da Vitória. E sua imagem vê-se hoje, no mais alto da fachada de nossa Catedral, entre as duas tôrres, para lembrar sempre aos maranhenses a conquista de Guaxenduba. (MEIRELES, 1970, p. 24, grifo nosso).

Aqui, a representação feminina se dá através de uma mulher dócil, que apaziguava os conflitos. A **participação efetiva** de uma mulher na história do Maranhão, narrada por Meireles (1970), é contada por meio de uma lenda que, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa Larousse, é uma narrativa em que fatos históricos são deformados pela imaginação popular ou pela invenção poética (LENDA, 2001, p. 597).

Apesar do milagre realizado pela Virgem Maria (transformar terra em pólvora) ter sido decisivo para a vitória dos portugueses na Batalha de Guaxenduba, para ser considerado como verdadeiro, precisa do elemento fé que não pertence a todos os sujeitos.

A outra mulher citada por Meireles (1970, p. 31-32) tem um **papel secundário**, intercedendo, quando da invasão dos holandeses no Maranhão, por seu marido para que o mesmo não seja assassinado. O episódio é assim narrado:

Foi Pedro Dessais, que respondeu que ele era homem de uma só palavra e que, já tendo feito juramento à bandeira de Portugal, não podia agora fazer à da Holanda. Dessais só não foi morto por essa corajosa resposta, pelos muitos pedidos de sua mulher e dos padres jesuítas.

A mulher de Pedro Dessais juntamente com os padres jesuítas, dotados de meiguice, amor, piedade e compaixão impediram a morte de um “herói” maranhense. Apesar do ato de docilidade por

parte da mulher, nem sequer o nome da mesma foi mencionado. As mulheres estiveram esquecidas, ocupando papéis secundários ou como parte do imaginário popular (lendas) na escrita do livro didático Pequena História do Maranhão.

Terra e Gente

O livro “Terra e Gente” faz parte de uma coleção de livros maranhenses de 1ª a 4ª série, chamados de **Livros de Leitura**. Estes tinham conteúdos de Comunicação e Expressão, Integração Social e Ciências.

A Secretária de Educação do Estado do Maranhão no ano de 1985 era Lêda Maria Chaves Tajra e escreveu uma carta aos professores como prefácio no livro “Terra e Gente”. (Foto 16).

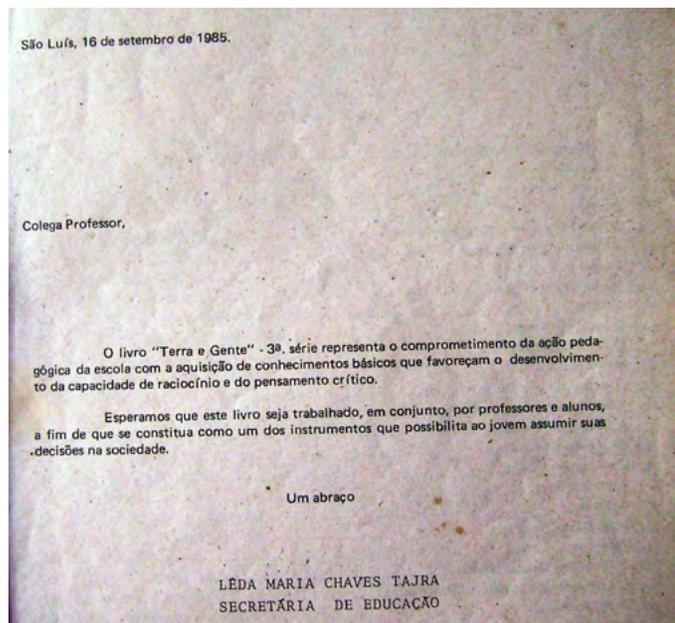


Foto 16 – Carta de Lêda Maria Chaves Tajra – Secretária de Educação do Estado do Maranhão no ano de 1985, direcionada aos professores de 1º grau do Maranhão. Fonte: MARANHÃO. Secretaria de Educação. **Terra e Gente**. São Luís, 1985.

Na carta supracitada, a secretária de Educação do Estado do Maranhão convida os professores a realizarem um trabalho coletivo (professores e alunos) a fim de que este possibilite aos jovens tomarem suas decisões na sociedade. Na verdade, a secretária expressa a função social da escola, como um agente transformador da realidade dos alunos e alunas que são agentes construtores da sociedade.

Esses livros foram elaborados na gestão do Governador Luiz Rocha como compromisso pessoal dele com a educação do Maranhão. Segundo Luiz Rocha em carta publicada também como prefácio do livro Terra e Gente a inspiração para esta coleção ele foi buscar em sua própria história da infância quando não tinha livros para estudar. (Foto 17).

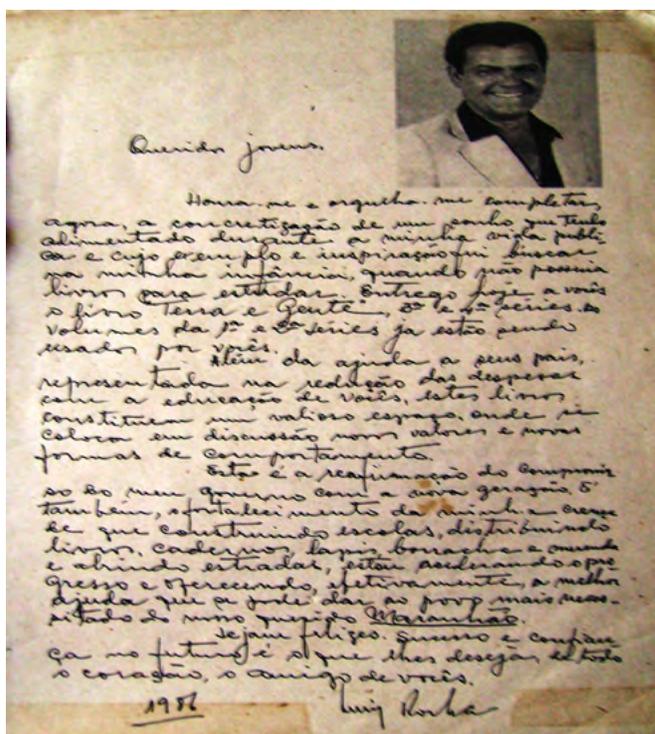


Foto 17 – Carta do Governador Luiz Rocha.
 Fonte: MARANHÃO. Secretaria de Educação. **Terra e Gente**. São Luís, 1985.

Na *Mensagem do Governador Luiz Rocha à Assembleia Legislativa* (MARANHÃO, 1986, p. 134), no capítulo dedicado à Educação, tem-se um subitem “Programa do Livro Didático”, onde os seguintes dados são apresentados.

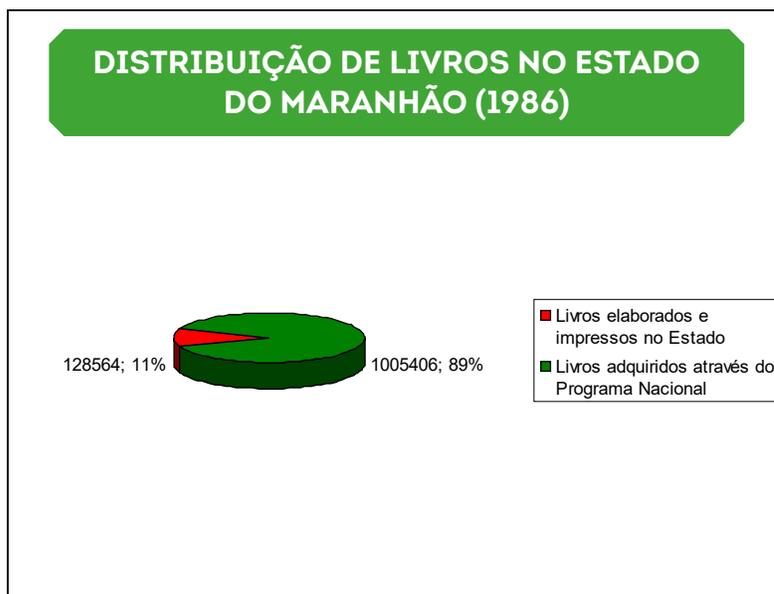


Gráfico 1 – Distribuição de livros didáticos no Estado do Maranhão (1986)

Fonte: MARANHÃO. Governador, 1985. **Mensagem do Governador Luiz Rocha à Assembleia Legislativa**. São Luís, SEPLAN-MA, 1986. p. 134.

Os livros elaborados e impressos no Estado representam 11% dos livros distribuídos às escolas públicas do Estado do Maranhão no ano de 1985, percentual integralmente representado pelo “Terra e Gente”.

A coleção “Terra e Gente” (Fotos 18 e 19) foi composta por uma equipe multidisciplinar da Secretaria de Educação do Maranhão, sob a coordenação de Francisca Maria Barros Matos, conforme mencionado anteriormente.



Foto 18 – Capa do livro *Terra e Gente* – **Livro de Leitura** (1º grau, 3ª série), do Governo do Estado do Maranhão, com 1ª ed. em 1985, sem editora, com 116 páginas, no formato 20 cm x 27 cm. (Acervo particular da autora Francisca Maria Barros Mattos).

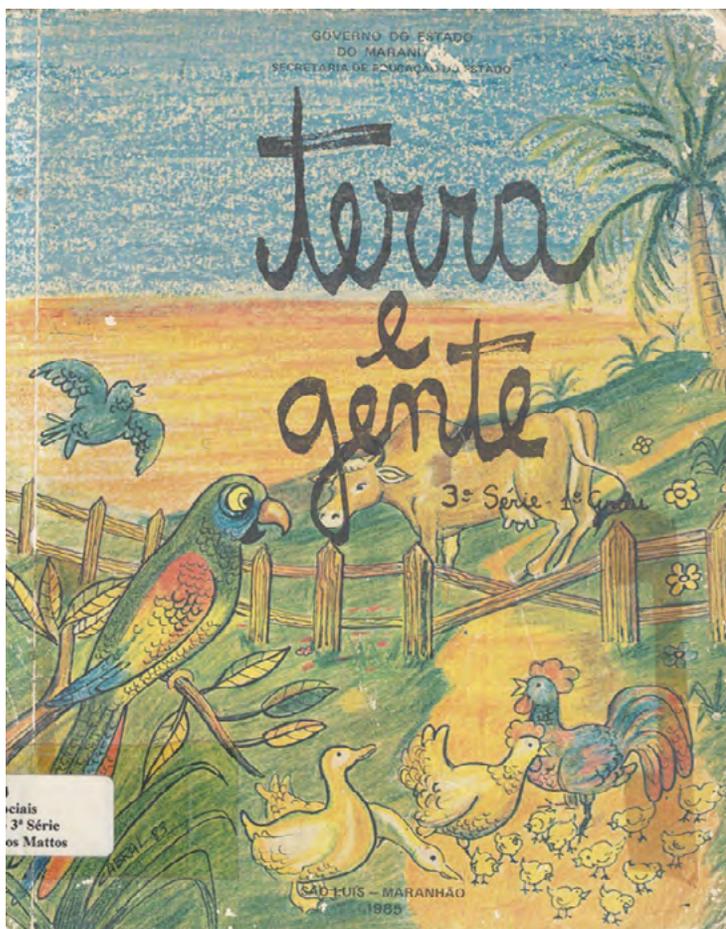


Foto 19 – Capa do livro *Terra e Gente* – **Caderno de Atividades** (1º grau, 3ª série), do Governo do Estado do Maranhão, com 1ª ed. em 1985, sem editora, com 171 páginas, no formato 20 cm x 27cm. (Acervo particular da autora Francisca Maria Barros Mattos).

Posteriormente, no ano de 1996, duas pessoas da equipe multidisciplinar se reagruparam para reformular apenas os conteúdos de *Integração Social* que passou a se chamar *Estudos Sociais*. Desse modo, Francisca Maria Barros Mattos e Eulália Maria da Silva publicaram em 1996 uma segunda edição do livro *Terra e Gente*, agora pela Editora Evans, editora com escritório

em São Paulo. Esse novo livro foi distribuído às escolas públicas do Estado do Maranhão pelo Programa Nacional do Livro Didático no ano de 1998, conforme pode observado no selo do FNDE (Fotos 20 e 21).



Foto 20 – Capa do livro *Terra e Gente, Estudos Sociais, 3* (1º grau, 3ª série), de Francisca Maria Barros Mattos e Eulália Maria da Silva, com 2ª ed. em 1996, São Paulo, Editora Evans, com 112 páginas, no formato 21 cm x 28cm. (Acervo da pesquisa).



Foto 21 – Capa do livro *Terra e Gente, Estudos Sociais, 3 Livro do professor* (1º grau, 3ª série), de Francisca Maria Barros Mattos e Eulália Maria da Silva, com edição de 1996, São Paulo, Editora Evans, com 44 páginas, no formato 21cm x 28cm. (Acervo da pesquisa).

A coleção “Terra e Gente” destinava-se a alunos e alunas da 1ª à 4ª série. Para cada série existiam dois volumes: o volume 1 é o “Livro de Leitura” e o volume 2 é o “Caderno de Atividades”.

O sumário deste livro começa com o item “Descobrimo a orientação” onde são apresentados os pontos cardeais (Norte, Sul, Leste e Oeste), em seguida, temos “O Maranhão no Nordeste e no Brasil”, “Localizando o Maranhão”, aqui são apresentados os limites do nosso Estado, fazendo uso do conhecimento adquirido no primeiro capítulo, isto é, dos pontos cardeais.

Apresentados os limites do Estado do Maranhão, como essas fronteiras poderão ser ultrapassadas? Para tanto, é apresentado o capítulo “Vencendo as distâncias”, onde são apresentados os principais meios de transporte utilizados pelos maranhenses. De onde surgiram as pessoas que povoaram o Estado do Maranhão? A resposta a esta pergunta é dada no capítulo “Origem da população do Maranhão” e “Migração”. Prosseguindo, temos os capítulos “Migração”, “Folclore” (com destaque para o tambor de crioula e a festa do Divino), “Franceses no Maranhão”, “Maranhão colonial”, “Holandeses no Maranhão”, “Revolta de Beckman” e “A Balaiada” fechando o ciclo dos principais fatos históricos narrados cronologicamente sobre o Estado do Maranhão.

Sobre os conteúdos de Educação Moral e Cívica, são apresentados apenas dois capítulos: “Os símbolos do Estado e do país” (com destaque para o bandeira do Brasil e para o Hino Maranhense) e “Como o governo é organizado” (prefeitos, vereadores, governador, deputados estaduais).

Para concluir o livro de Integração Social foram apresentados os conteúdos de Geografia do Estado do Maranhão, assim distribuídos: “Principais rios maranhenses”, “Relevo do Maranhão”, “Conhecendo o litoral maranhense”, “A vegetação do Maranhão”, “O clima do Maranhão”, “A agricultura maranhense”, “A pecuária maranhense”, “A indústria no Maranhão”, “Comércio” e “O Maranhão e as Microrregiões”.

Em sua segunda edição o livro “Terra e Gente” possuía apenas um volume, destinado a 3ª série e acrescido de um suplemento especial que é o “Livro do Professor”. O livro do aluno é composto por trinta (30) itens, distribuídos em seis (6) unidades; cada unidade é subdividida em um tema e uma lista de atividades.

Vejamos o exemplo da unidade 9 intitulada “Os franceses no Maranhão” (Foto 22):

9 Os franceses no Maranhão

Vamos conhecer um pouco da história do Maranhão? Alguns fatos que aqui ocorreram no início da colonização, merecem um destaque maior em nossa história.

O Maranhão por encontrar-se abandonado pelos portugueses, foi invadido pelos franceses. Quando chegaram aqui, os invasores procuraram manter com os indígenas relações de amizade. Ao se fixarem no Maranhão, os franceses fundaram uma colônia com o nome de França Equinocial.



A expedição francesa era composta de aproximadamente quinhentos homens chefiados por Daniel de La Touche. Aqui eles se estabeleceram como donos da terra, chegando a construir o Forte de São Luís.



36

Esse Forte deu origem à fundação da cidade que recebeu o mesmo nome, em 8 de setembro de 1612.

Ao tomar conhecimento de que os franceses haviam invadido as terras maranhenses, o governador-geral do Brasil, Gaspar de Souza, autorizou uma expedição. Essa expedição foi chefiada por Jerônimo de Albuquerque, com a finalidade de expulsar os franceses.

A expulsão dos franceses ocorreu em 3 de novembro de 1615. Sob o comando de Alexandre Moura, os franceses foram derrotados na **Batalha de Guaxenduba**.

Existe uma lenda onde se conta que durante essa batalha surgiu uma bela mulher. Nesse momento não havia mais pólvora e os portugueses estavam praticamente derrotados. Então essa mulher transformou areia e pedra em munições (pólvora e balas), dando assim a vitória aos portugueses.

Atividades



Responda:

- 1 – Por que os franceses invadiram o Maranhão?
- 2 – Quando foi fundada a cidade de São Luís?
- 3 – Você pode dizer há quantos anos atrás isto aconteceu?
- 4 – Quem comandava a batalha que derrotou os franceses?
- 5 – Conte com suas palavras a lenda ocorrida durante a Batalha de Guaxenduba.

37

Foto 22 – Capítulo 9 – Os franceses no Maranhão.
Fonte: MATTOS; SILVA, 1996, p. 36-37.

A concepção pedagógica do livro apóia-se basicamente na compreensão de que a História é construída pelo homem. Os fatos históricos não se limitam apenas ao envolvimento de um pequeno grupo de “heróis” nos acontecimentos marcantes de um povo. Os homens, muitas vezes de forma anônima, estão, a todo momento, através de suas ações, transformando a realidade. (Terra e Gente, livro do professor, p. 5).

A proposta pedagógica que está registrada no “livro do professor” (Terra e Gente, 1996) não se reflete no livro do aluno, pois como podemos observar na lição acima “Os franceses no Maranhão”, a narrativa da história privilegia os heróis do sexo masculino, brancos e europeus. Neste caso, Daniel de La Touche, Gaspar de Souza, Jerônimo de Albuquerque e Alexandre de Moura.

Assim como o “Pequena História do Maranhão”, o “Terra e Gente” (1996) ao contar o fato histórico – Batalha de Guaxenduba – aparece também uma **bela mulher** que transformou areia e pedra em munições (pólvora e balas), dando vitória aos portugueses, sendo assim expulsos os franceses do Maranhão.

Uma das autoras do “Terra e Gente”, Francisca Barros, em entrevista concedida para esta pesquisa, afirma que a edição de 1996 teve inúmeras limitações quanto a escrita do texto, por sofrer censura por parte da Editora Evans que foi responsável pela publicação desta edição.

O livro do professor é composto por: “Apresentação”, “Proposta pedagógica”, “Objetivos do ensino de Estudos Sociais na 3ª série”, “Orientação metodológica”. Nesta última, as autoras sugerem várias técnicas de ensino tais como: observação, realização de excursões, entrevista, utilização de plantas e mapas, linha de tempo, desenvolvimento de conceitos limite/fronreira, tempo/clima. Conforme dito acima, o livro do professor apresenta uma concepção de história nova e o livro do aluno uma história mais tradicional.

Por fim, o livro do professor apresenta os seguintes itens: “Atividades complementares”, “Avaliação”, “Resposta das

atividades do livro do aluno”, “Sugestões bibliográficas para o professor” e “Referências bibliográficas”.

O guia do livro didático 2007 da disciplina história, séries/anos iniciais do ensino fundamental apresenta os seguintes critérios de avaliação para o livro didático nessa disciplina: princípios pedagógicos, princípios históricos, projeto gráfico e elementos para construção da consciência cidadã.

Nos princípios pedagógicos um deles diz respeito ao livro do professor, conforme podemos ver a seguir:

Agregar orientações metodológicas, cuja aplicação torne possível ao professor potencializar o uso do material do qual dispõe, ampliando e enriquecendo noções sobre temáticas contidas nos livros, por meio da indicação de leituras complementares, filmes, sites, músicas, visitas a museus, entre outras fontes e locais que possibilitem professores e alunos a ampliarem seus conhecimentos na disciplina trabalhada. O Manual do Professor não deve resumir-se a uma versão similar ao livro didático, possuindo, como único diferencial daquele, o fato de trazer as respostas das atividades propostas no livro do aluno. (BRASIL, 2006, p. 11).

Podemos afirmar que o livro do professor da obra Terra e Gente cumpre esse princípio pedagógico das orientações metodológicas destinadas ao professor no sentido de ampliar suas estratégias metodológicas para o ensino da disciplina Estudos Sociais.

Terra das Palmeiras

A expressão “Terra das Palmeiras” tornou-se conhecida através do maranhense Gonçalves Dias¹⁶ em sua “Canção do Exílio”.

¹⁶ Gonçalves Dias (1823-1864). Patrono da cadeira de n.º. 15 da Academia Brasileira de Letras, por escolha do fundador Olavo Bilac. ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia**. Disponível em: < <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=866&sid=183>>. Acesso em: 14 out. 2007.

Esta poesia é símbolo não apenas para a literatura maranhense, mas também para a literatura brasileira. Tal é sua magnitude que trechos dessa canção encontram-se no Hino Nacional Brasileiro que possui letra de Joaquim Osório Duque Estrada e música de Francisco Manuel da Silva.

“Nossos bosques têm mais vida”,

“Nossa vida”, no teu seio “mais amores”.

O livro didático “Terra das Palmeiras”, de autoria de Maria Nadir Nascimento e Deuris Moreno Dias Carneiro é o livro didático de Estudos Sociais do Maranhão mais conhecido em todo o Estado a que se destina. Indício disso é que o mesmo tem quatro edições por uma editora centenária, de renome no campo dos livros didáticos que é a FTD¹⁷.

É comum, ao sermos interpeladas sobre nosso objeto de estudo, as pessoas afirmarem: “Ah, só existe um, o Terra das Palmeiras”.

Isso vem reforçar o fato de que esse é o livro com mais edições, pois o mesmo já está no mercado há 30 anos. Nesta pesquisa foram identificados nove livros didáticos publicados entre os anos de 1970 e 1996 em torno da disciplina Estudos Sociais do Maranhão. Apenas dois deles foram publicados pela FTD; o “Estudo Regional do Maranhão” (1988) e o “Terra das Palmeiras” com quatro edições.

Da edição de 1977 (1ª edição) localizou-se apenas um exemplar na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A de 1984 (2ª edição) – com o subtítulo Estudos Sociais do Maranhão contém 104 páginas, a de 1996 (3ª edição) – Geografia e História do Maranhão, têm 128 páginas. A de 2001 (4ª edição) está dividida em dois volumes, um *História do Maranhão* com 102 páginas e o outro *Geografia do Maranhão* com 87 páginas. Esta última edição

¹⁷ A editora FTD foi criada pela Congregação dos Irmãos Maristas, de origem francesa, em data um pouco incerta, entre 1902 ou 1903. (BITTENCOURT, 1993, p. 84).

encontra-se assinada apenas pela autora Maria Nadir Nascimento e contém uma pequena nota de falecimento da co-autora Deuris de Deus Moreno Dias Carneiro.

As edições em questão, apresentam-se na dimensão 21 x 28 cm.

Sobre o formato dos livros didáticos e a quantidade de páginas, Gatti Júnior (2004, p. 106), afirma que:

Desde a década de 1970 [...] os editores de livros didáticos procuram um formato/tamanho para os mesmos. Os livros destinados ao ensino fundamental da área de História consolidaram, na década de 1970, o formato 21 x 28 cm e o máximo de 200 páginas como um padrão que era respeitado pela quase totalidade de editoras de livros didáticos.

Um fato peculiar à edição de 1996 é que foi a única, até então, a ter sua resenha publicada em um Guia de Livros Didáticos (PNLD 2000/2001) e distribuída nas escolas públicas do Estado do Maranhão no ano de 2001. Mas não foi a única distribuída às escolas públicas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. A obra “Terra e Gente” de Francisca Maria Barros Mattos e Eulália Maria da Silva, foi distribuída pelo PNLD 98.

A análise realizada aqui, não tem a pretensão de classificar os livros em bons ou ruins, mas perceber o **processo de produção** de um livro didático regional, anotando também as mudanças/permanências entre as edições.

Nos índices destes livros podemos perceber as várias alterações na estrutura dos mesmos nas edições submetidas a esta análise.

Para melhor entendimento de detalhes do livro “Terra das Palmeiras” adotamos uma classificação em “A”, “B”, “C” e “D” a qual se refere a uma sequência cronológica. Sobre os volumes “C” e “D” não foram feitas observações específicas pelo fato de terem sido publicados em datas posteriores ao recorte temporal desta pesquisa. (Fotos 23, 24, 25 e 26).



Foto 23 - Capa do livro *Terra das Palmeiras: estudos sociais: Maranhão*, (1º grau, 4ª série), de Maria Nadir Nascimento e Deuris Moreno Dias Carneiro, com 2ª ed. em [1984], publicado pela FTD, São Paulo, com 104 páginas, no formato 20,5 cm x 27,5 cm. (Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite).
Edição “A”

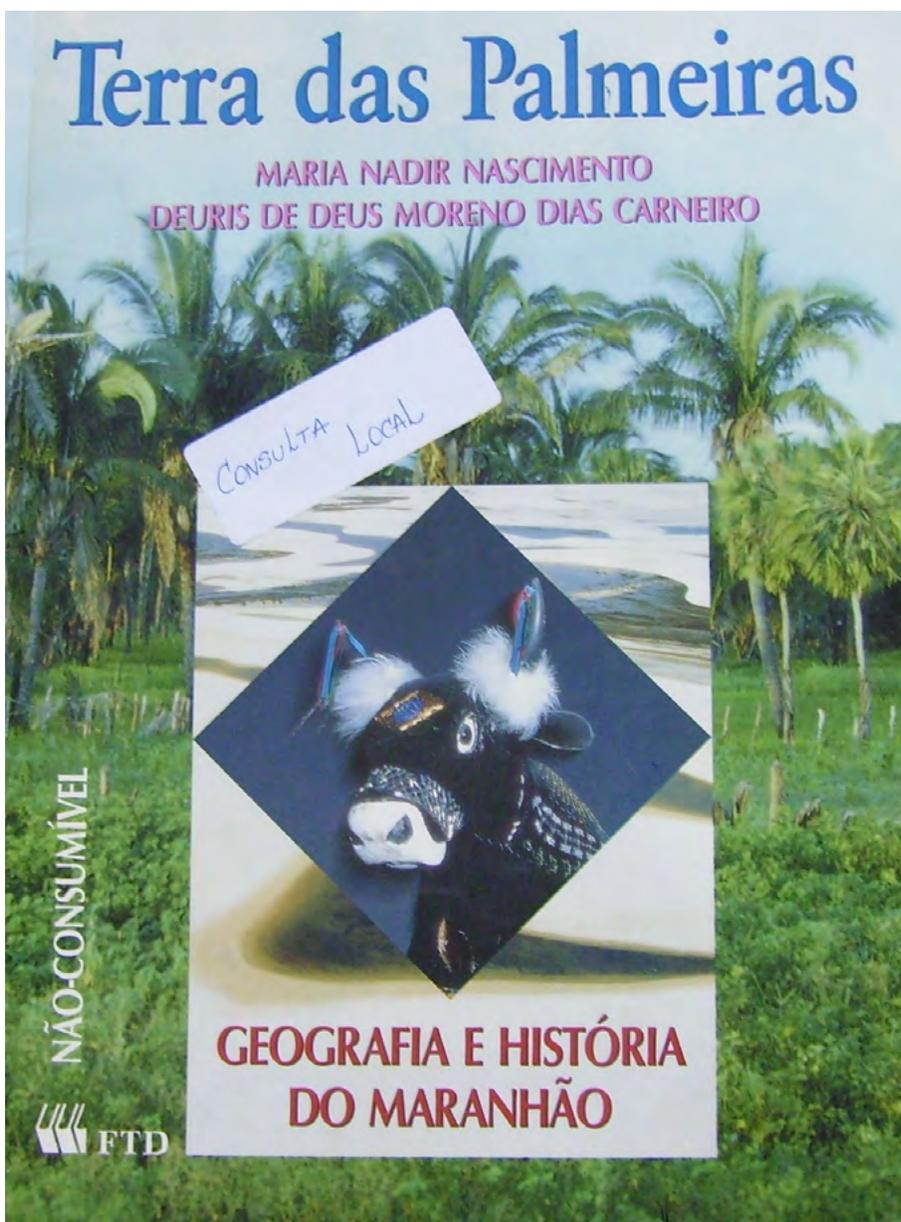


Foto 24 - Capa do livro *Terra das Palmeiras: geografia e história do Maranhão*, (1º grau), de Maria Nadir Nascimento e Deuris de Deus Moreno Dias Carneiro, com 3ª ed. em 1996, publicado pela FTD, São Paulo, com 128 páginas, no formato 20,5 cm x 27,5 cm. (Acervo da pesquisa). **Edição "B"**

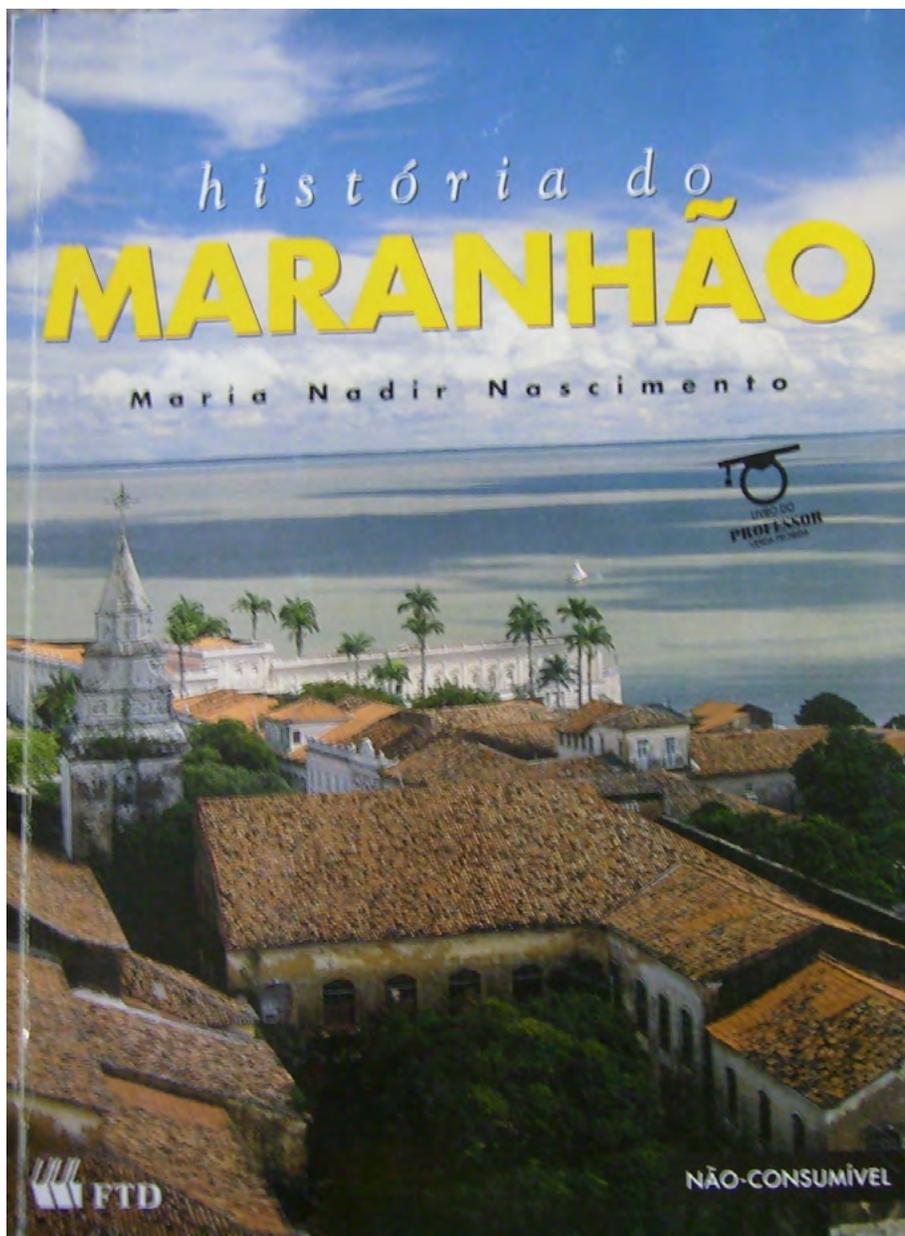


Foto 25 - Capa do livro *História do Maranhão* (Ensino Fundamental), de Maria Nadir Nascimento, com 4ª ed. em 2001, publicado pela FTD, São Paulo, com 102 páginas, no formato 20,5 cm x 27,5 cm. (Acervo da pesquisa). **Edição “C”**

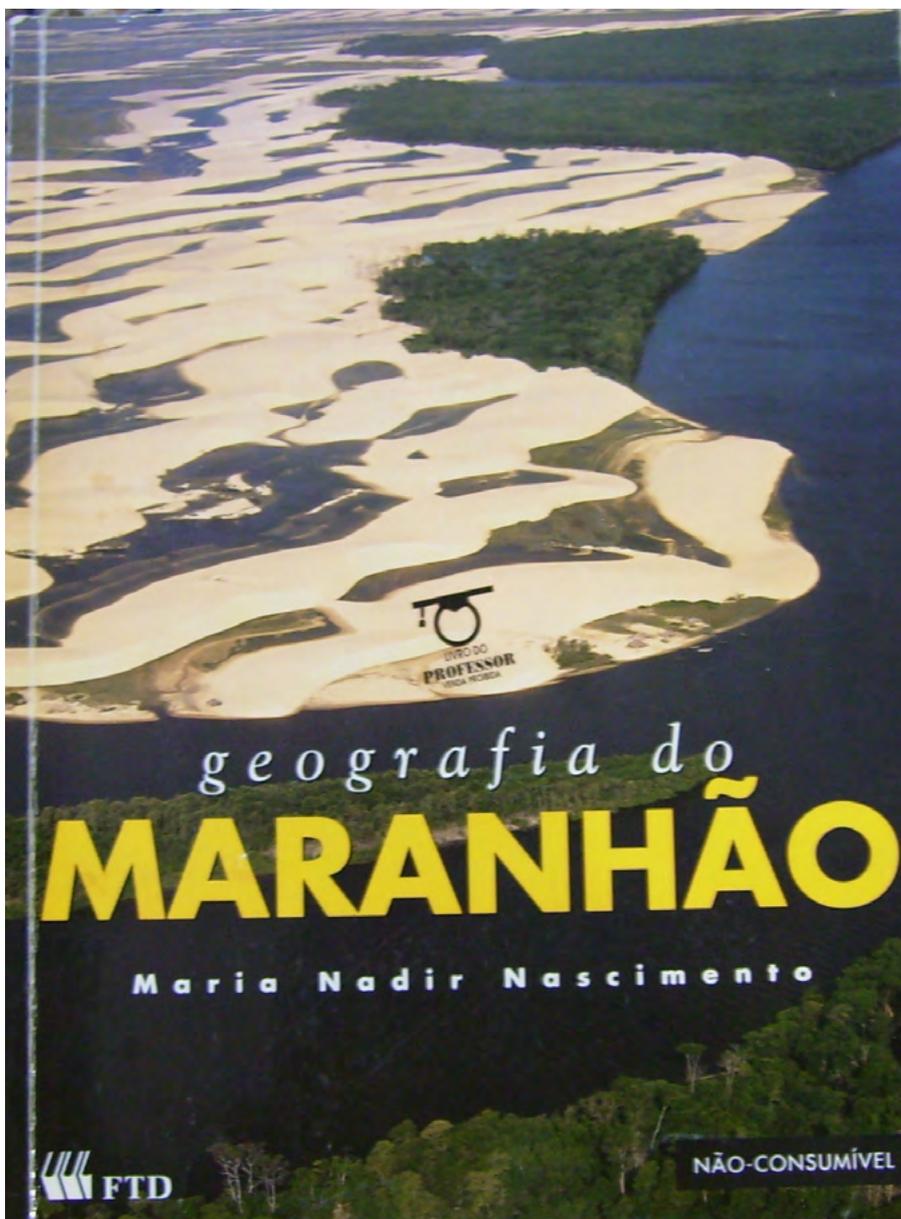


Foto 26 - Capa do livro *Geografia do Maranhão* (Ensino Fundamental), de Maria Nadir Nascimento, com 4ª ed. em 2001, publicado pela FTD, São Paulo, com 87 páginas, no formato 20,5 cm x 27,5 cm. (Acervo da pesquisa). **Edição “D”**

Na edição B, as autoras acrescentaram, logo no início da obra, os itens Introdução (A Terra, nosso planeta) e a Unidade I (Como o homem representa a Terra e nela se orienta). Observamos que nesta edição, elas tiveram uma preocupação maior que na edição A em apresentar um contexto mundial, nacional, regional e por fim, estadual. Esta forma de apresentação possibilita aos estudantes da 4ª série que estão formando suas noções geohistóricas a compreensão de que o Estado do Maranhão está inserido na região (Nordeste), de um país (Brasil), e este por sua vez, no mundo.

Na Unidade II (O espaço que ocupamos) da edição B, temos o estudo do Brasil, do Nordeste e do Maranhão, com sua divisão política (217 municípios, agrupados em cinco mesorregiões). Há um avanço na edição B em relação à edição A. Nesta última, foi abordada apenas a microrregião de São Luís, capital do Estado. Na B, embora em linhas gerais, todo o Estado foi contemplado.

Apesar da grande extensão territorial do Estado do Maranhão (333.365 km²), o segundo maior do Nordeste, perdendo apenas para o Estado da Bahia (567.295 km²), a sua produção dos livros didáticos tem sido realizada por cidadãos e cidadãs habitantes da capital, escritas a partir do lugar onde vivem, e o restante do Estado fica na maioria das vezes, sem representação ou mal representado.

Conforme alerta Chartier (1990, p. 17), as representações sociais

não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.

Na Unidade III (Nossa paisagem natural) da edição B foram abordados os temas: relevo, litoral, hidrografia, clima e vegetação. A edição A, além destes, contava ainda com: limites, pontos

extremos (incluídos na ed. B no item – O Maranhão, nosso estado) e portos maranhenses (incluídos na edição B no item – Transportes). A redistribuição dos conteúdos realizada na edição B gerou uma maior organização dos mesmos, inserindo-os em categorias interdependentes.

Na Unidade IV (Nossa economia) da edição B foram discutidas as seguintes temáticas: agricultura, pecuária, extrativismo, indústria, comércio, transportes, trânsito, meios de comunicação e turismo. Estes temas foram reorganizados, a partir dos capítulos 6 – Minha terra, 8 – Somos os tijolos na construção do progresso e 9 – Agentes de integração e aproximação, da edição A.

Ressaltamos que na edição A o turismo é contemplado dentro do capítulo “Minha terra”, sendo que os pontos turísticos estão concentrados em apenas 3 municípios, sendo 80% na capital. Na edição B, são contemplados 8 municípios, e São Luís teve sua representação reduzida para 37%. Para esta totalização, consideramos apenas as fontes iconográficas com legenda.

Na edição A, existe uma grande preocupação em revelar as igrejas católicas da capital: de 12 pontos turísticos anunciados 4 são igrejas, isto é, 1/3 do total. Na edição B, nenhuma igreja da capital foi representada.

A Unidade V (Nosso povo, nossa cultura) da edição B se assemelha ao capítulo 5 (É coisa nossa) da edição A. Porém, o capítulo 5 é bem mais completo, exibindo os seguintes itens: cultura, folclore, arte, literatura, a música popular brasileira no Maranhão, teatro, artes plásticas e artesanato. A edição B, mais recente, expressou de maneira bastante sucinta aspectos importantes que caracterizam o Maranhão, como é o caso da literatura.

A literatura maranhense sempre teve grandes escritores e poetas que se sobressaíram no Brasil e em outros países: Gonçalves Dias, Sousândrade, Coelho Neto, Artur Azevedo, Aluísio Azevedo, Humberto de Campos, Graça Aranha, Maria Firmina dos Reis, Josué Montello, Ferreira Gullar, Bandeira Tribuzi e muitos outros.

O teatro registra hoje espetáculos considerados muito bons por críticos nacionais. Tácito Borralho, Aldo Leite, Cecílio Sá são nomes de destaque no teatro maranhense.



75

Foto 27 – Nosso povo, nossa cultura (Arte)
Fonte: NASCIMENTO; CARNEIRO, 1996, p. 75.

A edição A, além de citar nomes célebres da literatura maranhense, exibiu também uma pequena biografia e a letra de uma toada de bumba-meu-boi de composição de Maria Firmina dos Reis¹⁸, a primeira romancista brasileira do século XIX.

A Unidade VI (Governo e povo) da edição B e o capítulo 7 da edição A, consideramos como sendo o capítulo da Moral e do Civismo. Não esquecendo que a época de vigência dos Estudos Sociais, era a mesma da Educação Moral e Cívica (EMC), Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e dos Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB). Todas essas disciplinas vigoraram durante o regime militar brasileiro.

¹⁸ Professora régia, negra, nascida em São Luís do Maranhão, em 1825. O seu livro *Úrsula*, exposto no Museu da Cultura Negra em sua cidade natal, é considerado o primeiro romance abolicionista brasileiro escrito por uma mulher. Fundou na cidade de Guimarães, uma escola mista para crianças pobres. Nessa mesma cidade, morreu aos 92 anos. E ainda nos dias de hoje, quando uma mulher se destaca por sua inteligência, é chamada de “Maria Firmina”. (RUFINO, Alzira; IRACI, Nilza; PÉREIRA, Maria Rosa – “A Mulher Negra Tem História”, Coletivo das Mulheres Negras da Baixada Santista, 1986 *apud* TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 30).

Na edição A temos: integração política e social, as leis devem garantir a ordem, toda comunidade requer um líder, os três poderes em ação e integração, a grande responsabilidade de um cidadão, com um pouco de todos, o governo pode realizar mais e símbolos do estado.

Há uma mudança significativa na cultura escolar da atualidade, em relação à cultura escolar de 20 anos atrás. Principalmente no que diz respeito ao patriotismo, ao hasteamento de bandeiras, à entoação do hino nacional, hino à bandeira, hino do Maranhão, dentre outros. Duas décadas atrás todos esses elementos tinham presença marcante nas escolas; na contemporaneidade, quando acontece, restringe-se às comemorações do 7 de setembro.

A Unidade VII da edição B e o capítulo 4 da edição A exibem os conteúdos relacionados à História do Maranhão. A edição A aborda 11 temas sobre a História do Maranhão, de “Um descobrimento, depois outro” a “Balaiada”. A edição B amplia as temáticas para um total de 17, que se estende de “Descobrimos novos mundos” ao “Maranhão na República”.

A edição A contou a História do Maranhão até 1838, ano em que irrompeu a maior revolta interna do nosso Estado, a Balaiada. Ficando um déficit de um século e meio, se tomarmos como parâmetro o ano de 1988. A edição B buscou superar esta carência, acrescentando os temas: “O Maranhão no Segundo Reinado”, “A proclamação da República” e “O Maranhão na República”.

Além destes, temos na edição A, “Páginas para consultas”, “Glossário” e “Bibliografia” e na edição B, “Datas comemorativas”.

Quanto aos **conteúdos** veiculados no livro Terra das Palmeiras, o primeiro capítulo da edição A, intitula-se “Brasil”, nele o nosso país é exposto, sendo evidenciado a sua grande extensão territorial - o 5º maior do planeta - e sua divisão em cinco regiões.

Em seguida, as autoras exibem a divisão política do Brasil em seus 26 estados e o Distrito Federal. Além disso, evidencia

a Região Nordeste, como sendo parte integrante de um todo (Brasil), nomeando cada um dos estados dessa região com suas respectivas áreas territoriais e a população estimada em 1991. No painel de informações as autoras recorreram ao recurso da iconografia, mostrando aos estudantes, a Catedral de Brasília e o Palácio Itamaraty. Aponta ainda informações breves sobre a população estimada do Brasil, os estados brasileiros maiores que o Maranhão, o ano de inauguração de Brasília e a relação de países maiores que o Brasil.

A edição B amplia a abordagem deste conteúdo em relação à edição anterior. Inicialmente, mostra um mapa da América do Sul, enfocando os países daquele continente, inclusive o Brasil, e dentro deste, o Estado do Maranhão e sua capital (NASCIMENTO; CARNEIRO, 1996, p. 13).

Outro ponto a ser assinalado nesta edição é a atualização dos mapas e uma maior preocupação em citar as fontes e as escalas dos mesmos. O exemplo disso é o mapa do Brasil e suas regiões geográficas de 1993 (NASCIMENTO; CARNEIRO, 1996, p.14) e da Região Nordeste Divisão Política também de 1993 (NASCIMENTO; CARNEIRO, 1996, p. 15).

Quanto à distribuição da população pelos estados da Região Nordeste, na edição A os dados são de 1991 e na edição B são de 1996. Outro dado que foi acrescentado na edição B em relação à edição A diz respeito às zonas naturais da Região Nordeste (Litoral, Zona da Mata, Agreste, Sertão, Meio-Norte).

Os limites, pontos extremos, relevo, litoral, portos maranhenses, hidrografia, clima e vegetação do Estado do Maranhão foram discutidos no capítulo 2 da edição A, na segunda parte da Unidade II e na Unidade III da edição B.

Na edição A as ilustrações (mapas, tabelas, fotografias e desenhos) são expostas precariamente, algumas sem legendas e fontes e nenhuma delas tem a data. Um dos elementos básicos para a compreensão da Geografia é a relação espaço-tempo, uma

vez que no decorrer do tempo, os espaços vão sofrendo inúmeras transformações decorrentes da ação antrópica e dos fenômenos da natureza. A falta destas informações empobrece a análise e o entendimento do assunto em questão.

Conforme comentado anteriormente, na edição B, Nascimento e Carneiro (1996), reorganizam a exposição dos conteúdos e dos recursos iconográficos, preocupando-se em atualizar os dados e citando as fontes. Quanto à divisão política do Maranhão, este se encontra constituído por 217 municípios, agrupados em cinco mesorregiões (Norte Maranhense, Oeste Maranhense, Centro Maranhense, Leste Maranhense e Sul Maranhense). Em cada mesorregião foram mencionadas a população geral e a de cada município, além de um breve resumo descritivo sobre cada uma delas.

Na nota de rodapé da página 18, lê-se: “As informações sobre a população referem-se à estimativa feita pelo IBGE, em 01.07.97, publicadas no Diário Oficial da União, em 28 de agosto de 1997.” Fica uma dúvida: se o livro foi publicado em 1996, como podem constar informações do ano de 1997?

A História do Maranhão começa a ser contada no livro didático **Terra das Palmeiras**, nas duas edições analisadas, pelo “descobrimento” do novo mundo. Assim se inicia a Unidade VII da edição B: “Nossa história começa com o descobrimento do Brasil em 1500. Mas para compreender como e porque os portugueses chegaram até aqui, é preciso conhecer um pouco da história da Europa daquela época”. Afirmar que nossa história começa no ano de 1500 é negar a existência de uma população nesta terra antes da chegada das primeiras caravelas advindas da Europa.

Pesquisas arqueológicas realizadas no Parque Nacional da Serra da Capivara em São Raimundo Nonato, Piauí comprovam a presença humana no continente americano há cerca de 70 mil anos. Essa presença está marcada ainda pelos registros deixados nas pedras, através das inscrições rupestres, que dão início também a História da Arte.

Das teses que pretendem explicar a origem dos nossos antepassados, muitas carecem de evidências que as tornem incontestáveis. Algumas parecem absurdas, mas foram formuladas por cientistas de renome.

A antropóloga Niède Guidon admite a possibilidade de que “os primeiros grupos chegaram até o continente há pelo menos 70000 anos”. Ela se baseia em vestígios que indicariam atividade humana ancestral em São Raimundo Nonato, no Piauí.

Ossos de animais, datados de 300 milênios atrás e escavados por Maria da Conceição Beltrão na Bahia, exibiam marcas feitas pelo homem. Se a teoria tiver fundamento, os primeiros brasileiros foram peludos moradores de cavernas.

O professor Walter Neves, da Universidade de São Paulo, sustenta que um crânio feminino encontrado por ele em Lagoa Santa, Minas Gerais, descende diretamente de uma leva de imigrantes que teria saído da África há 120000 anos. (BENCINI; ALENCAR, 1999, p. 3).

Após explicarem a expansão comercial e marítima, o “descobrimento” da América e do Brasil e o Tratado de Tordesilhas, Nascimento e Carneiro descrevem “Os primeiros donos da terra”. Aponto aqui o uso de uma fonte primária – a Carta de Pero Vaz de Caminha – para narrar a primeira impressão causada no europeu, diante dos nativos brasileiros.

No que diz respeito aos índios do Maranhão, a edição A, expõe a seguinte poesia de autoria de Camila Maria Nascimento (NASCIMENTO; CARNEIRO, 1984, p. 35):

O índio

O índio é gente nossa,
Tem saber e coração.
Trate dele com carinho
Não despreze o seu irmão.

Nesta estrofe, o índio é visto como um animalzinho que deixa de ser selvagem e passa a ser um animal de estimação. Há uma visão bucólica quando diz: “trate dele com carinho, não despreze o seu irmão”.

Seus costumes, suas crenças,
Nós devemos respeitar
Dar-lhe terra e presentes,
É pouco, merecem mais.

“Dar-lhe terras e presentes, é pouco, merecem mais”. Essa afirmação é verdadeira, mas ao mesmo tempo dá a impressão de que o branco é um ser caridoso e piedoso ao oferecer presentes aos índios, sobretudo a terra que é deles.

Amantes da natureza,
Da liberdade, do sol...
Dediquemos a essa gente
Amor, carinho e atenção.

Mais uma vez, há uma visão romântica em relação aos índios, que vivem em plena liberdade, amantes da natureza e que os brancos devem dedicar amor, carinho e atenção àqueles.

Ainda há tempo de salvá-lo.

A autora conclama os leitores, para a urgência que se tem em salvar os índios e sua cultura, muito embora, a destruição e dizimação dos mesmos não tenham sido discutidas no restante do poema.

Na edição B são reveladas duas fotografias com legendas e autoria, uma dos índios Tupi da tribo Guajajara, na aldeia Zitiva e a outra do grupo de índios Jê. A primeira com maior influência branca, observada pelas vestimentas e ainda pela presença de brancos na fotografia. A segunda imagem nos remete a uma cena de um ritual indígena sem maiores intervenções europeias.

Na edição B, evidenciamos ainda como ponto relevante, a presença de um mapa na página 91 com as seguintes áreas indígenas: Alto Turiçu, Caru, Araribóia, Krikati, Governador, Rodeador, T.P.I. Geralda e Toco Preto, Cana Brava e Guajajara, Juruá-Uruçu, Bacurizinho, Porquinhos e Lagoa Comprida.

Depois de descreverem a distribuição atual dos índios pelas aldeias maranhenses, as autoras narram a colonização brasileira e maranhense. A edição B enumera mais conteúdos que a edição A, sobre este item.

Para registrar a presença dos holandeses na tentativa de colonização do Estado do Maranhão, as autoras expõem a figura de um herói – Pedro Dessaes. Assim diz o texto:

Ressalta-se, entretanto, a figura heróica de Pedro Dasaes (ou Dessaes) que não compareceu ao juramento, afirmando perante o comando holandês que a sua palavra era uma só e que já a dera, em juramento ao rei de Portugal.

Por este ato de bravura, recebeu o perdão, embora não prestasse juramento aos holandeses. (NASCIMENTO; CARNEIRO, 1984, p. 42).

As autoras prosseguem a História do Maranhão com uma preocupação excessiva em seguir a cronologia tradicional, como podemos observar no sumário abaixo:

UNIDADE VII

Nossa história

1. Descobrimo novos mundos	83
2. Os primeiros donos da terra	88
3. Início da colonização brasileira	93
4. Os franceses no Maranhão	98
5. Também estivemos sob o domínio espanhol.	100
6. Os holandeses no Maranhão	101
7. E foi assim que o Brasil cresceu	103
8. O povo luta pelo seu espaço	105
9. Com o marquês de Pombal melhora a vida no Maranhão	110
10. Brasileiros lutam pela independência	111
11. A família real muda-se para o Brasil	112
12. O Brasil se torna independente	114
13. A Independência transforma o Brasil em monarquia	115
14. A Balaiada	117
15. O Maranhão no Segundo Reinado	120
16. A proclamação da República	121
17. O Maranhão na República	122

Datas comemorativas	126
---------------------------	-----

Foto 28 – Conteúdos de História do Maranhão

Fonte: NASCIMENTO; CARNEIRO, 1996, p. 5.

Romênia Mitoura dos Santos, em sua monografia “O ensino de História do Maranhão no 1º ciclo (3ª e 4ª séries)” faz a seguinte análise:

[...] esses livros focalizam com muita superficialidade os aspectos ligados à História do Maranhão. Por exemplo, na fase da República Nova, os enfoques dados são superficiais e muito resumidos. E dificilmente uma criança irá entender esse tipo de texto. O assunto é colocado de forma bem solta, dificultando assim, uma maior compreensão do texto. (SANTOS, 1999, p. 47).

O mesmo aspecto mencionado por Santos (1999) foi tratado no Guia de Livros Didáticos – 1ª a 4ª séries – PNLD 2000/2001.

O período de redemocratização do País, nos anos 1980, conhecido como Nova República, ressentiu-se da falta de análise, pois a narrativa histórica está limitada à citação, em um único parágrafo, dos nomes dos governadores mais recentes do Estado do Maranhão.

O trecho transcrito a seguir, comprova o que tem sido discutido:

Após a ditadura militar e com a abertura política, iniciou-se a chamada República Nova. O primeiro governador do Maranhão a ser eleito diretamente foi Luís Alves Coelho Rocha, que governou até 1987. Depois dele vieram Eptácio Cafeteira, Edison Lobão (que teve o seu mandato concluído por José Ribamar Fiquene) e Roseana Sarney, primeira mulher a assumir, no Maranhão, o governo do estado. (NASCIMENTO; CARNEIRO, 1996, p. 125).

O livro A, é concluído com uma seção denominada “Páginas para consultas”, constando de um mapa do Maranhão com seus 136 municípios, à época, e as microrregiões e seus municípios

com população estimada/91; glossário; e bibliografia.

As datas comemorativas e a bibliografia encerram o livro B. Assinalamos que no item bibliografia, no livro A, tem-se uma lista de cinco livros, um da década de 1960 e quatro da década de 1970. No livro B, as referências são sete e nenhuma delas consta no livro A, sendo três da década de 1980 e as quatro restantes da década de 1990. Inclusive na bibliografia, observa-se uma preocupação constante das autoras em atualizarem sua obra.

Para efeito de ilustração, vejamos o projeto gráfico da lição “A invasão francesa”, edição A (Foto 29). Os títulos e subtítulos são escritos em caixa alta com uma fonte maior que o restante do texto. Este se apresenta escrito com letras minúsculas. Na página 36 temos duas fotografias sem legendas, apenas com um comentário que não contempla totalmente o que está sendo mostrado nas fotografias. O comentário pretende traçar um paralelo entre a cidade de São Luís antiga e as construções modernas, no entanto, as fotografias retratam apenas São Luís dos tempos remotos.

Na página 37, temos a “Expulsão dos franceses” e “Colonização do Brasil”. O primeiro tema apresenta duas ilustrações (desenhos), sendo um de Jerônimo de Albuquerque e o outro da batalha de Guaxenduba. O último tema, por sua vez, apresenta uma ilustração (desenho) de D. João III. Nesta página, todas as ilustrações têm legendas.

3. A INVASÃO FRANCESA

Muitas tentativas foram feitas pelos portugueses para chegar ao Maranhão.

Entretanto, todas elas fracassavam, quer por causa de naufrágio, quer por ataque dos índios aos sobreviventes.

Em maio de 1594, franceses comandados por Jacques Riffault, confraternizaram em nossas terras com "Japlaçu", chefe dos índios, e aqui se estabeleceram.

Foi o primeiro passo para a fundação de uma colônia — "França Equinocial" — em 1612.

Jacques Riffault construiu uma feitoria e regressou ao seu país, deixando como substituto Charles des Vaux. Após dois anos, este retorna à França para conseguir apoio do rei Henrique IV. Regressou em 1614, na companhia de Daniel de La Touche, *Senhor de La Ravardière*.

Em 12 de agosto de 1612, foi realizada a *Primeira Missa* no Maranhão.

No dia 8 de setembro de 1612 foi fundada solenemente por Daniel de La Touche, *Senhor de La Ravardière*, a cidade de Saint Louis (São Luís) em homenagem a Luís XIII, *Rei Menino*, de França.



A cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, fundada em 1612, recebeu o nome de Saint Louis em homenagem ao rei francês Luís XIII. Possui sobrados enfeitados de azulejo português, igrejas seculares, fontes, monumentos, ruas estreitas, que constituem patrimônio e riquezas do Brasil colonial. O aspecto antigo de São Luís contrasta com o moderno. — Arquivo de História, Paris e edifício construído recentemente.

36

EXPULSÃO DOS FRANCESES

Portugal preocupado com a invasão dos franceses no Maranhão, nomeou Jerônimo de Albuquerque "capitão da conquista e descobrimento das terras do Maranhão".

Na desembocadura do rio Munim, ergueu-se um forte português, denominado de Santa Maria.

Muitas lutas foram travadas no combate ao invasor. A principal batalha foi a de *Guaxenduba*, saindo os portugueses vitoriosos, expulsando definitivamente os franceses do Maranhão.



Jerônimo de Albuquerque



batalha de Guaxenduba

4. COLONIZAÇÃO DO BRASIL



O. João III

D. João III, rei de Portugal, sabedor de que no litoral brasileiro navegadores de outros países roubavam pau-brasil, atacavam e destruíam feitorias, ficou temeroso de perder estas terras.

Resolveu então colonizar o Brasil, mas sem investir muito dinheiro.

37

Foto 29 – **A invasão francesa**, retratada no livro *Terra das Palmeiras: estudos sociais: Maranhão, (1º grau, 4ª série)*, de Maria Nadir Nascimento e Deuris Moreno Dias Carneiro, com 2ª ed. em 1984, publicado pela FTD, São Paulo, com 104 páginas, no formato 20,5 cm x 27,5 cm, p. 36-37.

Na página 98 da edição B (Foto 30), temos a lição “Os franceses no Maranhão”, neste caso, o título se encontra destacado do restante do texto, com uma fonte de tamanho maior e também em negrito, mas não em caixa alta como na edição anterior. Nesta página existem duas ilustrações: uma foto do Palácio dos Leões com legenda comentada e com autoria de Christian Knepper/Reflexo, e um desenho de Jerônimo de Albuquerque, que não é o mesmo apresentado na edição A. Aqui, o Jerônimo de Albuquerque está usando chapéu.

Na página 99 temos um desenho de uma caravela com bandeiras francesas hasteadas em seus mastros. A imagem retrata a embarcação francesa deixando a cidade de São Luís. Em terra, tem-se um forte construído à beira mar, com uma bandeira de Portugal hasteada. Essa bandeira de Portugal com uma cruz vermelha foi utilizada no reinado de D. Manuel I (1495-1521). Nota-se ainda na página 99 uma lista de exercícios. Estes estão presentes apenas na edição B e ausentam-se em toda a edição A.

4. Os franceses no Maranhão

Desde o descobrimento, os franceses frequentemente aportavam em pontos do litoral brasileiro para contrabandear as nossas riquezas, principalmente o pau-brasil.

Em maio de 1594, franceses comandados por Jacques Riffault estabeleceram-se em terras maranhenses para explorar as nossas riquezas. Contaram com a simpatia dos índios locais, cujo chefe era Japiacá.

Jacques Riffault construiu uma fortaleza e regressou à França, deixando como substituto Charles Des Vaux.

Des Vaux viveu muito tempo entre os índios e desenvolveu um bom relacionamento com eles, inclusive aprendendo sua língua. Ao regressar à França, procurou obter apoio do governo francês para estabelecer uma colônia francesa no Maranhão.

Em 1612, uma expedição francesa formada por três navios chegou ao litoral do Maranhão, fundando um núcleo de colonização denominado França Equinocial. A expedição era comandada por Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, nobre muito influente na França.

No dia 12 de agosto de 1612, os franceses estabeleceram a primeira missa em terras maranhenses. Em 1 de setembro do mesmo ano, Daniel de La Touche, Senhor de Ravardière, fundou solenemente a cidade de São Luís, em homenagem a Luís XIII, rei merino da França.



Preocupados em defender a região ocupada contra ataques portugueses, os franceses construíram o forte de São Luís. Ele se situava onde hoje é o Palácio dos Leões, na avenida D. Pedro II.

A expulsão dos franceses

Portugal, preocupado com a invasão dos franceses no Maranhão, nomeou Jerônimo de Albuquerque como "capitão da conquista e do rio Marañim, os portugueses ergueram um forte denominado Santa Maria.

Jerônimo de Albuquerque derrotou os franceses em novembro de 1614, na batalha naval de Guaxenduba. Mas, apesar da vitória, os franceses continuaram na ilha de São Luís e os portugueses no continente.



Jerônimo de Albuquerque.

Em junho de 1615, Jerônimo de Albuquerque deu início a novas batalhas contra os franceses.

Três meses depois, Alexandre de Moura, com mais de 900 homens, chegou à baía de São Marcos trazendo mais armas, gado e plantas para auxiliar Jerônimo de Albuquerque.

Finalmente, a 3 de novembro de 1615, os franceses se renderam. Muitos deles que haviam se casado com índias ficaram no Maranhão.



Na batalha de Guaxenduba, os portugueses venceram os franceses.

1. Responda.
 - a) Por que os franceses viviam frequentemente ao litoral brasileiro?
 - b) Que comandante francês conquistou a simpatia de Japiacá?
 - c) Quem substituiu Jacques Riffault na fortaleza por ele constituída?
2. Conte com suas palavras como em o relacionamento de Charles des Vaux com os índios e o que ele fez ao retornar à França.
3. Copie a frase completando-a corretamente com uma das alternativas dadas.

A expedição de Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière...

- a) também naufragou no canal do Boqueirão e não alcançou as terras maranhenses.

- b) chegou ao Maranhão em 1612. Nesses mesmo ano, no dia 8 de setembro, chegou a cidade de São Luís.
- c) chegou ao Maranhão em 1620 e chegou ao Maranhão depois de ter passado pelo Rio de Janeiro.

4. Responda.
 - a) Por que Portugal mandou Jerônimo de Albuquerque para o Maranhão?

b) Qual era a missão do capitão Jerônimo de Albuquerque?
c) Onde foi erguido o forte de Santa Maria?

5. Copie completando.
 - a) Apesar da vitória dos portugueses na batalha de , os franceses continuaram na ilha de .

- b) Jerônimo de Albuquerque recebeu o auxílio de , que chegou ao Maranhão com mais de homens.
 - c) Os franceses foram finalmente expulsos em .
6. Faça um resumo da invasão francesa no Maranhão.



Foto 30 – Os franceses no Maranhão, no livro Terra das Palmeiras: geografia e história do Maranhão, (1º grau), de Maria Nadir Nascimento e Deuris de Deus Moreno Dias Carneiro, com 3ª ed. em 1996, publicado pela FTD, São Paulo, com 128 páginas, no formato 20,5 cm x 27,5 cm, p. 98-99.

Pedra da Memória

O título do livro “Pedra da Memória” faz alusão ao obelisco que existe em São Luís do Maranhão na Avenida Beira Mar, datado de 1841 e que foi construído em homenagem à maioria do Imperador Dom Pedro II. Este localizado originalmente no Campo de Ourique, foi depois transferido para o Cais da Sagração.

É feito de pedra de cantaria e também recebe o nome de Baluarte de São Cosme e Damião. O monumento está protegido do mar por muralhas que pertenciam ao antigo Forte São Felipe, e está ladeado por dois canhões (Foto 31).



Foto 31 – Capa do livro *Pedra da Memória: estudos sociais do Maranhão (1º grau)*, de Maria Ceres Rodrigues Murad, com 1ª ed. em 1979, publicado pelo SIOGE, São Luís, com 107 páginas, no formato 21,5 cm x 28 cm. (Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite).

De autoria de Maria Ceres Rodrigues Murad, o livro “Pedra da Memória” surgiu inicialmente como apostila com o título *Vivendo o Maranhão: iniciação aos Estudos Sociais do Maranhão: aspectos geográficos*, tendo sua primeira edição no ano de 1976 e a segunda edição no ano de 1977 pelo Colégio “Dom Bosco” do Maranhão.

A apostila tem como introdução:

Querido aluno,

É preciso conhecer a nossa natureza, para amá-la com suas belezas, suas tradições e sua gente.

Aqui estamos nós para estudar o nosso querido Estado sob todos os ângulos: físico, político, econômico, cultural, etc.

Nesta 2ª edição, pretendemos ajudá-lo ainda mais na deliciosa tarefa de descobrir as maravilhas que nós possuímos.

Afinal de contas, você é responsável pelo futuro do Maranhão!

A ideia de que não podemos valorizar aquilo que nós não conhecemos é um ponto de partida importante da obra. Portanto, as crianças devem ter oportunidades de conhecer a sua cidade e o seu Estado, para poderem valorizar a história local e perceberem as mudanças sofridas pela localidade no decorrer da História.

O sumário da apostila *Iniciação aos Estudos Sociais do Maranhão: aspectos geográficos* é composto por 6 unidades. A apostila tem 58 páginas datilografadas e possui alguns mapas desenhados à mão.

No ano de 1979, ela foi ampliada, além dos aspectos geográficos passou a contar com os aspectos históricos tendo sido publicado no formato de livro pelo Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado (SIOGE).

O livro *Pedra da Memória* é dividido em duas partes: a parte I tem os conteúdos de Geografia do Maranhão e a parte II os

conteúdos de História do Maranhão. Cada parte (I e II) é subdividida em unidades e subunidades.

Na parte I, temos sete unidades: aspecto físico, aspecto político, atividades econômicas, comunicação e transporte, nossa cultura, poderes e autoridades e símbolos do Estado. A parte II, conta com apenas duas unidades: o Maranhão no Brasil colônia e o Maranhão no Brasil independente.

Quanto ao projeto gráfico, o livro foi impresso em duas cores: laranja para os títulos, subtítulos e ilustrações e preta para o restante do texto. Vejamos um exemplo (Foto 32):



Foto 32 – Capítulo **Atividades Econômicas** do livro *Pedra da Memória: estudos sociais do Maranhão (1º grau)*, de Maria Ceres Rodrigues Murad, com 1ª ed. em 1979, publicado pelo SIOGE, São Luís, com 107 páginas, no formato 21,5 cm x 28 cm, p. 51.

Os capítulos do livro “Pedra da Memória” de Maria Ceres Rodrigues Murad têm a seguinte estrutura: textos, gravuras e exercícios. Nos textos, a autora narra os aspectos geográficos e históricos do Maranhão, apresentando, por exemplo, no capítulo dedicado aos jesuítas um item “curiosidade” no qual a autora conta um milagre que aconteceu na vida do Padre Antônio Vieira (1608-1697).

Antônio Vieira, ainda estudante na Bahia, era assíduo e esforçado, embora tivesse uma grande dificuldade de aprender e por isso nunca conseguiu ser dos melhores da classe.

Um dia, ajoelhado diante da imagem da Virgem Maria, de quem era devoto fervoroso, implorou-lhe que o ajudasse a vencer aquele obstáculo.

Sentiu então como um estalo e uma dor muito aguda na cabeça. Era certamente a Virgem que, ouvindo suas preces, fez com que de repente se abrisse aquele véu que lhe dificultava o raciocínio.

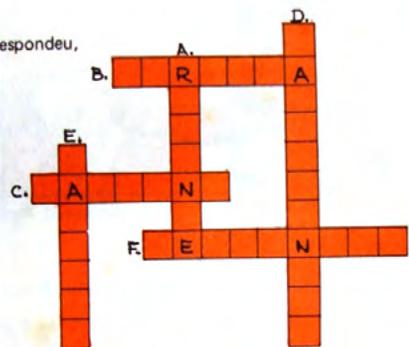
Dirigiu-se Vieira apressado para a escola, onde pediu para debater com os alunos mais sábios e adiantados. Estes ficaram surpresos com sua repentina demonstração de grande inteligência. (MURAD, 1979, p. 96).

Quanto as gravuras, estas são todas na cor laranja com contornos pretos, sendo algumas delas do tipo charges. Os exercícios são formados por questões do tipo: “qual”, “quem”, “cite”, “escreva”, “complete”, “como”, “por que”, “numere a 2ª coluna de acordo com a 1ª”, “pesquise”, “caça-palavras”, “palavras cruzadas” dentre outras. (Foto 33).

EXERCÍCIO

1. Qual a intenção dos franceses ao chegarem ao Maranhão?
2. Que iniciativa tomou o governo francês ao saber da instalação de uma feitoria francesa no Maranhão?
3. Vamos ver o que você sabe a respeito da expedição de La Ravardiére.
 - A. B. C. Os navios que compunham a esquadra eram
 - e
 - D. Os padres que vieram eram da ordem dos
 - E. Ao chegar, La Ravardiére fundou a cidade de
 - f. O nome da cidade foi escolhido em homenagem a Luís XIII, o Rei de França.

Agora, com o que você respondeu, preencha os quadrinhos



4. Complete:

- a) Para expulsar os franceses o enviou para o Maranhão
- b) Foi travada a Batalha de Saíram vitoriosos os
- c) Os foram definitivamente expulsos após a chegada de reforços trazidos por
5. Procure aprender a música do hino que fala da fundação da cidade de São Luís. Organize um grupo de colegas para cantá-lo com você.
6. Para entendê-lo melhor, procure o significado de:
 - a) sussurrando
 - b) deslumbrou-se
 - c) perfil
 - d) engastando
7. São Luís é chamada de Atenas Brasileira. Por que?

.....

PONTA D'AREIA



Foto 33 – Exercícios da lição “Franceses no Maranhão”

FONTE: MURAD, Maria Ceres Rodrigues. **Pedra da Memória:** estudos sociais do Maranhão. São Luís: SIOGE, 1979, p. 91.

Conheça o Maranhão

Por sua vez, o livro “Conheça o Maranhão” (1971), de autoria de Rosa Mochel Martins, da Universidade Estadual do Maranhão, foi editado no ano de 1971, na cidade de São Luís-MA, também pelo Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado (SIOGE). (Foto 34).

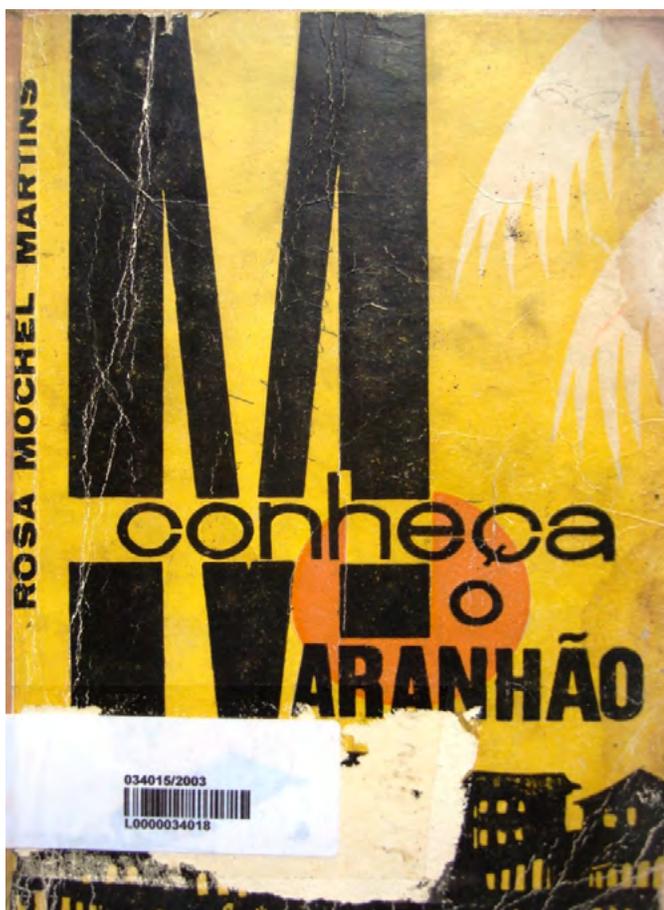


Foto 34 – Capa do livro *Conheça o Maranhão* (1º grau), de Rosa Mochel Martins, com 1ª ed. em 1971, publicado pelo SIOGE, São Luís, com 185 páginas, no formato 15,5 cm x 22,5 cm. (Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite).

Dados do Boletim nº 24 da Comissão Maranhense de Folclore da Universidade Federal do Maranhão (2002) nos informam que Rosa Mochel Martins (1919-1986) foi agrônoma e licenciada em geografia e história. Ela mesma declarou seu amor ao homem e à natureza distribuindo sementes, incentivando o artesanato, pesquisando as manifestações folclóricas, escrevendo teatro, plantando flores ou denunciando as agressões que feriam de morte a natureza. Educadora, criou metodologia própria e buscou novos instrumentos para uso em sala de aula, utilizando-se da arte popular, da fotografia, do artesanato e da agricultura para transmitir conhecimentos.

Para a montagem e confecção do livro Rosa Mochel Martins contou com a colaboração na capa e nas ilustrações de Genes Soares, letras de abertura de Érico e diagramação e revisão do literato Jomar Moraes.

Na apresentação a autora ressalta que o livro não tem intuítos literários, mas a pretensão de socializar estudos e pesquisas realizados por ela durante muitos anos. Além disso, com sua proposta metodológica o livro pretende estabelecer com os alunos reciprocidade. Sendo assim, a autora ao longo do texto vai fazendo diversos questionamentos para que o aluno reflita sobre o tema que está sendo estudado. Por exemplo, ao estudar a temática “costa”, ela faz as seguintes questões:

- 1) Você conhece as nossas canoas de pesca?
- 2) Já viu como vive o nosso pescador?
- 3) Será que há vantagens em termos muitos pescadores, aventurando-se ao mar em canoinhas de pesca?
- 4) Seja franco, você encontra peixe e camarão todos os dias no mercado?

A autora prossegue fazendo inúmeros questionamentos sobre o sistema pesqueiro maranhense, inclusive questionando-se sobre a existência ou não de formação técnica para a área pesqueira.

- * Quantas escolas técnicas de pesca existem no Maranhão?
- * Quantos barcos motorizados efetuam pesca em alto mar?
- * Qual o tratamento que recebem o peixe e os crustáceos para exportação?
- * Quais as condições de saúde dos pescadores?
- * A produção de pescado melhorou nos últimos 3 anos?

A proposta metodológica adotada pela autora requer um(a) aluno(a) que pesquise sobre sua realidade. Além das inúmeras questões propostas, a autora orienta os discentes para estabelecerem conclusões e proporem soluções sobre o tema pesquisado.

A autora escolheu uma forma bastante peculiar para escrever sua obra. Destacou uma palavra geradora com cada uma das letras do alfabeto e, assim, foi narrando os diversos aspectos da vida econômica do Maranhão.

As palavras geradoras escolhidas pela autora foram: agricultura, babaçu, costa, descobrimento, energia, frutas, Gonçalves Dias, hidrografia, Itaqui, jaborandi, lugar, mapa, novo, omissão, população, quebranto, rádio, São Luís, transporte, universidade, verdade, xisto e zona.

Dessa forma, Martins (1971) apresenta uma visão de Maranhão, centrada nos aspectos econômicos, culturais e políticos. Conforme já mencionado, os capítulos são escritos a partir de uma palavra geradora e os questionários fogem ao modelo de perguntas e respostas, se aproximando mais de um instrumento de pesquisa, motivando os discentes a pesquisarem dados sobre a realidade do Estado que não constam no livro. (Foto 35).

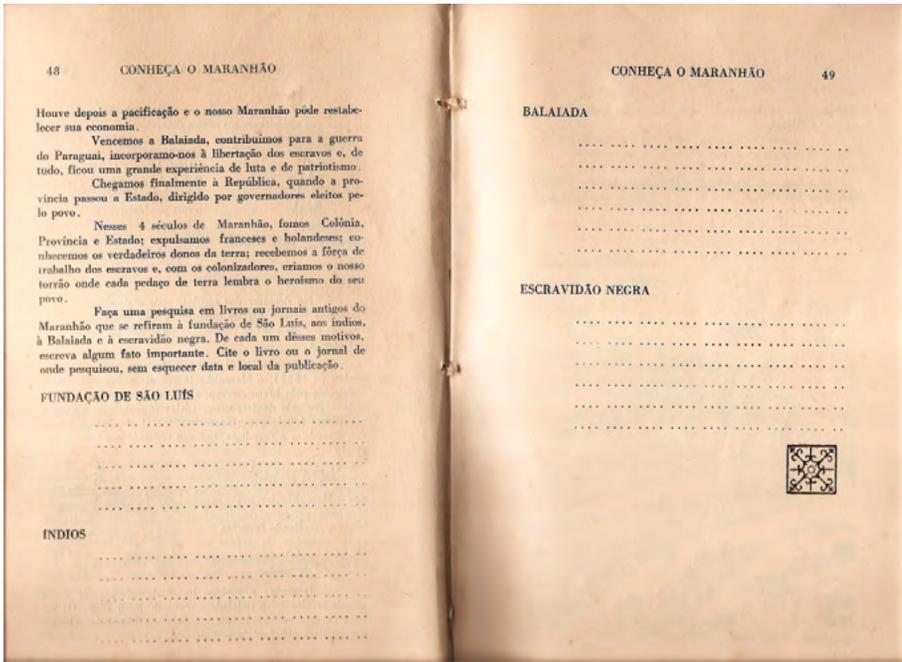


Foto 35 – Exercícios referentes à lição “Descobrimento”
FONTE: MARTINS, 1971, p. 48-49.

Além de textos, dispõe de imagens (desenhos) que reforçam as ideias da autora. Destaca-se o desenho de uma mulher quebradeira de coco, quando a autora fala sobre o babaçu. A mulher encontra-se sentada ao chão dentro de um cocal, de pernas cruzadas, de cabeça amarrada com um pano, o braço direito em punho, a segurar um cacete que serve para bater fortemente no coco junto ao machado, até que o mesmo seja partido ao meio, para assim, retirar as amêndoas. A imagem é de uma mulher forte, batalhadora que aguenta o sol quente e se dispõe a realizar um trabalho tão árduo. (Foto 36).

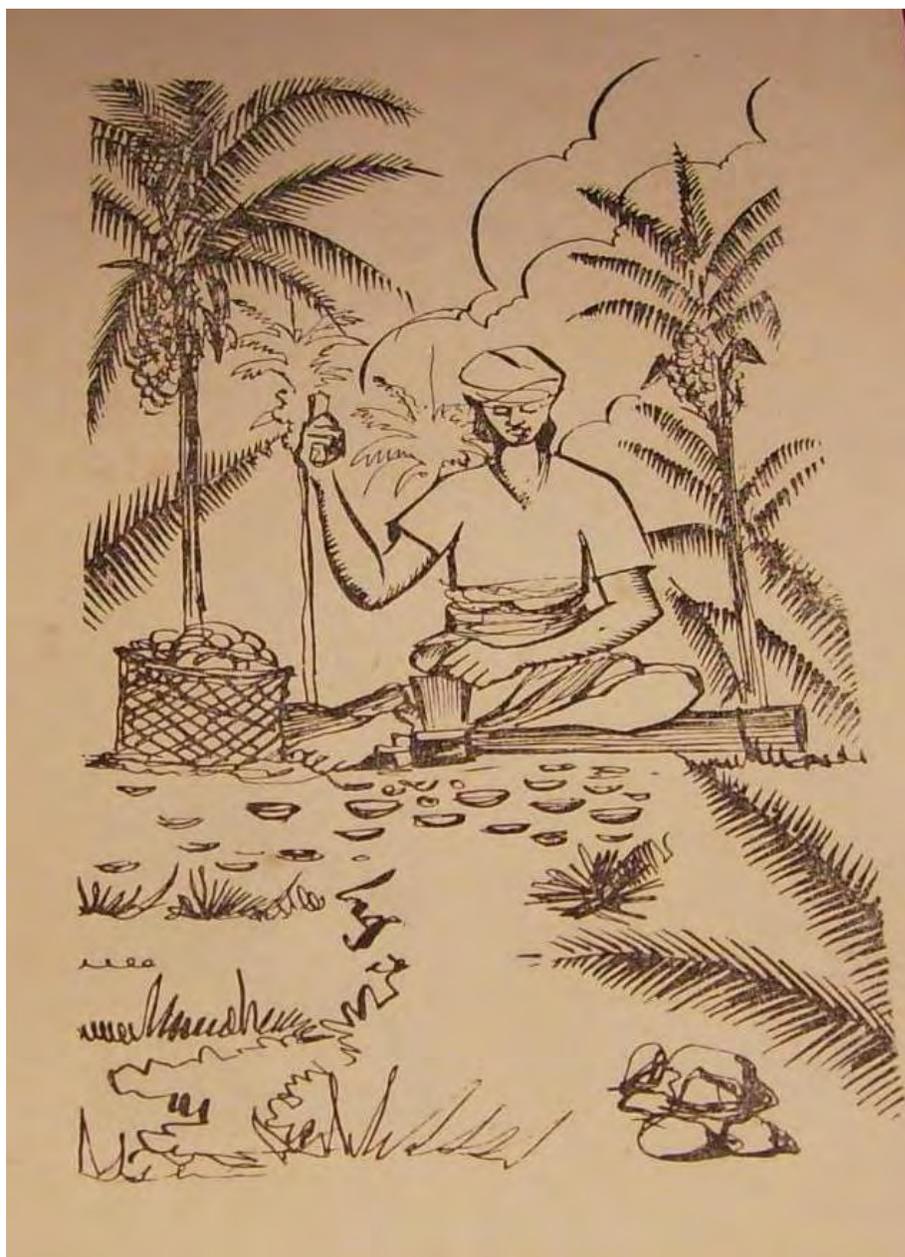


Foto 36 – Ilustração do livro *Conheça o Maranhão* (1º grau), de Rosa Mochel Martins, com 1ª ed. em 1971, publicado pelo SIOGE, São Luís, com 185 páginas, no formato 15,5 cm x 22,5 cm, p. 21.

Gente, terra verde, céu azul

Encontramos exemplares de duas edições do livro didático “Gente, terra verde, céu azul” na Biblioteca Pública Benedito Leite; a 2ª (1982) e a 7ª (1987). O livro foi publicado pela Editora Ática tendo como autoras Lídia Maria de Moraes, Maria Luísa Campos Aroeira e Maria José Caldeira. Quanto ao número de edições, a partir dos resultados encontrados acreditamos que anualmente era publicada uma nova edição do livro.

Não obtivemos maiores informações sobre esse livro e nem sobre suas autoras. Contamos tão somente com as informações contidas na própria obra. Duas autoras possuem sua vida acadêmica no Estado de Minas Gerais e a outra autora no Estado de São Paulo.

Encontramos referências na internet de que essas 3 autoras publicaram além do “Gente, terra verde, céu azul” para o Estado do Maranhão (Foto 37), um livro para o Espírito Santo e um outro para o Rio Grande do Sul. (Foto 38).



Foto 37 – Capa do livro *Gente, terra verde, céu azul: História – Geografia – Moral e Civismo* – de acordo com os Guias Curriculares do Estado (1º grau), de Lídia Maria de Moraes, Maria Luísa Campos Aroeira e Maria José Caldeira, com 7ª ed. em 1987, publicado pela Ática, São Paulo, com 88 páginas, no formato 28 cm x 20 cm. (Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite)



Foto 38 – Capa do livro *Gente, terra verde, céu azul: História – Geografia – Moral e Civismo – de acordo com os Guias Curriculares do Estado (1º grau)*, de Erdna Perugine, Maria Rosa Rombaldi, Maria Luísa C. Aroeira e Maria José Caldeira publicado pela Ática.

Fonte: <https://www.traca.com.br/capas/162/162614.jpg>

Lídia Maria de Moraes é a única autora de um livro de Língua Portuguesa também pela Editora Ática e ainda “Meu Caderninho de Caligrafia” em cinco volumes.

Em parceria com G. C. Soares, Maria José Caldeira escreveu um livro de histórias mudas intitulado “O que vai acontecer?” Este livro atingiu sua 12ª edição no ano de 1998.

Setores intelectuais universitários costumam torcer o nariz para essa capacidade de escrever sobre temas diversos ou, inversamente, de escrever várias vezes sobre o mesmo tema. Eis a prova do comercialismo inescrupuloso desses autores, que vendem alma à indústria cultural. (MUNAKATA, 1997, p. 158).

Concordamos com o autor acima citado uma vez que é muito difícil para os nativos escreverem um bom livro de História do Maranhão ou Geografia do Maranhão pela escassez das fontes, imaginem para uma pessoa que reside em outro estado da federação e que escreve livros sobre o Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Maranhão.

Estudo Regional do Maranhão

O livro “Estudo Regional do Maranhão”(1988), de autoria do Prof. José Raimundo Lindoso Castelo Branco, foi publicado no ano de 1988 em São Paulo, pela editora FTD. (Foto 39).

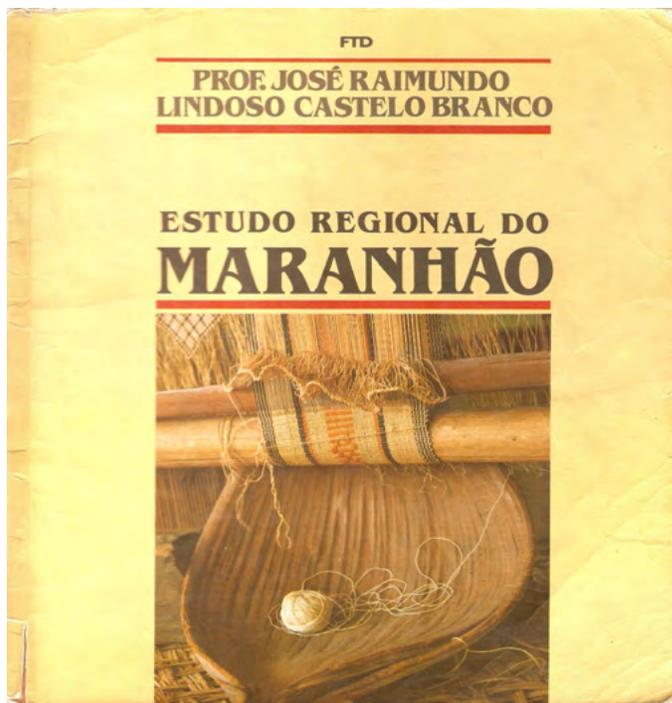


Foto 39 – Capa do livro *Estudo Regional do Maranhão: estudos sociais do Maranhão (1º grau)*, de José Raimundo Lindoso Castelo Branco, com 1ª ed. em 1988, publicado pela FTD, São Paulo, com 87 páginas, no formato 20,5 cm x 27,5 cm. (Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite).

O autor, na apresentação da obra, destaca que, “alguns anos de longas leituras e pesquisas permitiram-me a iniciativa de lançar este material, mesmo porque é bastante escassa a pesquisa que envolve o estado do Maranhão como um todo, principalmente se considerarmos os aspectos geográficos e históricos em conjunto”. (CASTELO BRANCO, 1988, p.5). O livro de Meireles (1970) apresenta apenas os aspectos históricos enquanto Martins (1971) procura mesclar história com geografia, apresentando além dos mapas, alguns conceitos, como por exemplo, o de população.

Castelo Branco (1988), divide a sua obra em quatro unidades a saber: “Aspectos gerais do Maranhão”, “Aspectos históricos do Maranhão”, “Aspectos cívicos e políticos do Maranhão” e “Aspectos humanos e econômicos do Maranhão”.

Embora o autor se proponha a tratar dos aspectos históricos e geográficos, acaba priorizando o último. Faz uso de imagens (fotografias em preto e branco) que nem sempre se apresentam legendadas ou com uma legenda incompatível ao conteúdo em questão.

Quanto aos aspectos históricos, apresenta-os cronologicamente, dando destaque à participação do homem branco europeu, seja ele português, holandês ou francês.

Quando Castelo Branco (1988), faz referência à **Invasão holandesa** encontramos o seguinte dado: “O grupo de portugueses foi crescendo, principalmente porque veio do Pará Pedro Maciel Parente (sobrinho de Bento Maciel Parente) trazendo 130 homens e 1.000 índios, e de Pernambuco chegou Koin Anderson com 770 soldados e 200 índios”. (CASTELO BRANCO, 1988, p. 30).

Percebe-se aqui, uma clara separação de etnias, inclusive dentro do exército, quando diferencia-se homens e soldados de índios. Subentende-se aqui, que só eram considerados como soldados, homens de cor branca, isto é, europeus e seus descendentes.

Quando da invasão dos “Franceses no Maranhão”, Meireles (1970), conta que no mais aceso da Batalha de Guaxenduba, apareceu Nossa Senhora da Vitória que transformou terra em pólvora, favorecendo assim, a vitória dos portugueses. Na versão de Castelo Branco (1988), não encontramos nenhuma referência a tal acontecimento.

Já na invasão dos “Holandeses no Maranhão”, Meireles (1970) e Castelo Branco (1988) contam que Pedro Dessais por se negar a prestar juramento à bandeira da Holanda, o mesmo quase fora enforcado. O primeiro autor, diz que Pedro Dessais só não fora morto por conta da intervenção de sua mulher e de padres jesuítas. O último, afirma que a atitude desse corajoso português gerou espanto e admiração entre os holandeses, que por isso lhe pouparam a vida.

Nota-se aqui duas versões antagônicas sobre um mesmo acontecimento da nossa história. No primeiro caso, fala-se suavemente da participação de uma mulher cujo nome não foi citado, mas que impede a decapitação do esposo. Na última versão, por si só Pedro Dessais consegue sua liberdade.

Este livro foi editado todo em preto e branco, com exceção da capa. Contém mapas, fotografias e ilustrações em preto e branco, sendo que muitos desses artifícios encontram-se sem as devidas referências e legendas.

Os conteúdos do livro Estudo Regional do Maranhão encontram-se divididos em quatro unidades. Na unidade I, tem-se “Aspectos gerais do Maranhão”, que são os aspectos geográficos como localização, extensão, dimensões, limites, pontos extremos, configuração e divisão política, quadro natural, relevo, hidrografia, climas, vegetação, litoral e regiões ecológicas.

A unidade II “Aspectos históricos do Maranhão” apresenta-se com as seguintes subdivisões: descobrimento, as duas capitanias, invasão francesa, invasão holandesa, Revolta

de Beckman, adesão do Maranhão à independência do Brasil, Balaiada e adesão do Maranhão à República. O livro Estudo Regional do Maranhão conta a história do nosso Estado somente até o ano de 1889, como este livro foi publicado no ano de 1988, tem-se aí um déficit de 99 anos, praticamente um século sem nenhum fato histórico registrado.

Em todos os livros analisados, não há atualidades sobre a História do Maranhão, alguns (mas) autores(as) encerram as unidades com o tema Balaiada, e quem conseguiu avançar não passou da adesão do Maranhão à República.

Uma única exceção se faz na obra Pequena História do Maranhão de Mário Meireles. Além da “Adesão do Maranhão à República”, o autor escreveu mais dois capítulos: “O Estado do Maranhão na República” e “A Revolução de Trinta no Maranhão”. Neste último capítulo o autor apresenta além da Revolução de 1930 os nomes dos governadores do Estado do Maranhão, até aquela data, sendo o 17º governador do Estado do Maranhão José Sarney.

A Unidade III “Aspectos cívicos e políticos do Maranhão” do livro Estudo Regional do Maranhão de José Raimundo Lindoso Castelo Branco é assim composta: povoamento do interior, evolução política, símbolos estaduais, participação da Igreja no processo de crescimento social do povo maranhense e os órgãos e os poderes do governo.

Já a última unidade, a Unidade IV tem como tema geral os “Aspectos humanos e econômicos do Maranhão” abordando as temáticas de eletricidade, população, campo e cidade, cidades principais, tipos humanos característicos, a economia maranhense, transportes e comunicações e microrregiões. Apresentando também no final do livro uma bibliografia. Ao final de cada capítulo o autor apresenta uma lista de exercícios, conforme exemplo visualizado a seguir (Foto 40).

Neste capítulo, conhecemos os livros didáticos de Estudos Sociais do Maranhão vendo em cada um deles, os sumários onde foram elencados os conteúdos, as imagens, os exercícios, a quantidade de edições, as capas, dentre outros aspectos.

No próximo capítulo, foram as professoras da disciplina escolar Estudos Sociais do Maranhão que tomaram a palavra e falaram de suas experiências enquanto leitoras privilegiadas dos livros didáticos, sobre seus processos formativos, suas experiências, seus planejamentos, enfim, sobre o fazer pedagógico em sala de aula no ensino na disciplina Estudos Sociais do Maranhão.

O USO DOS LIVROS DIDÁTICOS E A DISCIPLINA ESCOLAR ESTUDOS SOCIAIS DO MARANHÃO NA MEMÓRIA DE PROFESSORAS

O manual escolar, por si só, não é nada, ele será alguma coisa a partir do uso que se fizer dele, um uso tanto pelo aluno quanto pelo professor.

Irlen Gonçalves e Luciano Faria Filho

As professoras, sujeitos da pesquisa, foram escolhidas considerando que a produção de livros didáticos visa como mercado o lócus de trabalho das professoras e, além disso, elas mediatizam a relação dos alunos com os livros didáticos. Entrevistamos cinco professoras de Estudos Sociais do Maranhão que lecionaram no mínimo 10 anos essa disciplina. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, que continham questões sobre planejamento, aulas, exercícios, avaliações e o uso dos livros didáticos.

No início da pesquisa, tivemos a pretensão de realizarmos entrevistas com professoras da disciplina escolar Estudos Sociais do Maranhão que trabalharam nos municípios de São Luís,

Caxias, Balsas, Imperatriz de modo que pudéssemos comparar os resultados da capital com os do interior do Estado. Realizamos uma entrevista na cidade de Balsas, mas a mesma não pode ser utilizada na pesquisa porque o arquivo da entrevista foi corrompido do MP3. Por conta do tempo reduzido para a realização da pesquisa, fizemos as entrevistas apenas no município de São Luís.

O procedimento adotado para a seleção das professoras a serem entrevistadas deu-se da seguinte maneira: em primeiro lugar, tomamos como base a lista de escolas de 1º e 2º graus autorizadas pelo Conselho Estadual de Educação do Maranhão (CEE-MA) nos anos de 1973 e 1974 e publicados nos jornais de maior circulação no nosso Estado - Jornal do Dia (1973) e O Estado do Maranhão (1974) identificamos quais escolas permaneciam em funcionamento no ano de 2007 e começamos a realizar as visitas.

As escolas autorizadas pelo CEE-MA naquele período e visitadas por nós no ano de 2007 foram: Colégio Santa Tereza, Colégio Henrique de La Roque e Colégio São Vicente de Paula.

Além deste critério, visitamos outras escolas, levando em consideração o ano de fundação das mesmas. Foram elas: a Escola Modelo Benedito Leite que foi criada pela Lei nº 155 de 6 de maio de 1896 e em 1899 toma o nome de Benedito Leite e a Unidade Integrada Sotero dos Reis inaugurada em 1948.

Em visita a Unidade Integrada “Sotero dos Reis”¹⁹, uma escola pública da rede estadual de ensino do Maranhão, localizada na cidade de São Luís, na Rua de São Pantaleão, em frente à igreja de mesma invocação, quando em busca de professoras que lecionaram a disciplina Estudos Sociais do Maranhão mostramos

¹⁹ A Unidade Integrada “Sotero dos Reis” nasceu da necessidade de abrigar alunos das comunidades circunvizinhas. Seu projeto de construção deu-se em 1937 e sua inauguração aconteceu em 1948, onde abriu suas portas para a Comunidade Estudantil “Ludovicense”.

para o diretor geral daquela instituição nosso álbum²⁰ de pesquisa.

Esse álbum foi elaborado com a intenção de relembrar visualmente os (as) informantes da pesquisa a capa dos livros didáticos, uma vez que os mesmos dificilmente se encontram em circulação pelas escolas. Temos livros que foram editados entre as décadas de 1950 e 1990.

Ao lado do diretor geral, encontrava-se a diretora-adjunta que pediu para ver o nosso álbum. Foi um verdadeiro reencontro de saudosismo. Assim dizia a PROF2^{21,22}. “Esse livrinho aqui eu estudei nele... Esse outro eu já era professora e trabalhava com ele... Esse daqui, meus filhos estudaram nele e eu também usava...”

Diante do reencontro de PROF2 com os livros didáticos de Estudos Sociais do Maranhão, indagamos se a mesma gostaria de contribuir com a nossa pesquisa, concedendo-nos uma entrevista. Tendo aceitado o nosso convite, marcamos a entrevista para o dia seguinte (17/1/2007), no final da tarde na Unidade Integrada “Sotero dos Reis²³”.

Ao chegarmos à escola, no dia da entrevista, PROF2 estava a nossa espera com um exemplar do livro didático *Terra e Gente* de Francisca Maria Barros Mattos e Eulália Maria da Silva para nos ofertar.

Começamos o diálogo na sala da direção; uma sala bem ampla, tomando o cuidado de pedirmos autorização para que

²⁰ Álbum contendo fotografias das capas dos livros didáticos que estávamos pesquisando.

²¹ Optamos nesta pesquisa garantir o anonimato das professoras entrevistadas. Para tanto, elas foram numeradas da seguinte forma: PROF1, PROF2, PROF3, PROF4 e PROF5.

²² A PROF2 tinha lecionado no Maria Firmina, mas atualmente é gestora no Sotero dos Reis.

²³ Francisco “Sotero dos Reis”, filósofo, historiador, crítico, jornalista e catedrático brasileiro, nasceu em 22 de abril de 1800 em São Luís, Maranhão e faleceu em 16 de janeiro de 1871 na mesma cidade. Autodidata, como professor lecionou a Cátedra de Latim no Liceu, até sua jubilação.

fosse desligado o aparelho de TV e o ventilador de parede, para que o ruído dos mesmos não interferisse na gravação digital a ser realizada dentro de instantes.

PROF2 tinha lecionado a disciplina escolar Estudos Sociais do Maranhão na Unidade Escolar “Maria Firmina dos Reis” e quando pedimos que ela nos indicasse outras professoras suas contemporâneas ela nos indicou professoras desta escola.

A Unidade Escolar Maria Firmina dos Reis foi fundada no ano de 1972. Era uma escola comunitária de pau a pique no meio do mato, que, com o passar dos anos, foi se desenvolvendo, passando por uma reforma em 1979 tornando-se a escola comunitária Maria Firmina dos Reis em homenagem a primeira professora régia negra e escritora.

A Unidade Integrada Prof. José do Nascimento Moraes, a escola do Vinhais, como era conhecida no ano de 1979, na Av. 03, S/N, no mesmo bairro, iniciou suas atividades com as turmas de 1^a a 4^a série, do antigo 1^o grau.

Com o passar do tempo houve necessidade de atribuir um nome a essa Unidade, passando a chamar-se Unidade Integrada Professor José do Nascimento Moraes em homenagem ao Professor José do Nascimento Moraes, jornalista e escritor negro que ultrapassou as barreiras do preconceito, tornando-se um dos maiores intelectuais do Maranhão.

A seguir, apresentamos um quadro sinótico com uma breve caracterização das cinco professoras que foram entrevistadas nessa pesquisa.

NOME	NASCIMENTO	LOCAL DE NASCIMENTO	FORMAÇÃO	TEMPO DE DOCÊNCIA
PROF1	15/7/1976	Aldeia Indígena Araribóia, Amarante do Maranhão, MA.	Normalista, Licenciada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia.	10 anos
PROF2	31/5/1955	São Luís, MA.	Normalista, Licenciada em Pedagogia, Especialista em Métodos e Técnicas de Ensino	14 anos
PROF3	26/1/1960	Riachão, MA.	Normalista, Licenciada em Pedagogia.	14 anos
PROF4	21/12/1948	São Luís, MA.	Normalista e Licenciada em Filosofia.	19 anos
PROF5	31/3/1957	Humberto de Campos, MA.	Normalista e Licenciada em Letras.	22 anos

Quadro 3 – Professoras das escolas públicas Maria Firmina dos Reis e José Nascimento Moraes, São Luís-MA, entrevistadas na pesquisa
 Fonte: Dados da pesquisa

A disciplina escolar Estudos Sociais do Maranhão na formação inicial e continuada das professoras

Indagamos às professoras se em seus processos formativos, quer seja inicial ou continuado, se as mesmas tiveram contato com os Estudos Sociais do Maranhão (ESMA). Partíamos do pressuposto de que para que as professoras pudessem ministrar aulas de ESMA, seria necessário que as mesmas conhecessem os fundamentos e os métodos inerentes a essa disciplina.

Sobre sua formação PROF1 afirma:

Como eu te falei, eu fiz Pedagogia já agora. Na época, minha formação eu tinha só o Curso Normal e participava de tudo quanto era encontro e curso que tinha eu participava tinha alguns que o município oferecia, mas nunca era assim direcionado a Estudos Sociais. Geralmente todos os cursos, até hoje eu me pergunto: meu Deus eu não sei mais quantos cursos de alfabetização eu tenho na minha vida. Eu já perdi as contas. Onde é Alfabetização e Matemática, a preocupação é essa, não há essa preocupação, nem História Geral, Maranhão nem se fala, não há. A preocupação é Matemática, Alfabetização e Língua Portuguesa²⁴.

Na fala de PROF1, percebe-se que a mesma sempre esteve preocupada em participar de todos os cursos de formação continuada que eram oferecidos no seu município e a partir do depoimento dela, confirma-se que Matemática, Alfabetização e Língua Portuguesa são as grandes preocupações nos cursos de formação continuada.

No ano de 2006, a Secretaria de Educação Básica por meio da Secretaria de Educação a Distância elaborou o Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental (Pró-Letramento) em Alfabetização e Linguagem e Matemática. Este programa teve grande repercussão em todos os estados do Brasil, demonstrando assim, que a preocupação com a educação básica continua centrada em Linguagem e Matemática.

PROF2:

Olha tem tudo a ver tendo em vista que eu fiz o Magistério e eu vi Metodologia dos Estudos Sociais, naquela época. Hoje não sei como é que tá o currículo de Magistério até porque não tem

²⁴ PROF1. **Entrevista** concedida a Odaléia Alves da Costa em 23 de março de 2007.

mais a nível Médio, e na minha época tinha tudo a ver. Então quando eu ingressei, que eu entrei no Magistério já pra dar aula, eu... Me realizei, fazendo tudo que eu adoro: dar aula²⁵.

PROF2 estudou Metodologia dos Estudos Sociais no Curso Magistério, tendo portanto, essa disciplina contemplada em seu processo de formação inicial.

Já PROF3 afirmou que estudou “muito pouco. Geralmente quem estuda na capital, é que eles aprofundam; no interior fica distante da capital [Carolina, MA²⁶] eles nunca aprofundam.”²⁷

PROF3 estabelece uma diferenciação entre o ensino da capital e o do interior. Se a formação dos professores na capital tem negligenciado o ensino de Estudos Sociais do Maranhão, acrescenta-se ainda o fato de que na capital temos a maior biblioteca pública do Estado, o Arquivo Público do Estado do Maranhão, a sede da Universidade Federal do Maranhão, bem como da Universidade Estadual do Maranhão; numa cidade como Carolina, a 835 km da capital, com certeza, há três décadas as informações que lá chegavam eram poucas, levando-se ainda em consideração os meios de transporte e comunicação daquele período.

Por outro lado, em Carolina se ensinava Grego e Carlota Carvalho foi a educadora que mais contribuiu para os estudos sociais locais e estes eram bastante aprofundados.

PROF4: “Estudei, sempre a gente tá lendo pra gente ficar sempre bem informado e atualizado, para poder repassar pros alunos.”²⁸ PROF4 diz que sempre está lendo pra se manter bem

²⁵ PROF2. **Entrevista** concedida a Odaléia Alves da Costa em 17 de janeiro de 2007.

²⁶ De São Luís-MA para Carolina-MA distam 835 Km.

²⁷ PROF3. **Entrevista** concedida a Odaléia Alves da Costa em 22 de março de 2007.

²⁸ PROF4. **Entrevista** concedida a Odaléia Alves da Costa em 23 de março de 2007.

informada, no entanto, não mencionou o que costuma ler sobre Estudos Sociais do Maranhão.

PROF5:

Tudo. Porque eu sou formada em Letras-Português, trabalha com todas as disciplinas, o Português está em todas as disciplinas, está na Matemática, você pra... Pra fazer qualquer atividade, tem que ler, tem que escrever, não é? Então a relação é total. É onde tu vai buscar os conhecimentos através da leitura, ou buscar na Internet, tudo é leitura. Português são letras, é leitura, então conhecimento tu vai buscar através da leitura. Da escrita também, não é? ²⁹

PROF5 tem razão ao explicar que as letras estão em todos os textos que lemos, mas não basta apenas decodificar os signos linguísticos. Por exemplo, uma pedagoga é capaz de decodificar os signos linguísticos de um texto de física, química ou matemática, mas a simples decodificação não é suficiente para que esta pedagoga resolva os cálculos que são propostos pelos problemas de física, química ou matemática.

Cada área do conhecimento tem conceitos e habilidades específicas, assim também é na história e na geografia, não basta decodificar os textos, é preciso ter domínio dos conceitos de história e geografia.

O posicionamento da PROF5, nos faz repensar também o lugar da disciplina ESMA no currículo escolar. As matérias “decorativas” são vistas como disciplinas “fáceis”, que não precisam de profissionais com formação específica. Esse tipo de pensamento diminui o valor da disciplina ESMA.

Conforme vimos nos relatos das professoras em seus processos de formação, quer seja inicial ou continuada, as mesmas não tiveram oportunidades de trabalhar com os conteúdos

²⁹ PROF5. **Entrevista** concedida a Odaléia Alves da Costa em 22 de março de 2007.

inerentes a Estudos Sociais do Maranhão. De fato, o lugar da disciplina escolar ESMA não é o majoritário nos currículos dos cursos de formação de professores.

Identificamos nas falas das professoras quais os espaços onde aconteceram as experiências com a disciplina escolar ESMA, vide quadro 4. Quatro (4) professoras trabalharam com a disciplina em São Luís, em escolas da rede estadual de ensino e uma (1) professora trabalhou em Amante do Maranhão em aldeias indígenas, com salas multisseriadas. Atualmente, a PROF1, que nos falou sobre sua experiência com as escolas indígenas, trabalha na Unidade Integrada Professor José do Nascimento Moraes em São Luís.

NOME	ESCOLA	CIDADE	SÉRIE
PROF1	Povoado Nunes Freire, Aldeia Juçaral e Aldeia Lagoa Quieta	Amarante do Maranhão, MA.	1 ^a a 4 ^a em sala multisseriada
PROF2	Unidade Integrada Maria Firmina dos Reis	São Luís, MA.	4 ^a
PROF3	Unidade Integrada Professor José do Nascimento Moraes	São Luís, MA.	3 ^a
PROF4	Unidade Integrada Professor José do Nascimento Moraes	São Luís, MA	3 ^a e 4 ^a
PROF5	Unidade Integrada Maria Firmina dos Reis	São Luís, MA.	3 ^a

Quadro 4 – Relação de escolas, cidades e séries nas quais as professoras lecionaram a disciplina escolar Estudos Sociais do Maranhão.

Fonte: Dados da pesquisa

Conversamos com as professoras para identificarmos os cursos de formação continuada³⁰ dos quais elas participaram e que

³⁰ Entendemos por formação continuada todas as atividades que os (as) professores (as) participam durante o exercício de sua profissão. Essas atividades podem acontecer tanto no âmbito da própria escola, quanto

estiveram relacionados com a disciplina escolar Estudos Sociais do Maranhão.

PROF1 afirma:

Não, não eu nunca fiz nenhum curso não. Nessa época, a gente tinha curso de formação mas era mais com relação à questão técnica-pedagógica lá em Imperatriz, que era oferecido pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio), nós tínhamos uma coordenadora de ensino e a gente realizava os encontros, na realidade eu nunca tive dificuldades de trabalhar com os índios até pela minha origem, mas eles davam um suporte muito grande pras professoras que iam daqui de São Luís pra trabalhar no interior no meio da mata; então, uma vez por mês a gente se reunia, mas era mais pra tratar da questão pedagógica mesmo, de adaptação, nada relacionado a matéria assim específica.

De acordo com a PROF1, os cursos que lhe foram oferecidos diziam respeito a questões pedagógicas sobre o trabalho com as realidades indígenas, mas não teve oportunidade de participar de nenhum curso sobre disciplinas específicas.

PROF2:

Olha... Nenhum... Diga-se de passagem nenhum, que Estado nunca faz... Entendeu? Nenhum curso específico numa disciplina assim, então a gente na época não tinha capacitação, não tinha nada... Mas eu sempre gostei de fazer meu trabalho, bom, e sempre procurei me interessar de ler; mas assim dizer através de cursos não; hoje não, hoje eu já tenho.

PROF2, em seu depoimento, demonstra a falta de uma política de formação continuada para o corpo docente das escolas públicas. O próprio professor é que deve buscar as oportunidades

podem ser realizadas por instituições educativas, através de eventos (congressos, seminários, simpósios, encontros...) educacionais, por exemplo. E ainda, cursos de pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado).

para realizá-la como demonstra PROF3 quando afirma: “Sim. Teve um seminário de uma semana na UFMA (Universidade Federal do Maranhão) em 1997, uma semana nos dois turnos.” Este foi o único curso de formação continuada que PROF3 fez na área de Estudos Sociais.

PROF4 e PROF5 afirmaram que nunca participaram de um curso de formação continuada na área de Estudos Sociais do Maranhão.

É possível inferir, que as professoras não passaram por formação continuada na área correlata à disciplina em questão. Apenas uma (1) das professoras afirma ter participado de um curso que envolvia a disciplina escolar Estudos Sociais do Maranhão, num âmbito fora do Governo do Estado do Maranhão, onde a mesma possui vínculo empregatício.

A metodologia de ensino da disciplina escolar Estudos Sociais do Maranhão na memória das professoras

Indagamos as professoras sobre suas visões a respeito da disciplina Estudos Sociais do Maranhão a fim de que pudéssemos perceber como as docentes concebem a disciplina.

PROF1 assim nos falou:

Eu sempre dei muita importância, sempre achei muito interessante, porque até hoje assim eu me pergunto: meu Deus como é que as nossas crianças, até hoje existe assim uma deficiência muito grande em relação à História do Maranhão mesmo. A literatura é muito limitada e não vejo incentivo assim por parte das escolas, o próprio governo do Estado tinha que se empenhar mais nessa questão. Porque tu estais fazendo esse trabalho, eu acho que tu estais vendo o quanto é limitado o nosso acervo. Eu acho que os alunos tão perdendo muito, tem que conhecer mesmo, saber a realidade do município. A gente vê nos conteúdos não tem, município e estado [Escolas da Rede Municipal de São Luís e Escolas da Rede Estadual do

Maranhão] não tem. Aqui na escola eu acho que não tem essa disciplina História do Maranhão, o que é um erro, achar que essa disciplina ela é só lá das séries iniciais, porque nas séries iniciais já há uma dificuldade, com relação às outras disciplinas, uma preocupação maior com Português e Matemática, imagina que esses alunos não vão ter oportunidade de ver se não viram nas séries iniciais, não vão ter oportunidade de aprender de 5ª a 8ª porque não existe essa disciplina.

PROF1 considera de fundamental importância o ensino da disciplina Estudos Sociais do Maranhão. Na sua opinião, essa disciplina deveria ser oferecida tanto nas primeiras quanto nas últimas séries do ensino fundamental. Nas primeiras séries do ensino fundamental conforme PROF1 destacou anteriormente, as atenções estão voltadas para a Língua Portuguesa e para a Matemática, sendo assim, as disciplinas História do Maranhão e Geografia do Maranhão deveriam ser trabalhadas nas últimas séries do ensino fundamental.

Esses conteúdos de história e geografia local são estudados nas primeiras séries do ensino fundamental e mais tarde no Ensino Médio, onde os alunos estão com suas atenções voltadas para o vestibular, dessa forma, os mesmos são atropelados na educação básica dos alunos.

PROF2:

Olha... Eu sempre vi importante, tendo em vista que quando eu estudei o primário... Eu trabalhei com essa disciplina, estudei né? Aprendi, li, tal... E aquele livro do Sá Vale, que é aquele Terra das Palmeiras³¹ que é aquele que tem um mapinha como aquele que eu te mostrei, então... Eu sempre procurei trabalhar da melhor maneira possível, para que os alunos entendessem o que eu sempre achei importante, falando da minha terra São Luís do Maranhão.

³¹ Na verdade o livro de José Ribeiro de Sá Vale ao qual a professora se refere é o “Geografia do Maranhão”, conforme foto 41.

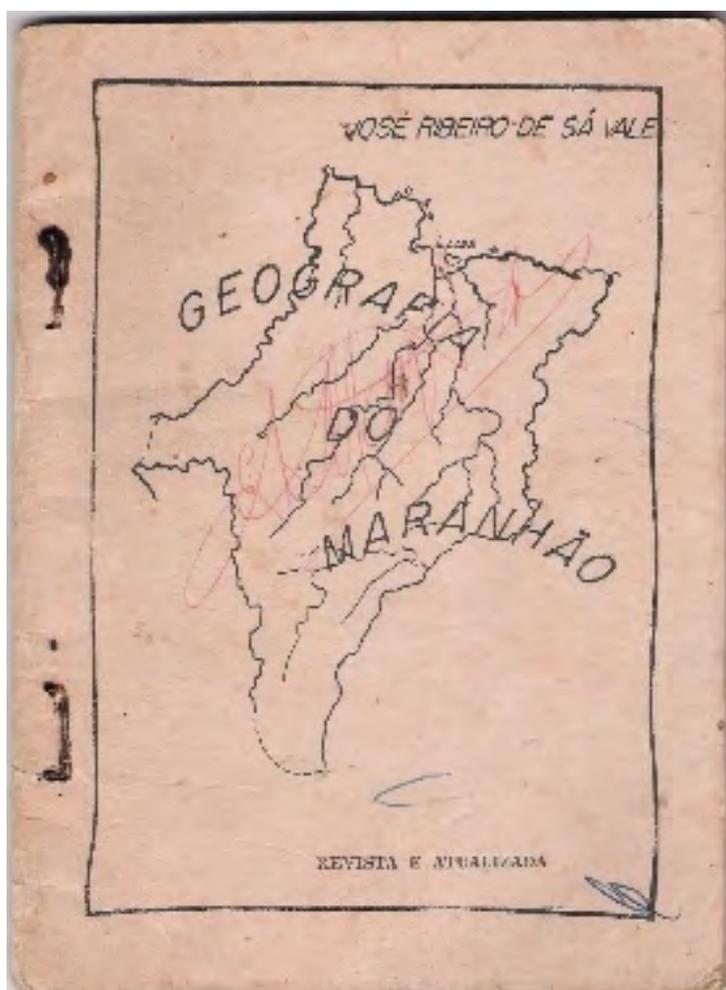


Foto 41 – Capa do livro *Geografia do Maranhão* (ensino primário), de José Ribeiro de Sá Vale, com edição sem número, revista e atualizada conforme os mais recentes dados do IBGE, SUDEMA e EMEP, 1970, publicado pelo Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado, SIOGE, São Luís, com 42 páginas, no formato 11,5 cm x 16 cm. (Acervo particular da Professora Maria do Socorro de Moura Matos).

Para a PROF2, a disciplina ESMA era importante por dois motivos: primeiro porque ela estudou essa disciplina nos seus

tempos de primário, segundo porque ela gosta dos conteúdos e os vê como essenciais para os alunos conhecerem a história de sua cidade e Estado.

Conforme apontamos anteriormente, há uma desvalorização da disciplina Estudos Sociais do Maranhão até mesmo por conta de algumas professoras. ESMA é uma disciplina “decorativa”, portanto “fácil”. Será que compreender o processo histórico de formação do Estado do Maranhão é fácil? Será que analisar as formações geológicas do Estado do Maranhão é fácil? Dá para decorar os que os outros já disseram? Sim, mas e a pesquisa, onde fica?

PROF4:

É importante, né?... Estudos Sociais... Porque abrange... Porque melhora os nossos conhecimentos, né? Em relação aqui São Luís, às pessoas que moram aqui. Inclusive já foram feitos vários passeios, pela trajetória aqui na orla marítima, com as crianças, trabalho fora da escola, lá pelo Reviver também para mostrar falando sobre a cultura do Maranhão, que é muito importante.

PROF4 considera a disciplina ESMA importante e cita um procedimento metodológico adotado por ela, as aulas passeio, onde os discentes tem a oportunidade de conhecer a parte mais antiga da cidade de São Luís, o Centro Histórico.

PROF5: “é uma disciplina onde o aluno né?... Ele passa pro aluno o conhecimento da História e geográfico do Estado”.

As professoras apontaram que a disciplina escolar é muito importante e interessante. Para a PROF3, a disciplina é vista como algo fácil de ser trabalhada possivelmente nos remetendo ao método tradicional como geralmente ela foi trabalhada, tendo como referencial para a análise a decoreba.

Outro fator que contribui para a definição do lugar que uma disciplina ocupa no currículo escolar é a carga horária destinada à

mesma. Sendo assim, perguntamos às professoras, qual a carga horária que elas dedicavam ao ensino da disciplina ESMA em suas salas de aula.

PROFESSORA	CARGA HORÁRIA	VEZES POR SEMANA
PROF1	1	1
PROF2	1	3
PROF3	4	2
PROF4	8	4
PROF5	Não lembra	Não lembra

Quadro 5 – Carga horária destinada à disciplina Estudos Sociais do Maranhão
Fonte: Dados da pesquisa

O espaço escolar, especificamente a sala de aula é dotada de certo grau de liberdade, onde a professora ou o professor tem certa liberdade em apresentar os conteúdos programáticos aos seus alunos. Conforme supracitado, as professoras não tinham uma carga horária bem definida para a disciplina Estudos Sociais do Maranhão, assim, as professoras utilizavam critérios pessoais para a definição da carga horária da disciplina ESMA em suas salas de aula.

Sobre as questões curriculares, Moreira e Silva (2005, p. 29) afirmam que:

O currículo é expressão das relações sociais de poder. Por outro lado, apesar de seu aspecto contestado, o currículo, ao expressar essas relações de poder, ao se apresentar, no seu aspecto “oficial”, como representação dos interesses do poder, constitui identidades individuais e sociais que ajudam a reforçar as relações de poder existentes [...]. (MOREIRA; SILVA, 2005, p. 29).

Assim, em alguns casos, o professor exerce um poder em sala de aula, que é o poder de definir carga horária, conteúdos, mas por sua vez, o poder do (a) professor (a), está subordinado ao poder do (a) supervisor (a), do (a) diretor (a) da escola, do (a) secretário (a) de educação, do (a) ministro (a) da educação, das políticas nacionais e internacionais.

Esse poder exercido pelo (a) professor (a) está implícito em seu planejamento. Sabemos que planejar é projetar, portanto, planejar é traçar metas. E como era feito o planejamento da disciplina Estudos Sociais do Maranhão? É o que vamos saber agora, a partir dos depoimentos das professoras.

PROF1:

Ah nós éramos bem organizadas. Nós tínhamos o planejamento diário, era no caderninho, eu me lembro que era no caderninho, preparava no caderninho aquela aula do dia. Fazia o planejamento quinzenal com a coordenadora da FUNAI. Aliás, fazia aquele anual, do anual fazia o quinzenal, aí fazia o diário. Tinha que ter, porque quando elas vinham elas queriam ver o nosso caderninho, ia no caderno da gente e no caderno das crianças, assim que era feito o trabalho, fazia nem que não quisesse.

Segundo a PROF1, na escola indígena onde ela trabalhou, era feito o planejamento e o plano das atividades de uma maneira muito organizada. As supervisoras faziam um acompanhamento detalhado da execução do plano, comparando as atividades registradas nos cadernos dos alunos com o caderno de plano da professora.

PROF2:

Olha na época nós tínhamos o tradicional plano; tínhamos uma supervisora, que ela fazia o planejamento... “Olha! Vamos hoje aqui”... Eu pegava o meu caderno, todo mundo pegava o seu e íamos fazer, aí a gente tinha que botar no papel o que ia fazer.

PROF3: “Sempre... Era rotineiro fazer o plano, para não se perder na hora das aulas.” PROF4: “o planejamento era feito na escola, com todos os professores reunidos pra fazer o planejamento integral, juntos.”

PROF5:

O planejamento ele é feito no Estado ele é feito aquele planejamento anual e o planejamento nessa época ele era semanal, depois passou a ser... Que nós planejávamos as aulas dessa semana, né? O conteúdo que a gente ia dar, a atividade que você ia desenvolver, o material que você ia usar, tudo isso era planejado com antecedência de uma semana, depois passou a ser o planejamento passou a ser quinzenal, hoje em dia é mensal. E tempo nenhum mais minha filha, pra se fazer nada.

O planejamento é um dos poucos momentos de socialização que existem na escola. É nesse momento que as professoras debatem os dilemas da sala de aula e procuram ajuda entre si. É ainda durante o planejamento que são feitas as verificações dos recursos didáticos disponíveis para os docentes e discentes.

Uma professora em seu depoimento chegou a afirmar que pedia para seus alunos estênceis e folhas de papel sulfite, para reproduzir atividades mimeografadas. Por mais que a professora tenha consciência de que essa prática não é permitida pela legislação estadual, a mesma relata que não tem outra alternativa, pois a escola não oferece condições de trabalho.

Elaboramos uma questão sobre os cadernos de planejamento, uma vez que o **caderno** também vem sendo estudado a partir dos novos objetos que surgiram com a Nova História Cultural, conforme destacado na introdução desta pesquisa.

PROF1:

Eu não tenho mais, sabe porque que eu não tenho? Porque quando eu vim embora eu dei tudinho, eu deixei lá pras professoras que ficaram, até pra orientar, pra servir como orientação, não sei se alguma delas ainda tem, eu posso até me informar pra ti, se você tiver interesse, eu posso perguntar.

Os cadernos de plano da PROF1 foram deixados na aldeia para orientar o trabalho das professoras que ali lecionavam, bem como o trabalho da professora que iria substituí-la. Logo, os cadernos de plano, nesse caso, servem como referencial não apenas para quem os elaborou, mas também para uma nova geração de professoras, sendo portanto, esses cadernos um objeto da cultura material escolar.

PROF2: “Bem... Eu não sei se ainda tenho... Porque eu tinha, por incrível que pareça, de quando eu fiz o Magistério eu tinha um caderno lá em casa, eu não sei porque eu tenho uma porção.”

PROF2 tem o hábito de guardar seus cadernos e sempre que guardamos alguma coisa, é porque a consideramos importante, relevante, ainda mais na sociedade da informação como vivemos hoje, onde milhares de páginas são produzidas diariamente, somente cadernos e livros muito importantes é que conservamos em nossos acervos.

PROF3 e PROF4 afirmaram ter alguns cadernos de planejamento. A última confirmou: “tenho. Porque sempre a gente faz mesmo no caderno pra ficar arquivado. Eu entrego o planejamento na escola, mas eu sempre fico com o meu, e qualquer dúvida eu apresento o meu.”

No geral esses cadernos não são conservados, com exceção das professoras PROF3 e PROF4 que têm seus cadernos de planejamento.

Além do caderno de planejamento que é um elemento da cultura escolar, como era o cotidiano dessas professoras? Como elas organizavam no dia-a-dia suas atividades? Quais as estratégias utilizadas por cada uma delas na organização do espaço e do tempo escolar?

PROF1:

Ah! Eu sempre gostei muito de livro. Tanto que eu tenho muito livro. Sempre gostei de comprar coleções, pra mim tudo era novidade, até hoje eu nunca me considerei auto-suficiente, então eu gosto muito de comprar livro, eu gasto mais em livro do que em roupa, tu acredita? Então, eu nunca, eu sempre, eu me lembro que o primeiro mimeógrafo que entrou naquela região foi eu que comprei. Eu vim aqui em São Luís, pedi pro prefeito, porque eu achava bonitinho, na época, meu Deus do céu, como a gente era infantil, né? Era mais uma questão assim de facilitar minha vida, porque eram muitos alunos e era tudo feito no caderno. Então era mais pra facilitar a minha vida. Eu falei com o prefeito e ele me autorizou a comprar, ele me deu o dinheiro, pra te ver, ele me deu o dinheiro. Quanto é o mimeógrafo? Eu liguei pra cá pra São Luís, meu irmão me disse e ele me deu e eu fui na Livraria do ABC, ali na Deodoro, na João Lisboa, que tinha uma Livraria ABC se eu não me engano e comprei o mimeógrafo e levei, ah tinha professora que viajava 30 km pra mimeografar aula na minha escolinha.

É, tu acredita? Viajava do Amarante, 30 km, pra ir lá na aldeia, pra mimeografar as aulas, no meu mimeógrafo a álcool. Carimbo, eu acho que eu fui a primeira a adquirir. Eu não me importava de gastar do meu, se fosse o caso, mas eu sempre gostei de fazer meu trabalho, de olhar os olhinhos das minhas crianças assim admirando. Eles admirando, meu Deus o que é isso? Todo recurso que eu podia adquirir, se eu não pudesse adquirir, eu pedia. Lá na FUNAI minha coordenadora de ensino, que hoje em dia ela é administradora da FUNAI ela dizia. “PROF1 tu és a professora mais antipática que eu já vi. Se arrependimento matasse!” Mas assim, ela gostava muito de mim. “Maldita hora que eu te encontrei. Tu é uma perseguição na minha vida.”[...] Eu não te falei, se eu fosse começar a contar detalhe pra ti.

PROF1 ao recordar sua experiência na aldeia, sempre fala com muita empolgação e percebe-se que ela não media esforços para levar até sua sala de aula as últimas tecnologias que o mercado produzia em termos de materiais pedagógicos (mimeógrafo, carimbos, gravador, fita K7). Como ela fala sobre o passado a partir do tempo presente, diz assim: “olha como eu era criança”. Se hoje, um kit multimídia é formado por TV, DVD, computador,

data-show, naquela época, a professora PROF1 com certeza revolucionava pedagogicamente as aldeias indígenas de Amarante do Maranhão.

O espírito inovador que acompanha PROF1 ultrapassa os limites espaciais, pois segundo ela, nem mesmo na sede do município tinham todos esses equipamentos, mas ela, sendo professora de aldeias indígenas e sabendo que na capital já tinha chegado esses aparatos tecnológicos, mobiliza o prefeito municipal, no sentido de conseguir recursos financeiros para adquiri-los.

PROF2:

Olha, meu trabalho pedagógico, em sala, eu dividia primeiro as disciplinas em horários; eu sempre gostei do primeiro... Do primeiro momento, antes do recreio, de trabalhar com Português e Matemática. E após o recreio trabalhar Estudos Sociais e/ou Ciências. Eu sempre gostei de organizar assim.

PROF2 nos primeiros horários trabalhava Português e Matemática (as disciplinas hegemônicas do currículo), nos últimos horários trabalhava Estudos Sociais ou Ciências (as disciplinas desvalorizadas do currículo escolar).

PROF3: “De uma maneira... Bem prazerosa.” Como será um trabalho pedagógico bem prazeroso? É uma pergunta que infelizmente ficamos sem resposta, pois a resposta de PROF3, foi bastante vaga, não nos apresentando dados concretos de como eram de fato essas aulas prazerosas.

PROF4: “eu me organizava nos intervalos de sala de aula, e o que não dava pra fazer na sala de aula eu trazia pra fazer em casa.” PROF4 usava do tempo pedagógico que dispunha na escola nos intervalos de aula, bem como do tempo “livre” que ela tinha em casa. No geral, esse é um grande dilema dos professores: - a quantidade de trabalhos que os mesmos levam para casa.

Foi com o magistério, que as mulheres começaram sua dupla jornada de trabalho: em casa e na escola. Ou seria uma jornada tripla, uma vez, que elas têm as tarefas do lar, trabalham na escola e ainda levam atividades da escola para realizarem em casa?

PROF5: “Olha! Exatamente, planejando cada atividade, pra cada disciplina, vendo o material que eu ia usar, o material que desse, que tivesse na escola, porque tu sabe que os recursos que o Estado dá são muito limitados. Muito limitados!”

Quanto à organização do trabalho pedagógico, as professoras entrevistadas se organizavam de diversas maneiras. Desde a professora que inovava nas tecnologias educacionais (mimeógrafo e carimbos), até aquelas que se organizavam nos intervalos das aulas ou mesmo as que não deixam clara sua forma de organização.

Outra ação que permeia o cotidiano da escola é a leitura, das suas diferentes formas. Defendemos a ideia de que o professor é um modelo de leitor para seus alunos, em todo e qualquer nível de ensino. Como as professoras são as leitoras privilegiadas dos livros didáticos, procuramos identificar quais as leituras (além dos livros didáticos) realizadas pelas professoras sujeitos dessa pesquisa.

PROF1:

Quando eu comecei a trabalhar com o “Terra e Gente” eu pegava os textozinhos do livro, as músicas, a gente descobria que era música, eu mandava buscar a fita K7 pra cantar com eles, e trabalhar a gramática, a ortografia dentro daquela música, no ano passado eu trabalhava com séries iniciais, que estão fazendo agora, agora que eu digo, coisa de 10, 5 anos atrás, eu fazia isso na minha aldeia, eu pegava aquele papel amarelo, como é que chama? – Papel pardo; colocava a letra da música, tirava sílaba, eu já fazia aquilo lá... Antes de fazer Pedagogia eu já fazia aquilo.

PROF1 destaca que antes mesmo de fazer Pedagogia já trabalhava na aldeia indígena com os cartazes em papel pardo,

onde escrevia as letras das músicas e que ela providenciava na capital as fitas K7 e o toca-fitas para poder favorecer uma aula bem enriquecedora aos seus alunos.

PROF2:

Naquela época, que eu entrei em 82, apenas os meus livros e a revista Nova Escola que eu tenho alguns exemplares que eu fiquei assinante, né, eu fico com pena de botar fora; às vezes eu quero trazer pra cá, mas professor não gosta de ler hoje em dia; eu tenho, eu sou assinante há muito tempo da Revista Educação... Aí mas por quê? Por anseio meu; não pensa que direção da escola na época incitava para que eu fizesse isso... Não... Eu... Eu sou uma geminiana nata, eu não gosto de rotinas, gosto de coisas novas, e eu sempre gostei muito de ler, até hoje eu leio.

PROF3: “Eu sempre gostei de ler Nova Escola”.

PROF4:

Olha, eu lia os livros didáticos, e sempre procurava assim ter outros livros pra melhorar o meu trabalho. Sempre eu gostei de comprar coleções de livros para melhorar, assim... Os jornais, trabalhando com jornais, assim na televisão, mandando fazer pesquisa através da televisão, para pegar as informações.

PROF5:

Buscava exatamente além do livro deles, que eles tinham, aliás, que o Estado não dava, eles compravam, nem todo mundo tinha, essa era a verdade, nem todo mundo tinha. Além desse, eu ia buscar nesses outros que eu te falei pra consulta, porque são poucos, não tem muita coisa.

Das cinco professoras entrevistadas, duas afirmaram que liam a Revista Nova Escola, publicação sem fins lucrativos da Editora Abril, coordenada pela Fundação Victor Civita que se

encontra no 23º ano de circulação. Além deste periódico, foi citada ainda a Revista Educação, da Editora Segmento que se encontra no 11º ano de sua publicação.

Sendo professoras polivalentes não apresentam condições para direcionarem suas leituras para uma única área do conhecimento. As profissionais que atuavam/atuam nas 3ª e 4ª séries, onde era ministrada essa disciplina tem uma formação geral que também não permite um maior aprofundamento no que diz respeito aos componentes curriculares de 1ª a 4ª série do 1º grau (hoje, séries iniciais do ensino fundamental).

Dessa forma, o que se encontra ao alcance das professoras são os livros didáticos, exemplares da Revista Nova Escola, enciclopédias que na maioria das vezes são adquiridas nas próprias escolas.

Por mais que as professoras façam referências ao uso da biblioteca escolar para realizarem pesquisas, em uma das instituições em que trabalham três das professoras entrevistadas, não foi possível realizar a entrevista na biblioteca da escola, uma vez que todas as mesas daquele espaço estavam empilhadas de livros didáticos. Se não foi possível se acomodarem duas pessoas em uma dessas bibliotecas escolares, imaginem todos os alunos de uma sala de aula!

Ainda, conforme relato das professoras, na década de 80 do século XX existia uma distribuição irregular de livros didáticos e apenas alguns alunos tinham condições de adquiri-los em livrarias. Hoje, é possível observar espaços nas diversas escolas visitadas repletos de livros didáticos, quer sejam almoxarifados ou bibliotecas.

Toda disciplina requer uma carga horária, conteúdos, metodologia, livros didáticos, professores. Aqui, iremos nos ater aos conteúdos ministrados na disciplina Estudos Sociais do Maranhão pelas professoras entrevistadas. “Como ninguém é

uma enciclopédia, a primeira coisa a fazer ao montarmos um curso é selecionar os conteúdos”. (PINSKY; PINSKY, 2003, p. 29).

Para PROF1: “Ah! Noção de espaço, assim o bairro, os rios, como eu te falei eu trabalhei com o “Terra e Gente” e ele era muito voltado pra realidade, tipo de economia do Estado, eram esses conteúdos que a gente trabalhava.”

PROF2:

Olha, sempre se viu, é a Vegetação, a parte de Geografia, clima, a parte de população, que você viu, a parte de... É... Da culinária né? Essa parte da História a Balaiada, Cabanagem, todas essas guerras aí, Independência do Maranhão aderiu depois de 2 anos; a Corte portuguesa, é... Toda essa questão de História relativa ao Maranhão a gente viu.

PROF3: “microrregiões, os rios mais importantes. Os transportes da época, mais importantes pra você ver a evolução, né?”

PROF4: “nós trabalhamos os conteúdos determinados através do nosso plano, fazíamos o plano, e íamos trabalhando até completar nossa carga horária.” PROF4 foi muito sucinta ao dizer que trabalhava os conteúdos **determinados** no plano, no entanto, não nos informa quais eram esses conteúdos. Se esses conteúdos eram determinados, como funcionava a autonomia das professoras? E quem determinava os conteúdos?

PROF5:

Era a Geografia do Maranhão, clima, relevo, tudo. Rios, a maneira... O povo do Maranhão, a maneira daquele povo, era bem parecido com hoje do conteúdo que hoje tem na disciplina de maneira geral do Brasil. Só que num patamar menor, só em termos de Maranhão.

De Estado. E a História também era do mesmo jeito. Era a História do Maranhão. Era a história de São Luís que é a

capital do Maranhão, era isso que era trabalhado, os conteúdos eram esses dentro da História do Estado. E também de alguns municípios, porque nós tivemos guerras onde entraram municípios maranhenses, e tem alguns municípios aí citados.

Na disciplina Estudos Sociais, os conteúdos encontram-se distribuídos da seguinte forma:

- 1ª série – rua, bairro, vila;
- 2ª série – cidade, município;
- 3ª série – Estado;
- 4ª série – país.

Na verdade, quando a PROF5 afirma trabalhar o conteúdo São Luís, este é um conteúdo da 2ª série, pois a série responsável para trabalhar com o conteúdo Estado é a 3ª. Trabalhar o conteúdo “São Luís” se justifica não apenas porque as professoras entrevistadas atuavam/atuam na capital do Estado do Maranhão, mas também porque a principal fonte (livro didático) que se encontrava/encontra ao alcance das professoras, o Terra das Palmeiras também centrava seus conteúdos na cidade de São Luís.

Os gráficos a seguir, ilustram a representação dos monumentos históricos e áreas de preservação ambiental do Estado do Maranhão. O gráfico 2 diz respeito a 2ª edição do Terra das Palmeiras de 1984 e o gráfico 3 a edição da mesma obra de 1996.

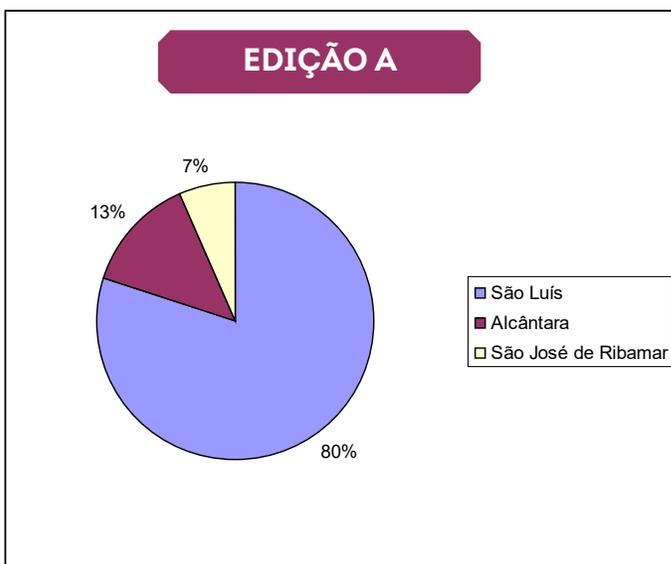


Gráfico 2 – Monumentos históricos do Estado do Maranhão
 Fonte: NASCIMENTO; CARNEIRO, 1984.

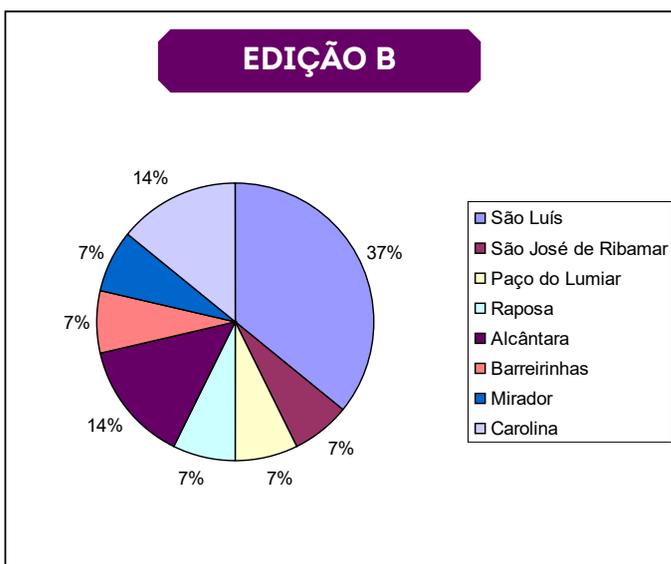


Gráfico 3 – Monumentos históricos do Estado do Maranhão
 Fonte: NASCIMENTO; CARNEIRO, 1996.

Sendo a metodologia o conjunto de métodos, regras e postulados utilizados em determinada disciplina e sua aplicação, perguntamos às professoras, qual a metodologia de ensino aplicada a disciplina escolar Estudos Sociais do Maranhão. Para tanto, obtivemos as seguintes respostas:

PROF1:

Bom a gente tinha assim um espaço bem privilegiado, porque a gente trabalhava, a escola ficava na beira do rio, então eu dava muita aula assim, fora da sala de aula, dava muita aula assim, num ambiente bem ao ar livre, aulas passeio digamos assim. Trabalhava muito com aulas passeio, com a vegetação, o tipo de peixe que tinha ali na região, a questão da agricultura, a gente trabalhava também muito com a questão - tipo de moradia dos índios, era isso.

O trabalho pedagógico da PROF1 está inserido na tendência pedagógica da Escola Nova, onde a professora fazia uso de aulas passeio e valorizava o conhecimento de mundo dos seus alunos. Para Silva (1988, p. 99), nesta concepção:

[...] o professor deve primordialmente concentrar seus esforços de modo a levar a criança a desenvolver uma atividade que lhe seja verdadeiramente própria, isto é, uma atividade funcional, corresponde a necessidades definidas. “Deve ser um estimulador de interesses, um despertador de necessidades intelectuais e morais” que interprete as manifestações externas – os interesses –, explorando-as até chegar a captação das reais necessidades da criança. Mas todo esse conhecimento da criança e de suas necessidades só deve ser usado para condicionar o meio e nunca para exercer uma ação direta sobre a criança. Por isso, “o entusiasmo, e não a erudição, será a virtude capital do professor”.

PROF2:

Olha, na época eu trabalhava muito da maneira tradicionalíssima, né; era aula expositiva, tá, expositiva, expositiva, expositiva; exercícios, no caderno, para casa, e em classe. E tinham as tradicionais provas, um atrás do outro mesmo, dez perguntas, onze, doze... Era desse jeito.

PROF2 avalia sua prática de sala de aula como tradicional, uma vez que ela se utilizava de algumas técnicas de ensino em constante processo de repetição. Segundo Libâneo (2001, p. 24),

na tendência liberal tradicional os métodos de ensino baseiam-se na exposição verbal da matéria e/ou demonstração. Tanto a exposição quanto a análise são feitas pelo professor, observados os seguintes passos: a) preparação do aluno; b) apresentação; c) associação; d) generalização; e) aplicação. A ênfase nos exercícios, na repetição de conceitos ou fórmulas na memorização visa disciplinar a mente e formar hábitos.

PROF3:

Era bem divertido, porque nós mandava eles fazer pesquisa em sala de aula era repassado isso para os outros coleguinhas, e os seminários como eu já falei; e a maneira de passar esses conteúdos, cada equipe passava de uma maneira diferente. Interessante né?

Conforme podemos observar, a prática pedagógica da PROF3 em sala de aula pode ser analisada do ponto de vista da tendência liberal tecnicista. A técnica utilizada para a transmissão dos conteúdos era o seminário, onde os (as) alunos (as) tinham papel importante na realização dos seminários. Nesta tendência, segundo Libâneo (2001, p. 29)

os métodos de ensino consistem nos procedimentos e técnicas necessárias ao arranjo e controle das condições ambientais que asseguram a transmissão/recepção de informações.

Se a primeira tarefa do professor é modelar respostas apropriadas aos objetivos instrucionais, a principal é conseguir o comportamento adequado pelo controle do ensino; daí a importância da tecnologia educacional. A tecnologia educacional é a “aplicação sistemática de princípios científicos comportamentais e tecnológicos a problemas educacionais, em função de resultados efetivos, utilizando uma metodologia e abordagem sistêmica abrangente”. Qualquer sistema instrucional (há uma grande variedade deles) possui três componentes básicos: objetivos instrucionais operacionalizados em comportamentos observáveis e mensuráveis, procedimentos instrucionais e avaliação.

PROF4: “nós trabalhávamos em forma de leitura, forma de pesquisa, pesquisa e estudo no Farol da Educação, fazendo pesquisas em forma de experiências, através de músicas.”

PROF5:

A gente utilizava os exercícios normais, né? Do dia-a-dia, nós utilizávamos também as pesquisas, né? Além... Utilizávamos... Eu, como eu te falei, eu trabalhei com esse livro aqui Estudo Regional do Maranhão mais a título de pesquisa. Que eu trabalhei mesmo, mesmo foi com esse aqui o Terra das Palmeiras.

Não podemos esquecer que as professoras falam sobre o passado, a partir do tempo presente e que avaliam suas práticas, metodologias e hábitos a partir do conceito atual. Nesse sentido, percebemos que nos fragmentos das falas de PROF1 a mesma se auto-avalia como inovadora à sua época; PROF2 ao olhar para o passado, caracterizou-se como tradicional; PROF3 e PROF4 têm um discurso inovador, mas não conseguem demonstrar as inovações ao falarem de suas práticas; já PROF5 permeia seu diálogo e suas práticas num ambiente moderado entre o inovador e conservador, a mesma destaca em vários momentos de seu discurso a precariedade do sistema estadual de ensino do Maranhão.

Em se tratando da metodologia adotada para o ensino da disciplina Estudos Sociais do Maranhão, questionamos as professoras se elas realizavam atividades extraclasse no ensino dessa disciplina. Como diz o próprio nome da disciplina ESTUDOS SOCIAIS, portanto, encarregada de estudar a organização da sociedade. Que sociedades existem para além dos “muros” da escola? O que sabemos sobre essas sociedades? Qual o nosso nível de tolerância para com os “diferentes”? Esses valores devem ser cultivados desde a educação infantil, dando prosseguimento no de 1ª a 4ª série do 1º grau.

PROF1:

Nós trabalhávamos as festas locais da realidade indígena e a do povoado. Porque na cultura indígena existem vários ritos, vários tipos de festa. A gente trabalhava comparando. Na fase da adolescência da índia existe a Festa do Moqueado, que é quando ela deixa de ser criança, aquela fase de transição de meninice pra moça e comparado com a capital, as meninas tem a festa de 15 anos, assim a gente tava sempre comparando e trazendo, mostrando as duas realidades, local e o que tinha lá fora. Trabalhava muito assim essa questão da cultura. Lá no povoado de Amarante que eu trabalhava, Campo Formoso eles têm a Festa do Mel que também tem na aldeia, mas é algo totalmente diferente, a celebração da festa é algo totalmente diferente e trabalhava também a Festa da Vaquejada que tem lá na região também é muito forte, e assim, a gente tentava sempre mostrar, comparar a cultura, mostrar porque que era importante pra eles aquele tipo de evento, porque que era importante aqui em São Luís a festa de 15 anos e lá no povoado já a Festa da Vaquejada, a Festa do Mel, trabalhando o porquê de cada um desses eventos.

PROF2:

Na época não tínhamos visitas; mas tínhamos festas, fazíamos pequenas exposições na sala... Como coco babaçu, sobre renda, sobre... Ah o artesanato nativo de São Luís. Era de

uma forma mais assim... Tímida! E, não é como hoje; aqui na minha escola a gente faz uma mostra... Né, como aconteceu ano passado aqui do Sotero dos Reis, com outras escolas ali da Madre Deus... E fizemos uma coisa linda; aluno confeccionou brinco, colar, e artesanato, tudo isso. E na minha época não, era uma coisa mais tímida, porque só fazia colagem, trabalhava muito com colagem, tira figura do livro, recorta, cola, escreve, faz uma parte escrita, era assim.

PROF3: “visita aos museus... Nessa época não tinha Farol (Biblioteca Farol da Educação). Pesquisava mesmo na biblioteca da própria escola. Em livros antigos e enciclopédias que eles tinham em casa.”

PROF4:

A gente fazia passeios, né? Trabalhos nas praças também, a gente fazia... E através também de entrevistas, né? Nos bairros dos alunos, né? Nós levávamos os alunos pras praças, e eles faziam as pesquisas, e aí eles retornavam pra sala de aula, e aí a gente montava um trabalho com eles.

PROF5:

Extraclasse a única coisa que a gente fazia assim era a questão do conhecimento do bairro, ver a questão de como o bairro estava sendo cuidado. E a questão de praças, de ruas, das árvores, da arborização. Que isso aí a gente... É como se fosse uma... Uma visita, como se fosse um passeio no bairro. Geralmente a gente fazia isso, porque não tinha condição de levar pra outros lugares. A gente não tem essa condição. Não tem como! Hoje em dia, até hoje, já se passaram mais de 20 anos, até hoje em dia é difícil a gente arranjar um ônibus pra levar a criança num museu desse aqui qualquer. É um Deus nos acuda! Tem ano que isso aqui nem acontece. Às vezes, essa professora aqui a Belmira³², que ela tem um conhecimento com alguém da polícia. Aí ela pede

³² Nome fictício.

um ônibus, isso uma vez no ano, quando acontece. Aí que a gente leva as crianças pra ver a Litorânea, que tem crianças que nunca nem foi lá. Ir no quartel pra conhecer, ou então ir visitar o Reviver, isso quando acontece. Porque o que a gente puder, com certeza é o que a gente quer, mostrar a coisa ao vivo e a cores.

O estudo do bairro mencionado por PROF5 é um conteúdo de 2ª série. As visitas aos museus, por exemplo, são mencionadas nas falas das professoras, mas como algo muito difícil de ser concretizado. E quando realizado, assemelham-se mais a um passeio público do que verdadeiramente uma visita tecnicamente planejada a um local que irá contribuir para a ampliação dos conceitos que estão sendo estudados em sala de aula.

Segundo o depoimento de PROF1 ela trabalhou elementos da cultura popular indígena em comparação a cultura citadina, no caso, da capital do Maranhão, São Luís.

Após conhecermos as metodologias adotadas no ensino da disciplina Estudos Sociais do Maranhão, questionamos: como eram feitas as avaliações da disciplina escolar Estudos Sociais do Maranhão? Quais instrumentos eram utilizados na avaliação da disciplina escolar ESMA?

[...] por isso resulta essencial lembrar que toda a história das disciplinas escolares deve, *em um mesmo movimento*, considerar as finalidades óbvias ou implícitas buscadas, os conteúdos de ensino e a apropriação realizada pelos alunos, tal como pode ser medida por meio de seus trabalhos e exercícios. (JULIÁ, 2002, p. 51).

Conforme afirmou Juliá (2002) não podemos pensar em uma disciplina escolar dissociada de sua avaliação. Sendo assim, vamos ouvir as professoras para conhecermos os instrumentos de avaliação adotados por elas.

PROF1:

Bom! A gente trabalhava muito antigamente a questão da **prova**. Aquela prova escrita, mas eu trabalhava, eu me lembro que eu trabalhava muito com a **participação**, o interesse deles. E como era uma matéria que eles demonstravam menos dificuldade que nas outras, além das provinhas, dos **testeinhos**, levava muito essa questão da participação, da criatividade, porque a gente fazia encenação, **dramatização**; digamos, tem a Festa da Caça, aí eles caçam; pra preparação de Moqueado, no caso, os meninos inclusive, eu me lembro que na época, a pintura, o tipo de pintura; porque a pintura dos índios, ela tinha um significado, não era uma pintura por pintar, e eu não conhecia muito esse lado, então eu pedia a eles que me trouxessem esse tipo de informação através do trabalho. Tipo assim, *“olha eu quero uma pintura, quero todo mundo amanhã como se a gente fosse guerrear, como se a gente fosse defender nossa aldeia”* e eles vinham com um tipo de pintura e dizia não professora é porque essa pintura aqui... É a pintura que... Eles também nem sabiam mais, porque já tavam perdendo um pouco da cultura, mas eles iam pedir pros avós e já vinham com aquela pintura. Agora faz de conta... As meninas da 3ª série... *“Façam de conta amanhã que vocês já são mocinhas e amanhã vai ter a Festa do Moqueado, eu quero amanhã todo mundo trajado como se fosse pra Festa do Moqueado”* e assim depois da participação deles a gente adorava, como faço até hoje com meus alunos. E era bem interessante porque ficava tudo assim, a aula era bem dinâmica, pense numa aula dinâmica na aldeia. Ah! Eu tenho muita saudade, era maravilhoso.

PROF2: “sempre **perguntas objetivas**.”

PROF3: “minhas avaliações eu gosto de fazer sempre de uma maneira que não dificulte pro aluno. **Verdadeiras ou falsas, múltipla escolha**, pra evitar que copiem muito. E sim pelas perguntas que vem no conteúdo, eles tenham mais facilidade de resolver.”

PROF4: “as avaliações era através da boa **participação** de cada aluno. Participação dele.”

PROF5:

Eram as **provas** antigamente, eram as provas e as **pesquisas**, os cartazes que as crianças faziam, os murais, esse tipo de coisa e também as produções textuais e continua sendo do mesmo jeito, que a gente continua até hoje fazendo. O que a gente pode fazer por essas crianças, que o Estado não dá condições, a gente faz, né?

A sala de aula é um palco onde o espetáculo fica por conta do professor. Cada professor faz e refaz esse palco usando dos seus conhecimentos de mundo, da sua criatividade, bem como de suas condições concretas. Mas essas condições são relativas, porque um espaço que para uns pode ser desmotivador, para outro pode ser um palco de grandes realizações. PROF1 consegue transformar o palco da escola rural indígena num palco de teatro em noites de estreia de grandes espetáculos. A valorização da cultura indígena, o intercâmbio estabelecido entre ela – índia, que viveu na cidade – e os índios nativos. O ir e o vir, o reencontrar-se, o valorizar-se. É um verdadeiro encanto. A avaliação na concepção desta professora tem o objetivo de estabelecer intercâmbio, fortalecer vínculos e ampliar o universo cultural tanto da professora, quanto dos seus alunos e alunas.

Como vivemos numa sociedade cósmica, o palco continua girando e do outro lado, temos as professoras com seus alunos fazendo provinhas que “facilitam a vida dos alunos”, provas objetivas que facilitam mais a vida da professora que precisa corrigir pilhas de provas, professoras estas que tem uma dupla, ou até mesmo uma jornada tripla de trabalho diária.

Se antes questionamos as professoras sobre os seus cadernos de planejamento, agora perguntamo-las sobre o uso do caderno dos alunos em sala de aula.

PROF1:

O caderno era pra registrar, se eu colocava alguma coisa no papel pardo, não tudo, porque eu tinha aquela preocupação de

economizar caderno, tu acredita? Na época eu economizava caderno, então eu registrava aquilo que eu... Oh, ditado, porque eu tinha que levar o caderno pra casa pra corrigir. É a parte de ortografia, Matemática também as quatro operações, eu levava pra casa pra corrigir, porque eu não podia corrigir na hora, ali. Porque a maioria das aulas eu corrigia em sala de aula com eles, no quadro, corrigia com material concreto, trabalhava as quatro operações com coquinho, fazia isso na hora. Mais alguma coisa eu levava pra corrigir em casa, até porque, pra trabalhar as deficiências, porque tinha uns que eram mais lentos, e através do caderno é que eu identificava melhor. Porque na hora lá, eles enrolavam na língua, eu não entendia muito Tupi-guarani então um dizia pro outro a resposta, é menino eles me enrolavam. Eu fazia uma pergunta pra um determinado aluno e ele não sabia, o outro dizia pra ele na língua indígena e aí ele respondia. Mas no caderno não tinha como ele me enrolar, então eu levava o caderninho pra casa pra corrigir, eu levava os caderninhos no jacá, menina incrível. Às vezes eu ia montada num cavalo com um jacá³³, cheia de caderno pra casa, meu Deus eu fico me lembrando. [...]

PROF2:

Ah... O caderno meus alunos tinham que ter, com aqueles ditos pontinhos, né? Que a gente colocava no quadro, alguma coisa pra eles registrarem, ler e fixar, e com os tradicionais exercícios: responda, diga, marque, né? Esse tipo de coisa a gente trabalhava sim... É... Relacione a coluna da direita com a esquerda, a gente ia lá chamar, fazer esse trabalho, e depois olha... Não bota fora, tem que estar organizadinho porque a professora vai pedir pra dar um ponto, dois pontos, três pontos, quatro pontos, e tanto que eles tinham, caprichavam na letra, porque eu sempre gostei de cobrar o aluno desde isso aí, a letra, então caprichava na letra, tudo bonitinho, tinha aquelas meninas que enfeitavam, como hoje ainda tem, né?

PROF3: “pra atividades, pra atividades gerais.” PROF4: “ah,

³³ Jacá sm. Bras. Cesto para conduzir carga às costas de animais. (FERREIRA, 2001, p. 405).

o caderno... A utilização do caderno era um pra cada disciplina separadamente; essa organização, a melhor organização do aluno nos cadernos é que eu sempre cobrava dos meus alunos, né?”

PROF5:

Passando as atividades, os exercícios, né? Ou então a questão quando era alguma produção textual eu fazia também, só coisa mais escrita, né? Porque se fosse necessário algum desenho aí eles tinham que fazer no caderno de desenho. Ou então, quem não tinha, tem que dar uma folha de Chamex. Porque desenhar com caderno com pauta não dar. Mas tu acredita que até hoje eu tenho aluno que não tem caderno de desenho. E ainda bem que a gente pede, pelo menos alguns trazem, nem todos trazem, um chamequinho que a gente pede, não é uma resma, é só aquele de 100 [folhas], chamequinho mesmo. Alguns trazem e que servem pra todos.

O interessante não é nada. Que eu também eu faço os exercícios, eu esqueci de falar isso! Os exercícios também no mimeógrafo. E eu tava, levei estêncil pra casa, porque eu também peço dois estênceis pra cada um e nem todos trazem. Aí eu levei os estênceis pra casa, pra ficar passando no estêncil, aí minha filha chegou: “*mamãe vocês ainda usam isso na escola?*” Minha filha, infelizmente, e olhe lá, porque às vezes quebra e a gente nem isso tem! Né não? Isso é um absurdo, mas é a realidade.

A partir dos depoimentos das professoras, vimos que o objeto caderno sempre foi utilizado nas aulas para o registro de exercícios, atividades e construção de textos, servindo, sobretudo como instrumento de avaliação. Ter um caderno organizado, boa caligrafia, todas as aulas anotadas, era fator pra obter boas notas, demonstrava organização.

De fato, o caderno é um objeto cultural na sala de aula, ele também transmite conhecimentos e valores de um determinado período histórico. Vimos que os tipos de questões que eram propostas nos exercícios dos livros didáticos também se refletiam nos cadernos dos alunos. Até porque estamos falando

do contexto da escola pública onde os livros didáticos são não-consumíveis, isto é, os (as) alunos (as) não podem responder os exercícios no próprio livro, pois este deverá ser devolvido à escola no final do ano letivo. Dessa forma, os (as) alunos (as) resolvem as atividades propostas pelo livro didático em seus cadernos.

Chervel (1990), expressa sua opinião sobre as condições materiais de ensino e a aprendizagem dos alunos. Vejamos:

As condições materiais nas quais se dá o ensino estão estreitamente ligadas aos conteúdos disciplinares. A história tradicional do ensino constantemente destacou os limites impostos às práticas pedagógicas pela rusticidade dos locais escolares, pelo estado sumário do mobiliário, pela insuficiência do material pedagógico e pela característica irregular dos livros de aula trazidos pelas crianças. Assim ela se dedica a criar a impressão de que os mestres de antigamente teriam se saído melhor se tivessem melhores condições de trabalho e de que a antiga pedagogia era, em grande parte, determinada por considerações puramente materiais. Argumento bem conhecido, sobre as relações de determinação entre restrições materiais e atividade humana (como o é, aliás, o argumento inverso). Mas um argumento, entretanto, muito pouco usual em história da educação para poder aqui passar o silêncio. Nada permite afirmar que um súbito melhoramento dos locais, do mobiliário e do material teria modificado substancialmente e duravelmente as normas e as práticas do ensino. (CHERVEL, 1990, p. 194-195).

A citação de Chervel (1990) nos ajuda a refletir sobre as situações antepostas. O caso da escola rural indígena onde a professora faz uso do espaço natural para enriquecer suas aulas e o exemplo da PROF5, da capital, que aponta a falta de material como uma dificuldade para a realização de sua prática pedagógica.

Livros didáticos adotados na disciplina escolar Estudos Sociais do Maranhão

Tendo em vista, que um dos vieses de nossa pesquisa é a temática do livro didático de ESMA, perguntamos se os mesmos eram adotados para o ensino da disciplina.

Pelos estudos realizados e também pela literatura analisada, na linguagem de livros didáticos em termos de escolas públicas, hoje eles são **adotados**³⁴, uma vez que as professoras e os professores escolhem os livros que serão trabalhados em sala de aula com suas alunas e seus alunos. Podemos dizer que num passado bem recente, o livro didático era apenas **distribuído**³⁵ pelo governo às escolas públicas.

PROF1 “na época, o único livro que chegou até nós foi o “Terra e Gente”. Que já chegou depois que eu tava trabalhando depois de algum tempo que eu tava lá na aldeia”.

PROF2:

Não, porque você sabe que o governo estadual ele sempre pede que não se peça livro para o aluno, mas sempre mandavam; esses livros naquela época eles já eram mandados pelo Estado, distribuídos. Apostila não, mas o livro texto sim.

PROF3 e PROF4 afirmaram que os livros didáticos de Estudos Sociais do Maranhão eram adotados em suas salas de aulas. Já na sala de aula de PROF5 eles não eram adotados.

No que concerne aos livros didáticos adotados quatro professoras afirmaram que os seus alunos tinham um exemplar do livro didático que era trabalhado em sala, somente PROF5 afirmou que tinha os livros didáticos e que os alunos não os possuíam.

³⁴ Adotar [Do lat. *adoptare*.] Verbo transitivo direto. 1. Optar ou decidir-se por; escolher, preferir. (FERREIRA, 2004).

³⁵ Distribuir [Do lat. *distribuere*.] Verbo transitivo direto e indireto. 4. Dar, entregar (a uns e outros); repartir. (FERREIRA, 2004).

Existem alguns professores que não fazem uso do livro didático em sala de aula. Mas o que seria do livro didático, se não fossem os professores e os alunos? Qual a vitalidade de um livro, senão o seu leitor?

Segundo Irlen Antônio Gonçalves e Luciano Mendes de Faria Filho “o manual escolar, por si só, não é nada, ele será alguma coisa a partir do uso que se fizer dele, um uso tanto pelo aluno quanto pelo professor” (GONÇALVES; FARIA FILHO, 2005, p. 45).

Vejamos como as professoras utilizavam o livro didático de Estudos Sociais do Maranhão em suas salas de aula.

PROF1:

Com o Terra e Gente sim. Utilizava bastante. Na época porque era o único... Até porque a gente precisa de um referencial, pra eu tá buscando outros subsídios eu tinha que ter algo em mãos, um ponto de partida. E o Terra e Gente foi meu ponto de partida. Eu adorava esse livro. Eu não sei te dizer se eu não tenho algum dele em casa.

PROF2, PROF3, PROF4 e PROF5 afirmaram que trabalhavam com o livro didático, no entanto, não fornecem maiores detalhes sobre o uso que faziam desses livros.

Outro ponto que investigamos juntos as professoras diz respeito à preservação do acervo dos livros didáticos em suas bibliotecas particulares.

PROF1:

Eu acredito que o Terra e Gente, se eu procurar, remexer muito, revirar minhas caixas, talvez eu encontre um, porque eu gostava demais desse livro. Mas como eu te digo, eu me mudei pra cá pro Vinhais tem um ano. Nunca consegui abrir tudo, minhas caixas. Se eu for te contar minha história esse MP3 [não comportaria], se eu for te contar minha história de vida assim como professora eu já passei por tanta coisa eu trabalhei em tantos locais que até hoje eu até mesmo me pergunto, meu Deus eu trabalhei aqui?

Eu passei cinco anos. Trabalhei em escolinha que não tinha... Eu me lembro que a primeira escola que eu trabalhei lá na Araribóia era uma casa de farinha, não tinha nada, nem lugar pra mim sentar, os pais muito interessados, cortaram aqueles troncos de árvores e fizeram aqueles bancos compridos assim, e botavam umas barras, umas forquilhas, botava uns troncos, aí botava umas forquilhas mais altas e faziam assim aquela mesinha comprida e o banco. A gente era feliz e não sabia, naquela época. Mas eu acho que se eu procurar eu tenho. Pelo menos o caderno de atividades eu acho que eu tenho.

PROF2:

Tenho; hoje... Eu te falei ontem né? Que eu doei para... Uma escolinha lá perto lá de casa todo livro do primário que eu tinha, porque eu tinha muito, porque professor gosta muito de guardar livro... E eu tinha caixas e caixas e eu não aguentava mais e a sorte é que a minha casa é grande... São dois pavimentos; aí eu olhava lá em cima aquelas caixas... Doamos.

PROF3 e PROF4 possuem alguns desses livros didáticos. PROF5: “eu ainda tenho o Terra das Palmeiras, tenho. Eu ainda faço consulta, porque hoje em dia eu tô na 4ª série a termo de Brasil. Mas, mesmo assim vem direcionamentos para o Estado, para a capital e a gente vai buscar nesses livros.”

Podemos perceber aqui a preocupação das professoras no sentido de preservar o acervo de livros didáticos. Das cinco professoras entrevistadas, apenas uma disse não possuir mais esses livros por ter feito recentemente uma doação a uma escola próxima de sua casa. O fato das professoras guardarem esses livros em casa, nos faz levantar a hipótese de que os livros didáticos de Estudos Sociais ocupavam/ocupam um lugar relevante no imaginário dessas professoras, uma vez que a cada dia aumenta o número de publicações, ficando difícil o armazenamento.

Na opinião das professoras, o retorno das disciplinas História do Maranhão e Geografia do Maranhão para os currículos

escolares, em substituição aos Estudos Sociais não trouxe mudanças consideráveis para o ensino dessa disciplina.

As professoras destacaram que o que muda na verdade é a autonomia de cada área do conhecimento, ficando assim mais definido quais são os conteúdos de História e quais são os de Geografia, o que também poderá implicar numa ampliação de conteúdos e na carga horária definidos para cada disciplina.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi instituído através do Decreto nº 91. 542 de 19 de agosto de 1985, tendo como principais objetivos:

- Contribuir para a socialização e universalização do ensino, por meio da seleção, aquisição e distribuição de livros didáticos para todos os alunos matriculados nas escolas das redes públicas do ensino fundamental de todo o país;
- Diminuir as desigualdades educacionais existentes, buscando estabelecer padrão mínimo de qualidade pedagógica para os livros didáticos utilizados nas diferentes regiões do país;
- Possibilitar a participação ativa e democrática do professor no processo de seleção dos livros didáticos, fornecendo subsídios para uma crítica consciente dos títulos a serem adotados pelo Programa.

Mesmo o decreto sendo do ano de 1985, se passaram muitos anos para que de fato pudéssemos falar em universalização dos livros didáticos nas escolas públicas do país. Até porque num país como o Brasil repleto de corrupções em todos os setores, nem mesmo os livros didáticos escapam dela.

Munakata (1997) relata escândalos de desvios de livros didáticos, de manuais escolares que foram reciclados e

transformados em papel higiênico, livros que deveriam ser distribuídos gratuitamente, foram comercializados, dentre outros acontecimentos.

Outro fato que diz respeito aos livros didáticos é que aqueles que conseguem vencer todas as falcatruas acima citadas e muitas outras, ao chegarem às escolas, ainda estão muito distantes dos alunos. Em conversa com um consultor do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (PNDE), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em Brasília, o mesmo afirmou que existe uma equipe especializada do FNDE que acompanha a entrega dos livros didáticos em todo o Brasil e que é comum ver salas de diretoria de escolas repletas de livros didáticos, uma vez que as diretoras afirmam que não entregam os livros para os alunos, porque eles irão rasgar, sujar, ou coisas dessa natureza. Preferindo que fiquem a mercê de cupins, baratas, enfim que se estraguem pelo não uso do que pelo uso.

CONCLUSÃO

Traçaremos aqui algumas considerações sobre o trabalho realizado.

Quanto aos autores dos livros didáticos regionais do Maranhão, constatamos que a maioria deles é maranhense, tendo apenas um único caso de um grupo de autoras profissionais da Região Sudeste do Brasil. Os autores que tiveram seus livros publicados têm um capital social direto ou indireto com os editores, uma vez que citamos nesse trabalho um exemplo de uma professora com formação em Geografia, que escreveu um livro de Geografia do Maranhão, mas que o mesmo não foi publicado porque o seu capital social não foi influente o necessário para tal.

Dos sete livros analisados, quatro foram produções individuais, dois foram produzidos em duplas e um deles contou com a participação de três autoras. Portanto, o que predominou foi uma escrita solitária. No caso dos livros que foram produzidos em dupla: Terra e Gente e Terra das Palmeiras, as autoras entrevistadas afirmaram que era uma tarefa muito grande pra ser assumida sozinha e que resolveram assim escrever o livro em dupla.

Das biografias aqui registradas, oito são de mulheres e duas são de homens. Como os livros eram destinados ao 1º

grau e neste nível de ensino predominam as professoras do sexo feminino, isso se repercutiu também na escrita dos livros.

No que concerne aos livros didáticos publicados em torno da disciplina escolar Estudos Sociais do Maranhão, foram localizados nove livros didáticos. Do Pequena História do Maranhão localizamos quatro edições, cada uma com um editor diferente (SENAC-RJ, Tipografia São José, Rotary Club e SIOGE); do Terra e Gente, também duas edições (Governo do Estado do Maranhão e Evans); do Terra das Palmeiras, quatro edições pela FTD; Pedra da Memória, duas edições (Colégio Dom Bosco do Maranhão e SIOGE); Conheça o Maranhão, uma edição pelo SIOGE; Gente, terra verde, céu azul, sete edições pela Ática; Estudo Regional do Maranhão, uma edição por uma gráfica local e outra pela FTD; Linguagem e estudos sociais, uma edição pela Tabajara e Estudos Sociais – Maranhão, uma edição pela Editora do Brasil.

Existem vários mecenas na função de editores desses livros didáticos, desde tipografias e gráficas localizadas em São Luís, até grandes editoras nacionais como é o caso da Ática e da FTD.

Dos livros pesquisados, o mais conhecido é o “Terra das Palmeiras”. O livro didático tem ocupado um papel importante na sala de aula, sendo muitas vezes, a única ferramenta que o professor dispõe para trabalhar os conteúdos com seus alunos.

Sobre a disciplina escolar Estudos Sociais do Maranhão podemos concluir que: foi ministrada nas escolas maranhenses na 3ª e na 4ª série do 1º grau, entre os anos de 1971 e 1996. As professoras dessa disciplina eram professoras normalistas e polivalentes, isto é, lecionavam todas as disciplinas do currículo escolar.

Em geral, a formação inicial e continuada não tem oferecido subsídios para o ensino da disciplina escolar Estudos Sociais do Maranhão, ficando as professoras dependentes apenas do livro didático. Por serem professoras polivalentes, as mesmas não dispõem de tempo para a auto formação.

As professoras, cada uma à sua maneira, organizavam o seu fazer pedagógico no ensino da disciplina Estudos Sociais do Maranhão e das demais disciplinas do currículo de uma escola primária, realizavam atividades extraclasse: festas, exposições, avaliações, utilizavam os seus cadernos de planejamento e também ajudavam seus alunos a organizarem os cadernos deles que era mais um instrumento de avaliação.

No que diz respeito a metodologia empregada no ensino da disciplina Estudos Sociais do Maranhão, os livros didáticos, em especial, o *Terra e Gente* e o *Pequena História do Maranhão*, sugerem as professoras como complementação ao livro didático a realização de visitas aos monumentos históricos da capital, observação, excursões, entrevista, utilização de plantas e mapas, linha do tempo, desenvolvimento de conceitos, dentre outras. Nas entrevistas das professoras, elas relataram o uso dos seguintes procedimentos metodológicos: festas, colagem, visita a museus, pesquisa, passeios e entrevistas.

Quanto ao Governo Federal, ao longo dos anos, tem contribuído satisfatoriamente para a ampliação do PNLD e a entrega dos livros didáticos nas escolas de todo o país, incluindo o Maranhão.

A disciplina escolar Estudos Sociais do Maranhão ao longo do período estudado 1971-1996 foi uma disciplina que apesar de não ser uma disciplina hegemônica no currículo das escolas maranhenses, teve material didático próprio, com metodologia própria.

Os livros didáticos que foram produzidos para o ensino da disciplina ESMA, no início do período em questão, não foram comprados em larga escala pelo MEC; enquanto que no final do período analisado, com a ampliação do PNLD os livros didáticos de ESMA que ainda permaneciam no mercado foram amplamente distribuídos nas escolas públicas do Estado do Maranhão o que contribuiu para o desenvolvimento da prática pedagógica das professoras.

Como sugestão para continuidade desse estudo, deve ser feita uma pesquisa sobre a apropriação dos livros didáticos pelos alunos, quer seja através das marcas de leituras deixadas nos livros, quer através de entrevistas com os alunos.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=866&sid=183>>. Acesso em: 14 out. 2007.

AMARAL, José Ribeiro do. **História do Maranhão**: edição para a infância das escolas de minha terra. 3. ed. Maranhão: Typ. M. Silva & Filhos, 1926.

BASTOS, José Luiz. **Líderes atuais do Maranhão**: obra biográfica. São Luís, 1970, p. 56.

BATISTA, Antonio Augusto Gomes. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 1999, p. 529-575.

BENCINI, Roberta; ALENCAR, Marcelo... e o homem chega à América. **Nova Escola On-line**. Edição 121, abr. 1999. Disponível em: <http://www.ensino.net/novaescola/121_abr99/html/repcapa2.htm>. Acesso em: 31 jan. 2008.

BEZERRA, Holien Gonçalves. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, Leandro (Org.) **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico**. 1993. 369 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. Apresentação. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 3, p.471-473, set./dez. 2004.

_____. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, v.30, n. 3, p.475-491, set./dez. 2004.

_____. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção docência em formação).

BONAZZI, Marisa; ECO, Umberto. **Mentiras que parecem verdades**. 4. ed. São Paulo: Summus, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRASIL. **Guia de livros didáticos: 1ª a 4ª séries: PNLD 2000/2001**. Brasília: MEC, CEALE, CENPEC, 2000.

_____. **Guia do livro didático 2007: História: séries/anos iniciais do ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais:** história, geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências.

_____. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. **Decreto nº 91.542** de 19 de agosto de 1985. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. O ensino de História do Maranhão no 1º grau (3ª e 4ª séries). **Cadernos de Pesquisa**, v. 3, n. 2, p. 5-33, jul./dez. 1987.

CASTELO BRANCO, José Raimundo Lindoso. **Estudo Regional do Maranhão**. São Paulo: FTD, 1988.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

CHERVEL, André; COMPÈRE, Marie-Madeleine. As humanidades no ensino. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 149-170, jul./dez. 1999.

COLÉGIO SANTA TERESA. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.colegiosantateresa.com.br/2006/8/18/Pagina12.htm>>. Acesso em: 2 nov. 2007.

CRUZ, Mariléia dos Santos. **A história da disciplina Estudos Sociais a partir das representações sociais sobre o negro no livro didático**: período (1981-2000). 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2000.

FARIA, Ana Lúcia G. de. **Ideologia no livro didático**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1984. (Coleção polêmicas do nosso tempo, 7).

FARIA, Regina Helena Matins de; BUZAR, Benedito Bogéa. Apêndice C: índice de verbetes de pessoas citadas nas entrevistas. In: FARIA, Regina; MONTENEGRO, Antonio. **Memória de professores**: histórias da UFMA e outras histórias. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, Departamento de História, 2005, p. 559-610.

_____; MONTENEGRO, Antonio. Mário Martins Meireles. In: _____. **Memória de professores**: histórias da UFMA e outras histórias. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, Departamento de História, 2005. p. 407-460.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Ed. Positivo, 2004.

_____. **Miniaurélio Século XXI Escolar**: o minidicionário da língua portuguesa. 4. ed. rev. ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **A Educação moral e cívica e sua produção didática**: 1969-1993. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História ensinada**. 8. ed. Campinas: Papirus, 1993.

FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderly Ferreira da. **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

GATTI JÚNIOR, Décio. **A escrita escolar da História**: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990). Bauru: EDUSC, 2004.

GONÇALVES, Irlen Antônio; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História das culturas e das práticas escolares: perspectivas e desafios teórico-metodológicos. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (Orgs.). **A cultura escolar em debate questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 31-57.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil**. Disponível em: <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br/textos/humanas/educacao/tematica/cap19.html>>. Acesso em: 3 dez. 2002.

JULIÁ, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, p. 9-44, jan./jun. 2001.

_____. Disciplinas escolares: objetivos, ensino e apropriação. In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (Orgs.). **Disciplinas e integração curricular: história e políticas.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 37-71.

KREUTZ, Arno. **O Projeto “João de Barro” e o poder político no Maranhão.** São Luís: UFMA, 1983.

LENDÁ. In: **Dicionário da língua portuguesa.** Larousse. São Paulo: Ática, 2001. p. 597.

LEME, Dulce Maria P. Camargo et al. **O ensino de estudos sociais no primeiro grau.** 5. ed. São Paulo: Atual, 1986.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos.** 17. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

MARANHÃO. Gerência de Desenvolvimento Humano. **Proposta curricular: 1ª a 4ª série: ensino fundamental.** São Luís, 2000.

_____. Governo do Estado. **Mensagem do governador Luiz Rocha à Assembléia Legislativa,** em março de 1986. São Luís: SEPLAN, 1986.

_____. Secretaria de Educação do Estado. **Terra e Gente:** caderno de atividades: 3ª série. São Luís: [s.n], 1985.

_____. **Terra e Gente:** livro de leitura: 3ª série. São Luís: [s.n], 1985.

MARTINS, Rosa Mochel. **Conheça o Maranhão.** São Luís: SIOGE, 1971.

MATTOS, Francisca Maria Barros; SILVA, Eulália Maria da. **Terra e Gente**: estudos sociais: 3ª série. São Paulo: Evans, 1996.

_____. **Terra e Gente**: estudos sociais, 3. São Paulo: Evans, 1996. Livro do professor.

MEIRELES, Mario M. **Pequena história do Maranhão**. 3. ed. São Luís: SIOGE, 1970.

_____. **Pequena história do Maranhão**. Rio de Janeiro: SENAC, 1959.

_____. **Pequena história do Maranhão**. São Luís: Rotary Clube de São Luís, [s.d].

_____. **Pequena história do Maranhão**. São Luís: Tipografia São José, [s.d].

MORAES, Jomar. **Apontamentos da literatura maranhense**. (Uma abordagem contextual que leva em conta os fatores políticos, sociais e econômicos). 2. ed. aumentada. São Luís: SIOGE, 1977. p. 240-241.

MORAES, Lídia Maria de; AROEIRA, Maria Luísa Campos; CALDEIRA, Maria José. **Gente, terra verde, céu azul**: História – Geografia – Moral e Civismo – de acordo com os Guias Curriculares do Estado. 7. ed. São Paulo: Ática, 1987.

MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MORRE o historiador Mario Meireles. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 11 maio 2003, Caderno geral, p. 6.

MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. 1997. 218 f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

_____. Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a Ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 271-296.

MURAD, Maria Ceres Rodrigues. **Iniciação aos Estudos Sociais do Maranhão: aspectos geográficos**. 2. ed. São Luís: Colégio “Dom Bosco” do Maranhão, 1977.

_____. **Pedra da Memória: estudos sociais do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1979.

NASCIMENTO, Maria Nadir. **Geografia do Maranhão**. São Paulo: FTD, 2001.

_____. **História do Maranhão**. São Paulo: FTD, 2001.

_____. **Terra das Palmeiras: geografia e história do Maranhão**. São Paulo: FTD, 1996.

_____. **Terra das Palmeiras: estudos sociais: Maranhão**, 4ª série. São Paulo: FTD, [1984].

NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas Deiró. **As belas mentiras:** a ideologia subjacente aos textos didáticos. 8. ed. São Paulo: Moraes, 1981.

PH Revista. **O Estado do Maranhão.** São Luís, 28 abr. 2002. Disponível em: <<http://imirante.globo.com/oestadoma/semanal/phrev2804102/area-phrev.html>>. Acesso em: 20 nov. 2007.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. Por uma história prazerosa e conseqüente. In: KARNAL, Leandro (Org.) **História na sala de aula:** conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-36.

RAMOS, Clóvis. **A intelectualidade maranhense:** fase contemporânea: apontamentos para o dicionário biobibliográfico do Estado do Maranhão. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1990. v. 1.

ROSA Mochel Martins. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão,** São Luís, ano 59, n. 8, p. 35, março de 1985.

SANTOS, Romênia Mitoura dos. **O ensino de História do Maranhão no 1º ciclo (3ª e 4ª séries).** 1999. 66 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1999.

SILVA, Sônia Aparecida Inácio. **Valores em educação:** o problema da compreensão e da operacionalização dos valores na prática educativa. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

UNICEUMA. Centro Universitário do Maranhão.

Apresentação. Disponível em: <<http://www.extranet.ceuma.br/uniceuma.asp>>. Acesso em: 2 nov. 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Comissão Maranhense de Folclore. **Boletim on-line n° 24**. Dezembro de 2002.

VALE, SÁ. **Geografia do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1970.

SOBRE A AUTORA



Odaléia Alves da Costa

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão (2005), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (2008) e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2013). Atualmente é professora da área de Educação do Instituto Federal do Maranhão, Campus Timon.

Ebook disponível em:
<http://leg.ufpi.br/ppged/index/pagina/id/8517>

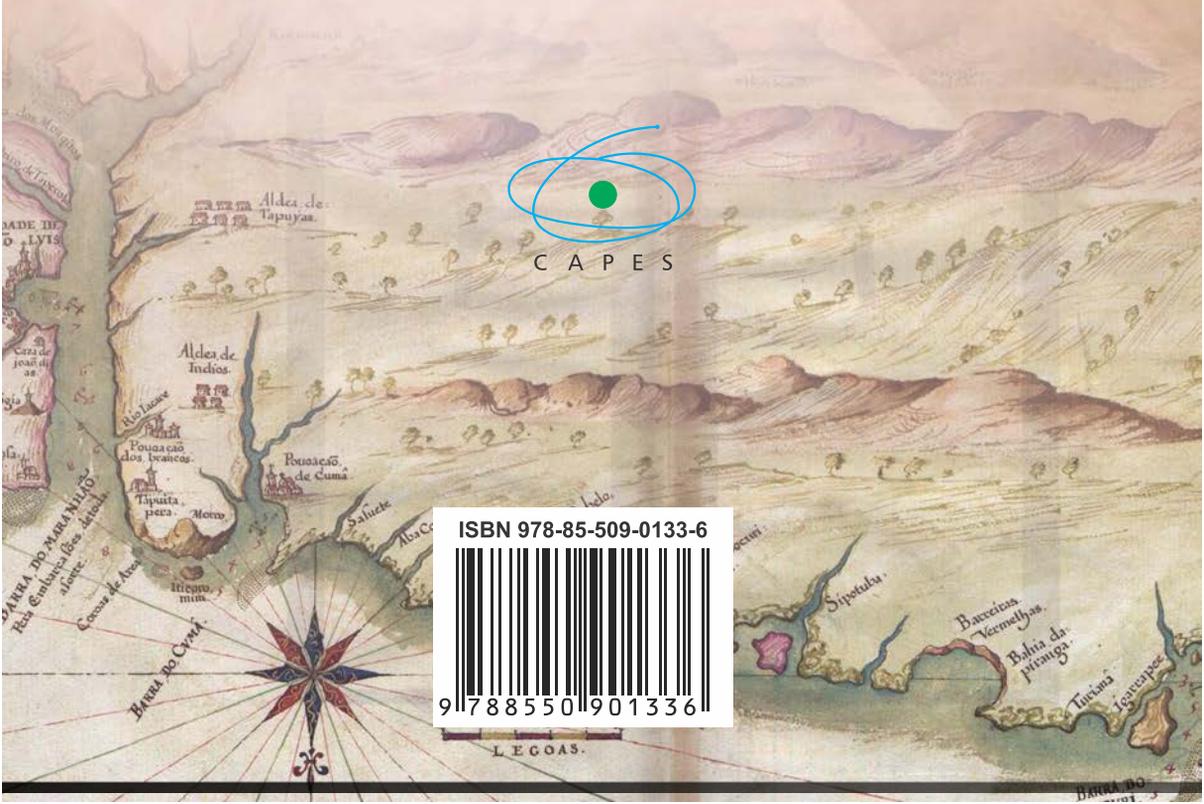
A historiografia do livro e das disciplinas escolares de emergência recente vem contribuindo, sobremaneira, para a prática pedagógica.

Por esta razão tem sido alargado o conhecimento sobre o livro, as vezes o único material disponível em muitas escolas, cuja abordagem se restringia ao autor e sua materialidade. O tratamento, até então, dispensado às disciplinas, dizia respeito ao conteúdo pelo conteúdo. Seu surgimento, e adoção eram ignorados por professoras, professores e, consequentemente, pelo alunado.

A fim de preencher tal lacuna, neste livro, a autora se aventura numa construção ampla, na qual desnuda obras utilizadas por uma disciplina, cuja adoção decorre, também da reforma do sistema nacional de ensino, na década de 1970, intitulada Estudos Sociais, ambientado no estado do Maranhão.

Postas essas colocações, a leitura do livro, que ora chega ao público, estimula nossa atenção para novas perspectivas teóricas, aprofundando conteúdos ensinados, e ampliando o conhecimento a ser adquirido.

Profa. Dra. Diomar das Graças Motta



ISBN 978-85-509-0133-6



9 788550 901336

LEGOAS.